



Revista Electrónica Internacional de Economía Política de las
Tecnologías de la Información y Comunicación

Volumen VIII, Numero VI, Septiembre a Diciembre de 2005

<http://www.eptic.com.br>

AUTORES

Roberto A. Follari

Sérgio Luiz Gadini

César Ricardo Siqueira Bolaño

Valério Cruz Brittos

José Marques de Melo

Enrique E. Sánchez Ruiz

Armand Mattelart

André Lemos

Leonardo Figueiredo Costa

Mariana Baranchuk

Mariane Maranhão

1. Expediente

2. Presentación

Artículos

3. Los Estudios Culturales como teorías debiles

Roberto A. Follari

4. A TV comunitária nos limites da fragilização da sociedade civil

Sérgio Luiz Gadini

Entrevista

5. A pesquisa comunicacional na América Latina: entrevista com Erick Torrico

César Ricardo Siqueira Bolaño; Valério Cruz Brittos

Especial 25 anos da NOMIC

6. A participação latino-americana na concepção das teses sobre a democratização da comunicação: re-visitando MacBride e a NOMIC

José Marques de Melo

7. Actualidad del Informe MacBride, a 25 años de su publicación.

Enrique E. Sánchez Ruiz

8. Circulação internacional e distorções comunicacionais no capitalismo global

Valério Cruz Brittos

9. Passé et présent de la "société de l'information": entre le nouvel ordre mondial de l'information et de la communication et le sommet mondial sur la société de l'information

Armand Mattelart

Investigación

10. Um modelo de inclusão digital: o caso da cidade de Salvador

André Lemos; Leonardo Figueiredo Costa

11. La privatización de ENTEL (1989 – 2001): triunfo y fracaso del neoliberalismo vernáculo

Excluido: 11

Mariana Baranchuk

Reseña/Nota de Lectura

12. Debatendo 40 anos de Rede Globo: história e perspectivas na política, mercado e cultura

Valério Brittos

13. Comunicação pública e seus antagonismos no século XXI

Mariane Maranhão

EXPEDIENTE

**Revista de Economía Política de las Tecnologías
de la Información y Comunicación**
Volumen VIII Numero 6, Septiembre a Diciembre de 2005
<http://www.eptic.com.br>
ISSN 1518-2487

Revista avaliada como “Nacional A” pelo Qualis/Capes

Director

César Bolaño (UFS - Brasil)

Editor

Valério Cruz Brittos (UNISINOS – Brasil)

Co- editores

Alain Herscovici (UFES – Brasil)

Francisco Sierra (US – España).

Apoio Técnico

Marcos Vinícius N. G. Castaneda (UFS - Brasil)

Elizabeth Azevêdo Souza (UFS - Brasil)

Consejo Editorial

Ramón Zallo (Un. País Vasco – España)

Juan Carlos de Miguel (Un. País Vasco - España)

Delia Crovi (UNAM - México)

Marcio Wohlers de Almeida (UNICAMP - Brasil)

Enrique Sánchez Ruiz (UG – México)

Roque Faraone (Um. de la República - Uruguay)

Enrique Bustamante (UCM – España)

Isabel Urioste (Un. Compiègne – Francia)

Jean-Guy Lacroix (Un. de Québec - Canada)

Sergio Caparelli (UFRGS - Brasil)

Othon Jambeiro (UFBA - Brasil)

Anita Simis (UNESP - Brasil)

Jorge Rubem Bitton Tapia (UNICAMP - Brasil)

Murilo César Ramos (UnB – Brasil)

Manuel Jose Lopez da Silva (UNL - Portugal)

Francisco Rui Cádima (UNL – Portugal)

Pierre Fayard (Un. Poitiers – Francia)

Giovanro Marcus Ferreira (UFES - Brasil)

Abraham Sicsu (Fund. Joaquim Nabuco – Brasil)

Reynaldo R. Ferreira Jr. (UFAL – Brasil)

Marcial Murciano Martinez (UAB – España)

Joseph Straubhaar (Univ. Texas - EUA)

Peter Golding (Loughborough Univ. - UK)

Nicholas Garham (Westminster Univ. - UK)

Philip R. Schlesinger (Stirling Univ. - UK)

Graham Murdock (Loughbrough Univ. - UK)

Hans - Jürgen Michalski (Univ. Bremen -

Alemanha)

Cesare G. Galvan (UFPb - Brasil)

Alain Rallet (Univ. Paris - Dalphine-Francia)

Diego Portales (Univ. del Chile)

Pedro Jorge Braumann (UNL – Portugal)

Guillermo Mastrini (UBA – Argentina)

Dominique Leroy (Un. Picardie – Francia)

Gaëtan Tremblay (Un. de Québec - Canada)

Presentación

Com este número fechamos mais um ano. Sete já completos, sem interrupções e com crescente penetração e legitimidade no campo da comunicação em nível nacional, onde a revista é avaliada como nível A, pelo QUALIS/CAPES, e internacional. Neste ano, contamos com um apoio fundamental do CNPq, através do edital de apoio à editoração científica, que nos permitiu realizar um importante avanço em nível técnico e organizacional.

A característica fundamental da organização da Eptic On Line é o fato de tratar-se de uma revista acadêmica, que cumpre uma função de socialização do conhecimento produzido pelo conjunto dos participantes da rede, inclusive o grupo Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento, do CNPq, e o OBSCOM/UFS, que estão na base da produção do portal Eptic e da revista. Há, portanto, uma articulação íntima, neste caso, entre pesquisa, extensão, divulgação e organização do campo científico particular. Nesse sentido, o portal e a revista são indissociáveis, constituindo, de fato, um único meio de comunicação, que participa da estruturação de uma esfera pública produtiva ou um *ba* particular, para usar o conceito filosófico desenvolvido pela chamada escola de Kioto.

Não há planos, no interior do grupo responsável pelo portal e pela revista em produzir uma versão impressa da mesma. Ao contrário, o objetivo é explorar ao máximo as possibilidades oferecidas pela rede mundial de computadores, desenvolvendo ferramentas e linguagens adequadas a um meio digital e interativo. O objetivo do pedido de apoio ao CNPq, da parte do OBSCOM/UFS, foi justamente, portanto, o de aperfeiçoar os mecanismos de comunicação existentes e de articulação entre pesquisa e extensão, aumentando a produtividade acadêmica do conjunto.

Como resultado, entre outras coisas, foi criada (a) uma ferramenta de trabalho própria (*intranet*) em substituição ao e-project que vinha sendo utilizado pelo grupo Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento (CTD), do CNPq, visando facilitar a construção coletiva do **Banco de Dados (BD)** digital de base para a pesquisa e a sua articulação com o portal e a revista. Em seguida (b), foi criado um mecanismo de busca interno ao portal, viabilizando a **Biblioteca Virtual (BV)** planejada, mas nunca implementada, desde a primeira reformulação do mesmo, em 2002. Foi necessário, para garantir a articulação, via *intranet*, entre o BD (interno) e a BV (externa), (c) alterar as **rotinas de trabalho** da equipe do grupo de CTD e do OBSCOM e (d) realizar um primeiro esforço concentrado de **atualização** o banco de dados,

incluindo os artigos e todo o material publicado no site e o acervo do NUPEC/UFS. Além disso, (e) o site em **espanhol** foi todo revisado, (f) traduzido ao **português**, sendo apresentado, agora, alternativamente, nas duas línguas, com planos de oferecer uma versão parcial em francês e espanhol proximamente, e (g) o *lay out* foi todo alterado, tornando-se mais atrativo e de melhor navegabilidade.

Enfim, (h) o antigo Boletim Eptic, distribuído por *e-mail* para uma lista de mais de 1000 endereços, foi reformulado, incorporado ao portal, transformando-se no atual **EPnoTICias**, com periodicidade quinzenal e duas versões (**via e-mail e on line**). Todo o processo contou com o apoio de profissionais de informática e de biblioteconomia, além do conjunto da equipe do OBSCOM/UFS.

O desafio atual é garantir, uma vez concluída a reforma, a continuidade da atualização do conjunto, aumentando inclusive o número de publicações avulsas no portal (nas seções de teses, dissertações, monografias, livros, textos para discussão), e a manutenção da periodicidade do boletim, além de reforçar a Biblioteca Eptic, série de livros, iniciada em 2002, e outras iniciativas editoriais. Com esse objetivo estamos formulando novos projetos e procurando novos apoios.

O carro chefe do portal, em todo caso, continua sendo a revista e o número que agora apresentamos é digno deste momento de comemoração dos sucessos da rede Eptic, que incluem, além do exposto, a ampliação do Conselho Editorial, com a entrada de seis importantes pesquisadores brasileiros: Dênis de Moraes (UFF - Brasil), Sérgio Augusto Soares Mattos (UFBA - Brasil), William Dias Braga (UFRJ - Brasil), Luiz Guilherme Duarte (UOPHX - EUA), Edgard Rebouças (UFPE-Brasil) e Marcia Regina Tosta Dias (FESPSP - Brasil).

Além dos artigos de Roberto Follari, sobre os estudos culturais, e de Sérgio Gadini, sobre a TV comunitária, e dos relatos de pesquisa de André Lemos e Leonardo Figueiredo, sobre inclusão digital, e de Mariana Baranchuck, sobre a privatização da Entel, publicamos um caderno central dedicado aos 25 anos da NOMIC. Somamo-nos, assim, a uma série de iniciativas realizadas este ano no campo da comunicação em todo o mundo, mostrando que o mundo acadêmico da área está consciente da importância histórica daquele momento e alerta para a situação das comunicações em nível internacional hoje.

Abre o caderno um artigo de fôlego de Armand Mattelart, publicado com exclusividade, na sua versão original, em francês, nesta revista, seguido de uma contribuição

que podemos considerar histórica para a EPC brasileira. Pela primeira vez, o professor José Marques de Mello publica nestas páginas e o faz através de um artigo de revisão da maior relevância, como documento e pesquisa histórica, para o campo latino-americano da comunicação. Seguem ainda os trabalhos de Enrique Sanchez, liderança histórica da economia política da comunicação no México e na América Latina, e de Valério Brittos, nosso editor, que participou também, ao lado de César Bolaño, da entrevista com o novo presidente da ALAIC, Erick Torrico.

Completam a edição duas resenhas. Uma delas, de autoria Maria de Lourdes dos Santos, trata da obra *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia* (São Paulo: Paulus, 2005, 204 páginas), organizado pela Rede Eptic, visando a discussão do papel deste grande grupo econômico-comunicacional. A outra aborda o livro *Comunicação pública* (Campinas: Alínea, 2004, 376 páginas, organização de Maria José da Costa Oliveira) e foi produzida por Mariane Maranhão.

César Bolaño
Director Eptic On Line

Valério Brittos
Editor Eptic On Line

LOS ESTUDIOS CULTURALES COMO TEORIAS DEBILES

Roberto A. Follari

(Univ. Nacional de Cuyo – Mendoza, Argentina)

1. Consideraciones sobre el tema de la violencia

No vivimos tiempos carentes de violencias en Latinoamérica. Desde aquellas en que se mezcla lo político (caso Colombia), a las de corte netamente ligado al delito, o a la que se ejerce en sitios públicos (p.ej. estadios de fútbol) la violencia es en el subcontinente un ejercicio cotidiano que en algunos países –caso Argentina- crece en progresión geométrica durante los últimos años, produciendo alarma en las clases medias y altas, y aumentando la propensión al autoritarismo en lo cotidiano y lo institucional.

El vivir entre rejas y alarmas, la imposibilidad de concurrir a sitios públicos sin temor, se han vuelto situaciones “normales”, sobre todo en las grandes ciudades del subcontinente como México, Caracas, Río o Bs.Aires. La sofisticación en los procedimientos de grupos delictivos ha ido en aumento, hasta llegar a los llamados “secuestros express”, tan difundidos en el caso mexicano, y últimamente presentes también en Argentina.

Tan altisonantes resultan estos hechos, como el mayoritario silencio de las ciencias sociales a su respecto. Situaciones que ocupan permanentemente los titulares de los periódicos y las conversaciones familiares y laborales, no son objeto privilegiado de análisis por parte de quienes trabajan ciencias sociales. Es obvio que tal opacidad de estos hechos para la mirada académica no deja de llamar la atención.

Es cierto: los hechos sociales no se convierten en objetos científicos sin una “producción” específica, tal cual se sabe desde Bachelard (1). Y la relevancia para la sociedad debe establecerse en términos teóricos, no como una simple continuidad de la opinión cotidiana.

Pero resulta innegable que estamos ante situaciones que son socialmente decisivas en términos de modificación de las condiciones y expectativas vitales de los latinoamericanos. Dar cuenta de ellas en términos teóricos y armar explicaciones tanto como posibles vías de mejoramiento, son exigencias que los científicos sociales no podrían desestimar. De lo contrario, las disciplinas sociales estarían mostrando una peculiar irrelevancia, y quedarían imposibilitadas de aportar socialmente a una redefinición del sentido común de la población, y de hacer así esa invertida “segunda ruptura epistemológica” que relama De Sousa Santos (2).

Sin embargo, la aparición académica de los “violentólogos” no deja de ser una casi idiosincrática situación colombiana. Hay escaso desarrollo de la cuestión en el resto del subcontinente, y nos vemos en la obligación de buscar explicaciones a tan llamativa y sintomática carencia.

Bourdieu ha explicado cómo los científicos suelen asociar el prestigio de su propio trabajo al de los objetos que explican. Esto lleva a que cuestiones como delincuencia, violencia, guerra, narcotráfico, etc., todos sin duda rechazados mayoritariamente por la población en general y más aún por la subcultura universitaria, sean percibidos como deteriorantes para la imagen misma de quienes los estudian.

Esa es una parte de la explicación. Otra muy importante, la constituye la *incomodidad* que este objeto ofrece para su tratamiento temático. Se diría que los académicos –como cualesquiera sujetos sociales– estamos cómodos sólo en las situaciones que dominamos previamente y que nos son familiares. Aquellas a que podemos responder inequívocamente con nuestro *habitus* ya constituido (Bourdieu). Pero soportamos mal aquello que nos es ajeno, los espacios que se alejan de nuestro conocimientos y previsiones.

Por ello se prefiere trabajar la pobreza, por ej., antes que el delito. Aun cuando en algunos casos los actores de ambos espacios temáticos coincidan, si se trabaja la primera temática se lo hace de acuerdo a una inveterada apuesta académica en Latinoamérica, la de oponerse a la miseria y la exclusión sociales. En cambio, en el segundo caso se entra a un terreno desconocido, riesgoso (no sólo en términos teóricos) y decididamente ajeno a la cotidianeidad universitaria.

Es decir: la mirada sobre un objeto dice sobre este último, pero también mucho de aquel que mira (3). Y por cierto que éste tiende inevitablemente a proyectar en el objeto de conocimiento aquellos que son sus propias elecciones y puntos de vista.

Tomemos un caso quizá más obvio: la religión. Que esta no ha desaparecido como se lo esperaba a comienzos del siglo XX, es por demás evidente. Que está creciendo en la última década, no cabe duda. Que alcanza un lugar central en las representaciones de las poblaciones latinoamericanas actuales, es por demás visible (4). Entonces: ¿por qué tiene un lugar tan marginal en las academias? ¿por qué tan escasamente se lo toma en cuenta, tanto por la sociología “dura” como por aquellas versiones que pretenden liviandad epistemológica? ¿cómo entender esta radical paradoja?

No cuesta advertirlo: la religión no tiene prestigio en los espacios académicos. El escepticismo religioso de los científicos como parte de su propio *habitus* se traslada subrepticamente al objeto: la religión no parece tema importante a asumir. Es tema des-familiar, por ello incómodo, y como tal se lo elide o se lo rechaza.

Lo mismo sucede con el tema de la violencia. El cual tiene, a su vez, algunas aristas sumamente difíciles: una nada menor que se avizora hoy en Argentina es la impotencia de los *patterns* tradicionales de explicación para enfrentar la nueva oleada delictiva. Los intelectuales han asumido posiciones por las cuales quienes delinquen son presentados como víctimas de la sociedad y de las políticas del Estado (5), lo cual es sin duda válido; pero no ayuda en nada a entender o proteger a quienes son heridos o muertos por tales personas (6). Ante la necesidad de operar alguna respuesta efectiva al aumento de la violencia delincencial, los intelectuales desdeñan las brutales políticas de *mano dura* pero no tienen un

repertorio alternativo, con lo cual no es difícil para la derecha ideológica presentarlos como cómplices del delito mismo.

Estas difíciles aristas llevan a que el tema de la violencia no alcance un tratamiento discursivo acorde a su importancia social. A ello se suma cierto debilitamiento epistemológico operado en las ciencias sociales en los últimos años, como fruto de la cultura posmoderna y del consumismo que se le asocia dentro del capitalismo contemporáneo. Este es un tema que retomaremos al final del texto, pero por ahora atribuiremos a una de las vertientes más exitosas de las ciencias sociales latinoamericanas: los “estudios culturales”, entendiendo por tales los que responden a la tradición inaugurada por los *cultural studies* sajones que se iniciaran en Birmingham.

Tales estudios no han sido decisivos en el tratamiento del tema de la violencia, el cual a lo sumo aparece dentro del apartado más general de las pandillas juveniles. Y en general muestran un tratamiento de la cultura contemporánea celebratorio de lo mediático y de lo masivo que se entremezclan en la cultura del entretenimiento, cuyo tono tiende a excluir la tragicidad que se juega en el espacio de la violencia social contemporánea.

2. Expansión de los estudios culturales, y su constitución en objeto de estudio

Los estudios culturales latinoamericanos han registrado un desarrollo que lleva al menos unos quince años, si es que nos ceñimos a conceptualizarlos estrictamente como la versión latinoamericana de los *cultural studies* de origen sajón. Un tiempo que puede pensarse como no muy prolongado, si se lo compara con el que guardan las ciencias sociales, tan denostadas por los mismos Estudios culturales (desde ahora, Ec). La Sociología lleva casi medio siglo en su constitución propiamente científica dentro del subcontinente, y la Antropología sostiene una institucionalización que se dio aproximadamente en el mismo período de la Sociología, pero responde a una tradición previa ya constituida por trabajos de campo y expediciones para lograr datos en un acervo tan rico como es el de la Latinoamérica indígena y mestiza.

De modo que resulta indisputable la “juventud” de los Ec, al menos en términos comparativos. Sin embargo, su ascenso meteórico en el campo de la legitimación académica con sus procesos conexos (presencia de sus figuras máximas en congresos de diversas disciplinas, publicaciones, número de ejemplares de estas, etc.) ha significado un auge sumamente acentuado. Es curioso que este no se haya cubierto bajo el nombre o rótulo específico de “estudios culturales”; más bien por el contrario estos se han cobijado en la institucionalización previa constituida por la diferenciación disciplinaria que esos mismos Ec dicen deplorar. De modo que los estudios literarios y artísticos en general, la misma

Antropología –sobre todo urbana-, y con especial énfasis las Ciencias de la Comunicación, son los principales –pero no los únicos- espacios en que se ha desplegado la eficacia de los Ec como presencia que no suele aludir a su específica denominación de “estudios culturales”.

Ello ha permitido a los Ec sentar una fuerte presencia en el campo académico, en notoria contradicción con su retórica sobre lo popular-masivo, y sobre su alegado rechazo de la institucionalización universitaria. Tal rechazo sin dudas que fue sincero y efectivo en los iniciadores de la corriente en los tiempos heroicos de Birmingham: R.Williams y Hoggart trabajaban haciendo educación de adultos en barrios populares (7). Pero el tiempo invirtió esta tendencia, de modo que la discursividad contra lo académico se fue practicando cada vez más al interior de lo académico, como recurso interno a los fines de la consolidación y la autolegitimación en el espacio académico mismo: por ello, en vez de mantenerse en relación de exterioridad con las disciplinas consagradas, los Ec han producido la curiosa situación de penetrar permanentemente en ellas de manera transversal, promoviendo el efecto de ofrecer pautas de análisis útiles a diferentes objetos disciplinares de estudio, a la vez que a no sujetarse estrictamente a las necesidades de ninguno de ellos (dado que se asume la recusación de la pertinencia de tales objetos en cuanto diferenciados).

Lo cierto es que la presencia de autores como J.Martín-Barbero, de otro modo B.Sarlo (8), y sobre todo N.García Canclini en diversas áreas disciplinares se ha hecho considerable, y es muestra de que los Ec han logrado aparecer pertinentes en muy variados campos de discusión académica. Tal situación, como dijimos, no deja de resultar paradójica: se supone que rechazar las disciplinas no es sostenerlas en su diferencia para abarcar varias; y que rechazar lo académico en nombre de la cultura de masas no es un discurso que quepa proponerse desde la Universidad. Sin embargo, la “contradicción performativa” de los Ec queda escondida por el mecanismo mismo de su constitución: precisamente al quedar entramadas en los discursos de las disciplinas previamente institucionalizadas, se invisibiliza la específica tradición de los Ec en cuanto tales, de modo que muy pocos (y sólo los muy informados) saben que existe algo así como una entidad específica denominada “Ec”. A partir de allí, por supuesto también pocos son los que se permiten exigir respuestas a peculiares principios que fueran propios de tal propuesta conceptual. Por el contrario, es de advertir que muchos alumnos de carreras de grado de Comunicación en A.Latina dan en creer que autores como N.García Canclini son propios de su específica disciplina, a pesar –incluso- de la letra explícita del autor en contrario.

De tal modo, estamos en presencia de autores ya ampliamente consagrados y de obras muy difundidas, citadas y discutidas, a la vez que de una cierta imposibilidad de advertir que ellos forman parte de esa tradición denominada Ec; menos aún se conocen –por la masa de estudiantes y de profesores no-investigadores- las relaciones de los Ec con sus inicios en el

marxismo inglés, y su paso por la inevitable *adaptación* promovida por la inserción en la academia estadounidense, antecedente más inmediato de la difusión de los Ec en Latinoamérica (9)

Lo cierto es que los Ec están fuertemente consolidados en A.Latina, aunque sin la apelación a su “marca de origen”, de modo que el apelativo mismo “Estudios culturales” aún está lejos de ser asociado a sus autores de referencia. En un trabajo anterior hemos señalado en cuánto esto puede ser útil a la legitimación de los Ec, sobre todo por la suposición implícita de que serían un “producto local” sin influencias previas (10). La postulada originalidad de la propuesta, tanto como el hecho de que ella fuera *nuestra* -surgida de Latinoamérica- son canteras de legitimación que se verían dañadas si se advierte con suficiente claridad la relación de las tesis centrales (transdisciplinariedad, abandono del marxismo, aceptación de la TV vía noción de “receptor activo”, relacionada esta con la obra de M. De Certeau, etc.) con la versión sajona actual de los Ec.

Lo anterior debe sumarse a la contradictoriedad intrínseca que la postulación de *originalidad* guarda con el contenido propuesto por los Ec. Una de las mejores contribuciones de estos estudios es la realizada en torno a la cuestión de la identidad colectiva, mostrando sobradamente que ésta no debe pensarse esencialmente. La identidad se hace, cambia, se construye y deconstruye permanentemente; esta es una constatación con fuertes efectos en el pensamiento de lo cultural y de lo político, a la cual alude la noción de “invención de la tradición”, retomada por el brasileño R.Ortiz. Por esto mismo, resulta inconsistente la apelación de los Ec a su pretendida “identidad latinoamericana” por origen, a una búsqueda de afirmación en el supuesto de haber surgido “aquí”, como si ello le confiriera alguna dignidad explicativa especial, o alguna adecuación esencial a las necesidades o modalidades científicas o culturales locales.

No tenemos aún, entonces, una institucionalización de los Ec en cuanto tales (apenas acaba de surgir un posgrado con dicho nombre en la sede Quito de la Universidad Andina, aunque en realidad está ligado a los estudios poscoloniales, con autores como Mignolo y Castro-Gómez), pero sí ellos están fuertemente presentes como “componentes privilegiados” de la reflexión en muy diversas áreas de las ciencias sociales del subcontinente. Se los identifica a través de los autores y no del mote específico de “estudios culturales”, lo cual muestra cierta ignorancia de aquello que agrupa/diferencia a sus autores dentro de un campo específico, a la vez que dispersa a éstos en la constelación de otras comunidades científicas previamente establecidas.

Dentro de esta curiosa forma de asentamiento y de consolidación académica, el peso de los Ec es tal en Latinoamérica, que ya se hace indispensable una *puesta en objeto* de su desarrollo. Es decir: ha ido llegando el momento de la conciencia teórica acerca del fenómeno de los Ec, fruto precisamente de su fuerte despliegue. Ya desde los Ec se piensa no sólo fenómenos culturales –a menudo no analizados previamente-, sino también se estudia “a” los Ec; estos han pasado a ser parte de aquello que vale la pena analizar, objeto de metateoría. Es decir, se hace teoría sobre lo que representan las teorías de los Ec.

Dentro de esa tesitura están nuestros trabajos iniciados hace ya tres años dentro de un prolongado proyecto de investigación, y un conjunto de obras donde aparecen diversos

autores, a menudo críticos de tales Ec (Eduardo Grüner, N.Casullo, C.Reynoso). Ello, junto a la amplia saga de autorreflexión dentro de los Ec mismos, con textos que han surgido de la acumulación de acervo de sus autores, tanto como de la necesidad de respuesta a algunas de las críticas recibidas. En esta saga de lo que llamaríamos *la autorreflexión* de los Ec, podemos distinguir claramente dos líneas: por una parte aquella mayormente legitimatoria, en la cual se trata de sostener a la propia tradición desde posiciones cercanas a la autocelebración (artículos de García Canclini, o un libro colectivo de homenaje a J.Martín-Barbero) (11). Y otra con un sentido crítico de reflexión que intenta repasar logros y limitaciones de una manera matizada pero severa, como se expresa en algunos de los trabajos presentados en un coloquio dirigido por Mabel Moraña en el Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana de la Univ. de Pittsburgh (12).

Trataremos en el presente texto de hacer una aproximación a algunos de estos desarrollos que implican cierta inesperada “madurez” de los Ec; ésta que no está en consonancia con su efectiva joven presencia dentro del espacio cultural latinoamericano, pero sí con su vigoroso desarrollo y su fuerte asentamiento en muy diversos espacios de reflexión y de discusión. Continuaremos con una breve referencia a la relación de asociación y/o diferenciación de los estudios culturales respecto de los poscoloniales y afines (que apelan a múltiples denominaciones: estudios subalternos, posoccidentales, sobre colonialidad del poder, etc., obviamente con matices diferenciales en cada caso); existe una situación un tanto confusa en cuanto a si estos últimos son también “estudios culturales”, o conviene llamarlos de otra manera (obviamente, no hay ninguna *esencialidad* sobre qué sean los Ec; la cuestión es determinar cuál es el uso más conveniente que pueda hacerse de esa categoría).

3. Metateoría sobre los estudios culturales: celebraciones y rechazos

Los Ec han sido una empresa cultural exitosa. Antes temporalmente en Estados Unidos que en Latinoamérica, se ha repetido la historia de la aproximación a temáticas de interés ,cotidiano previamente dejadas de lado por las ciencias sociales, y desde enfoques a la vez cercanos a la vivencia, que han implicado una modificación de los tonos y estilos en la escritura académica. A la vez, se ha practicado una retórica de la criticidad y de la democracia, surgidas de la combinación entre los inicios semiolvidados de los Ec en el pensamiento de la izquierda británica con la aceptación abierta de la cultura de masas, propuesta como una apertura al gusto de las mayorías.

Lo cierto es que lo recién señalado, aunado al espíritu alivianado de los tiempos posmodernos ha dado por resultado un considerable acopio en cuanto a producción de bibliografía y artículos hemerográficos, logro de citas en trabajos de terceros, presencia protagónica en congresos académicos relativos a disciplinas diversas, y prestigio relativo de sus miembros más reconocidos.

Sin dudas que en otro horizonte histórico-cultural (digamos por ej., el de los años setentas en Latinoamérica) sería difícil que se hubiese aceptado con fruición la consagración de la “epistemología del shopping” (G.Canclini), la entronización del cambio de canal de TV como supuesta resistencia, o la celebración del consumo como nueva forma de la ciudadanía. Esta serie de postulaciones que van en inversa relación con el agravamiento progresivo de la

situación social en el subcontinente durante las últimas décadas, se inscriben en una condición cultural de socavamiento de la capacidad conciente de negación, y de instalación de la superficialidad del campo de la imagen como principal modalidad de relación con el mundo. Estas nuevas formas de la cultura que no tiene sentido exorcizar, pero de las que hay que dar cuenta estrictamente, son el marco dentro del cual los Ec se han establecido, como específico ser-parte-mismo de esa cultura a la cual describen y buscan estudiar.

Lo cierto es que el llamativo éxito de los Ec se asocia con la invisibilización de los orígenes que ellos tienen como escuela, dado que se reconoce a sus autores pero –como ya señalamos- no se los suele reunir bajo el nombre de “Ec”. De tal manera, se les suele otorgar un halo de originalidad –cuando no de la siempre mítica y latinoamericana *originariedad*- por el cual estos Ec en nuestro subcontinente constituirían una novedad conceptual propia sólo de nuestra producción, y que nada debería a previos desarrollos en otras latitudes.

Por supuesto, la aplicación latinoamericana de los Ec no es una *copia* de alguna versión previa, e implica algo muy diferente a una especie de deducción simple desde ciertas premisas previamente asumidas. Pero *a contrario sensu*, resultan por completo incomprensibles en su génesis tanto como en sus contenidos, sin la explícita remisión a los Ec iniciales en Gran Bretaña, y más aún a la posterior versión estadounidense y canadiense de ellos. Sin embargo, insistimos en que ni partidarios ni adversarios de los Ec latinoamericanos han enfatizado demasiado el punto de su relación con tradiciones anteriores, de manera que se ha dado a esta versión latinoamericana un aura de peculiaridad que no es la menor de sus cartas de consagración.

Lo cierto es que tras la gran difusión de estos estudios, surge su posicionamiento como espacios conceptuales dignos de ser analizados ellos mismos. Es decir, surge la posibilidad de hacer *metateoría* sobre los estudios culturales, tomarlos como objeto de tratamiento. Y si bien es adecuada la conocida frase de Lacan relativa a que “no hay metalenguaje” (y que por ello todo metalenguaje está ceñido a los problemas de interpretación múltiple a que lo está el lenguaje-objeto), de cualquier modo es cierto que se trata de una reflexión “de segundo orden”, que por ello puede ser distinguida del análisis de temas distintivos (por ej. los medios de comunicación o las identidades juveniles) por parte de los Ec.

Estos textos de tratamiento sobre los Ec, podemos dividirlos entre los que sus autores hacen sobre sí mismos, y los que otros han realizado sobre ellos. Los primeros han sido mayoritaria –pero no exclusivamente- autolaudatorios, los segundos mayoritariamente críticos y –en algunos casos- decididamente adversos. Aquí tomaremos en consideración a algunos de los críticos (que incluyen ciertos autores de Ec). Por supuesto que no pretendemos otra cosa que tomar en consideración algunos trabajos que hemos considerado relevantes, no a toda la producción que pueda encontrarse sobre Ec en el subcontinente.

3.1.El camino de las críticas: la cultura puede decirse de muchas maneras

3.1.a. Derroteros inciertos

El primer intento crítico de peso en Argentina hacia los estudios culturales estuvo dado por un libro compilado por Eduardo Grüner y publicado en 1998 (13). Tal texto tuvo la virtud de operar casi como “presentación” para el público local de dos autores no exactamente inéditos, pero sin duda para entonces poco conocidos en el país: F. Jameson y S. Žižek. Grüner se encarga de hacer una biografía intelectual de cada uno de ellos y de presentarlos al espacio intelectual local, lo cual fue sin duda un aporte de peso, dado el valor teórico de la obra de cada uno de estos autores.

A su vez, el libro resulta un tanto desparejo, por variadas razones. Se compone de una larga introducción del mismo Grüner, y luego de un trabajo de Jameson y otro de Žižek. Pero de entrada cabe advertir que el texto de este último se refiere al multiculturalismo, y no específicamente a los Ec. Y si bien en algunos casos estos últimos pueden haber tomado a aquel como objeto –e incluso como motivación epistémica, como lo propone a menudo García Canclini– en estricto sentido es evidente que el multiculturalismo nada decisivo debe a los Ec en su desarrollo dentro del espacio sociopolítico, así como los Ec estaban en existencia antes de que el multiculturalismo se impusiera como fenómeno. En todo caso, despejar la fusión que suele hacerse entre ambos tópicos es de por sí una tarea epistemológica necesaria, y en este libro la situación aparece nítida y –como se hubiera dicho en otros tiempos– “en estado práctico”: cuando se lee a Žižek a uno le queda claro que no está haciendo referencia alguna a la producción en Ec. Sus ataques al multiculturalismo como asunto ya incluido en la esfera de la oficialización de los gobiernos capitalistas y las agendas de organismos internacionales no dejan de resultar de interés, aun cuando quepa preguntarse si tanta furia contra el liberalismo como legitimador del capitalismo actual, no puede volverse hacia la promoción de actitudes antidemocráticas de derecha, las que por cierto no han faltado durante los últimos años en el continente europeo.

A su vez, el texto inicial de Grüner sí parece dirigido a una crítica de los Ec en cuanto tales. Sin embargo, está lejos de cumplimentar plenamente ese propósito. Grüner es uno de los intelectuales ligados al marxismo más detallados y cuidadosos en el análisis de la cultura contemporánea dentro de Argentina, y ello se advierte incluso en los trabajos de su autoría que aparecen a veces en diarios o suplementos culturales. Sin embargo, en este caso nos encontramos con una crítica que llamaríamos “externa” a los Ec, dado que no hay referencias específicas a ningún autor de estos, ya sea en la tradición sajona o en la latinoamericana. Las alusiones a una reivindicación teórica del marxismo (que incluyen de una manera llamativa –por ej.– una tardía defensa de la actualidad del pensamiento de Althusser) son quizás adecuadas para enfrentar el ablandamiento teórico en boga, pero lo harían con más eficacia si se estableciera con mayor precisión en qué consiste su actual pertinencia. En todo caso, ésta no es puesta al servicio de un seguimiento estricto de las obras de Ec, de modo que no es evidente para quien lee a qué autores y textos se está refiriendo la crítica de Grüner, menos aún si se tiene en cuenta que la denominación “Ec” ha tenido tan escasa utilización en nuestro medio.

Sólo el trabajo de Jameson refiere a Ec con más precisión dentro del libro. La indisputable calidad teórica del autor estadounidense está presente en su texto, tanto como lo está su ambigua posición en relación con los Ec. Siendo un marxista atento y sensible a las cuestiones de la cultura y la significación, ha encontrado en estos estudios remisión a tales aspectos, habitualmente poco asumidos en la tradición de la izquierda teórica (y menos aún en

la más directamente política). Ello lo lleva a una cierta aceptación de los Ec, pero a la vez no deja de advertir los peligros de la carnavalización conceptual, y el festejo populista de la cultura de masas “realmente existente”.

De entrada, Jameson advierte cómo lo “posdisciplinario” de los Ec no impide que un tópico central sea su relación con las disciplinas establecidas, en consonancia con lo que ya hemos observado sobre ese punto. Muestra su relación con la Comunicología (sobre todo en Canadá) y con la Antropología, dejando abierta la cuestión de que no puede cubrirse el espacio previo de cada una de ellas. En todo caso, la originalidad de los Ec residiría en su relación con los movimientos sociales y lo que excede el mundo académico. Ahora bien, esta versión de Jameson parece simplemente asumir la “historia oficial” de los Ec, sin atender a su mayoritaria desconexión con lo directamente social establecida en la implantación estadounidense de la escuela.

La alusión posterior a “Frente popular o Naciones Unidas” hace a asumir el cruce de las identidades como espacio preferencial de los Ec, con lo que ello implica de necesario abandono de políticas más precisas de “frente popular”; aparece aquí la tensión entre una política de reivindicación de las clases explotadas y la de defensa de la pluralidad multicultural. Jameson deplora el abandono que en nombre de una nueva ortodoxia, los Ec han hecho de tradiciones como las del marxismo y el psicoanálisis, y dedica todo un acápite a rechazar la pretensión de proponer a los Ec como sustitutos del marxismo (por nuestra parte, aclaramos que los autores latinoamericanos como García Canclini y Martín-Barbero en diversas ocasiones han expresado su rechazo del marxismo, supuestamente “superado” por la versión teórica ofrecida desde los Ec).

Jameson dedica una parte del texto al concepto muy usado en los Ec estadounidenses, de “articulación”, mostrando su debilidad intrínseca. Es de destacar que en su libro posterior C.Reynoso también insistirá en la falta de precisión de esta categoría, a menudo presente más como una especie de talismán retórico, que como una instancia de explicación efectiva (cabe aclarar que en el caso latinoamericano no hay una remisión persistente a tal noción de “articulación”).

También el autor dedica un largo pasaje a la cuestión de las identidades grupales, mostrando que no debiera hipostasiarse estas, pues se las presenta como bloque unívoco contra otras identidades, ocultando que dentro de cada grupo existen diferencias y matices. Las políticas de la diferencia sostenidas desde los Ec debieran insistir en este fenómeno para evitar convertir a cada identidad grupal en una mónada agresiva contra todas las demás.

Al hablar luego de “intelectuales flotantes”, Jameson da de lleno en uno de los puntos más frágiles de los Ec, su populismo antiintelectual. La crítica es muy lúcida: “El síntoma negativo del populismo es precisamente el odio y el rechazo hacia los intelectuales como tales...Se trata de un proceso simbólico contradictorio, no muy distinto del antisemitismo judío, dado que el populismo constituye, en sí mismo una ideología de los intelectuales (el “pueblo” no es “populista”), que representa un intento desesperado de reprimir su condición y negar la realidad de su vida” (14). Continúa Jameson atacando al “populismo como una doxa” (p. 122 y ss.): allí Jameson rechaza toda la retórica vacua sobre el “poder” difuso, que

acompaña a buena parte de los Ec, y muestra cómo la ideología liberal se ha entronizado en ellos, disfrazada de lucha contra el economicismo marxista.

Finalmente Jameson deja notar la cuestión de la internacionalización de los Ec, a la vez que la forma en que estos estudian la internacionalización cultural y el tema de la Nación. Advierte que la transnacionalización de la empresa de los Ec no deja de estar fuertemente permeada por el poder de la academia estadounidense; que el tema de la Nación no puede ser simplemente despachado de cuajo como si ya no existiera (ha sido en todo caso reconfigurado, y se requieren nuevos mapas para pensarlo), y que en todo caso los Ec pueden ser una promesa válida de asumir la conceptualización de las nuevas situaciones, si es que ellos no ceden a sus tendencias más populistas y al abandono de toda teoría estructural en nombre de la inmediatez y lo cotidiano.

Como síntesis, se diría que el libro de Grüner es una aproximación primera y todavía tibia a lo planteado desde los Ec, con una referencia no muy específica, y una crítica –en el caso de Jameson- planteada desde un campo muy cercano a los Ec mismos (Jameson escribió ese texto como una Introducción a una vasta antología de Ec del hemisferio Norte). Unos años después, el autor argentino ha escrito un nuevo libro –muy reciente, de modo que no hemos podido aún analizarlo- donde quizás apunte con más precisión al mismo fenómeno (15)

3.1.b.La obliteración de lo sublime

Otro de los intentos críticos ha sido sin duda el del argentino Nicolás Casullo, alguien que antes se había interesado por la cuestión de la posmodernidad, pero siempre desde un punto de vista de sostenimiento de la crítica moderna de la cultura, es decir, ligando la noción de lo posmoderno a la de lo que personalmente he denominado “crítica moderna de la modernidad” (16)

Casullo es claro en su propósito desde el inicio: recuperar la posibilidad de la negación y de la crítica en tiempos en que estas se ven amenazadas desde el poder y desde la capacidad que este tiene de captación de los intelectuales. Nos dice: “Teniendo en cuenta lo que la actualidad señala como desfallecimiento de una crítica con perfiles drásticos, la pretensión de estas páginas es situar precisamente la reflexión sobre algunas facetas de aquel pensamiento cuestionador que contiene atributos de disconformidad categórica con el mundo culturalmente dado” (17). El camino es definido: oponerse al creciente adaptacionismo de las posturas intelectuales en el campo de los problemas culturales, a los fines de rescatar la posibilidad de una posición no ganada por la integración y la asimilación.

Casullo advierte la enorme pregnancia que las posiciones en pro de lo dado han venido asumiendo en las últimas décadas, a partir de la caída de las alternativas político-prácticas al capitalismo vigente. De tal modo, los discursos han ido deviniendo crecientemente funcionales, al punto de llevarlo a preguntarse: “¿Cómo era el mundo antes de “los simulacros”, las “realidades virtuales”, la “cultura de la imagen”, la “fragmentación de las identidades”?” (18). Pareciera imposible descubrir, tras el magma de la producción conceptual de este tiempo, alguna densidad ontológica por fuera de las virtualidades, alguna materialidad

que rebase el mundo sígnico, algún compromiso que trascienda la asunción del instante y la satisfacción de los propios intereses.

Por ello las apelaciones del autor a Rousseau, a Max Weber e incluso (y con alguna brevedad algo sorprendente) a Lukács: trazas de la modernidad desde las cuales recuperar la densidad de la palabra y la distancia con respecto al presente. Desde este legado asume Casullo el capítulo segundo de su libro, dedicado definitivamente a las investigaciones sobre cultura. En ningún momento habla el autor de Ec expresamente; pero no cuesta demasiado advertir que si no el único, al menos ése es sin duda uno de los blancos preferenciales a los que va dirigido su discurso.

Como ejemplo de lo antedicho, sirva esta referencia: “Durante la última década gran parte de las cuestiones comunicológicas se deslizaron de manera casi excluyente hacia un escenario académico de amplia disponibilidad entre sus riberas: la cultura...hasta el punto de transformar tales enfoques, bajo atmósfera *posdisciplinaria*...”(19). Como se ve, se reúnen aquí dos de los reconocidos tópicos en los Ec, altamente ligados entre sí: la supuesta “superación de las disciplinas”, junto al hecho de que la Comunicología es uno de los sitios privilegiados en que se produce la instalación –disciplinaria, por cierto- de tales Ec, en atención precisamente a que éstos pueden inscribirse en diversos sitios por no ser propios de ninguno.

Casullo entiende que hay en los Ec una agregación de datos sin la suficiente ordenación conceptual, una especie de descripción que permanece en el campo de las impresiones: “...la monotonía de un subgénero en boga: el de la impertérrita agregación de datos para la descripción de los paisajismos culturales” (20). Y se agrega poco después: “Una cosmética del *pensar bello* que regresa como género ornamental y a la vez hospitalario de un tiempo dominado por la vulgata de las “verdades narrativas” (bastardillas y comillas en original) (21).

La desaparición de lo sublime kantiano en manos de lo bello es subrayada por Casullo, como en otro contexto lo ha sido por Jameson. Se trata ahora de la externo, ornamental, visible, por encima de la posibilidad negativa que porta lo sublime, de su radical a-representacionalidad. En ese hacer todo visible propio de los tiempos de predominio de la imagen, en esa obscenidad para la cual no queda el resto de lo impensado, se atiende la crítica que Casullo sostiene con fuerza, siendo los Ec al menos parte importante de aquellos que pudieran ser tocados por tal crítica. Esto vuelve a advertirse cuando el autor señala respecto a sus adversarios, a los cuales resulta evidente que ha preferido –por algún motivo que no resulta precisable- no nombrar de manera expresa: “Y así como la historia como espectáculo reposó sobre la discutida figura del ciudadano, el espectáculo como historia se sustenta sobre otro actor mítico-estético: el receptor” (22), señalamiento que no puede dejar de asociarse al peso que la obra de Martín-Barbero otorgó al receptor mediático, en consonancia con el que le otorga buena parte de la literatura estadounidense de *cultural studies*. Si recordamos la categoría de “apocalípticos” que Martín-Barbero aplicara a sus adversarios teóricos en alguna entrevista (23), suena muy contrastante esta afirmación: “Resulta significativo que en el campo de los estudios culturales gravite tanto, todavía, aquel slogan tan escaso como mitificante de “apocalípticos” e “integrados”, cuya resonancia binaria hace treinta años que busca simplificar o camuflar el acelerado desdibujarse de una teorización crítica de la cultura. La exitosa brutalidad de dicho rótulo...”(24).

Casullo habla luego de la amenaza, del recelo, con ecos nietzscheanos. Es que no sólo la figura de Marx resultaría adecuada para salvar las energías críticas de la modernidad, sino también la de aquellos autores que fueron capaces de algún tronar, de resonancias fuertes, aquellos que no se atenían a las tenues banalidades del presente posmodernizado y conciliatorio. En dicha tesitura, el estilo módico de los Ec, su ubicarse como “teorías débiles” que no pretenden el asentamiento en criterios de crítica, resulta obviamente rechazable. Todo el posterior itinerario del libro de Casullo continúa en la misma dirección: si del pasado se trata, sería para encontrar no una nostalgia, sino vestigios desde los cuales desatar un presente que fuera digno de las figuras de ese pasado. Que fuera capaz de redescubrir, entonces, el conflicto, la lucha y la imposibilidad de admisión de la mercantilización como si ella fuera el horizonte irrebalsable del presente.

3.1.c.: Campos de confluencia: Latinoamérica revisitada

Una monumental antología de textos de estudios culturales –en este caso relacionados con A.Latina- es la que presenta M.Moraña en un libro editado en el año 2000 (25). Trabajado a partir del Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana de la Universidad de Pittsburgh, el libro recopila los resultados de un Simposio realizado allí en 1998, con otras contribuciones agregadas a posteriori.

Estos trabajos no sólo son “de” Ec, sino “sobre” estos, es decir, en muchos casos toman a los Ec como objeto de tratamiento y de evaluación (crítica o no, según el emisor). Los que escriben son en gran mayoría latinoamericanos, o en su caso autores que han trabajado sobre Latinoamérica, aun cuando lo hagan desde los países del Norte. La recopilación resulta muy rica en su vastedad, variedad y espacio de acercamiento entre latinoamericanos que escriben desde el subcontinente, y aquellos que pueden mirar “desde fuera” esos análisis y ponerlos en contraste con los propios, realizados desde la academia de los países centrales. El amplio intercambio de estos derroteros diferenciados da lugar a una rica gama de miradas y extrañamientos mutuos, que hacen del libro un espacio de consulta obligada para esta problemática.

Lejos de mi intención hacer una especie de “balance general” de una antología tan variada; nos limitaremos sólo a unos pocos textos, y a algunos de sus postulados más destacables. Sí es preciso dejar constancia expresa de que una consideración más detallada sería sin dudas sumamente útil, para aprovechar al máximo las posibilidades abiertas por una textualidad amplia y divergente.

Ya en la introducción, la compiladora nos señala su preocupación respecto de “el lugar de las ideologías en la definición de agendas culturales que se enfrentan al vaciamiento político en la posmodernidad” (p.9). La necesidad de reintroducción de lo político al análisis resulta central en su discurso; se habla de “riesgosos, *pero aún pertinentes* polaridades (Norte/Sur, centro/ periferia, hegemonía/subalternidad, escritura/oralidad)”...y luego: “¿Cómo restituir, finalmente, la historicación y la política a análisis que al relocalizarse en torno a la

centralidad de la cultura parecen resolverse, con frecuencia, en el solaz del “pensamiento débil”, las aventuras del pastiche ideológico o las trampas de la amnesia colectiva?” (p.10)

Sin dudas que estas preocupaciones coinciden con las que muchos hemos manifestado en nuestros propios trabajos en relación con los Ec. Sigue M.Moraña: “pero la (Inter o trans) disciplinabilidad es tan sólo uno de los aspectos del problema. El otro –estrechamente ligado al anterior- es el del probable *disciplinamiento* de los Ec en la medida en que estos se van integrando al menú académico y a sus sistemas de control institucional. Si el populismo constitutivo de los *cultural studies* termina reduciendo los antagonismos a mera *diferencia* haciendo de ésta la nueva *identidad* de la posmodernidad, el carácter revulsivo de prácticas sociales y discursos antihegemónicos tiende a quedar absorbido y naturalizado en microanálisis que no remitan a parámetros teóricos o a programas político-ideológicos mayores y que pueden correr el peligro de agotarse en su propia dinámica culturalista” (p.10).

Creemos que la cita es sin dudas elocuente en cuanto a manifestar –en palabras de una académica que por trayectoria e intereses está inmersa en la perspectiva de estudios sobre lo cultural- cuáles son los peligros que acechan a los Ec en cuanto a su pérdida de relación con los marcos estructurales, y a su despolitización creciente. Son problemas que –nos señala la autora- “pueden llegar a causar el quiebre definitivo de la propuesta culturalista”; aunque a su vez “es indudable que los Ec han realizado ya, para el caso de A.Latina, una intervención fundamental, quizá definitiva, en la manera de concebir la cultura y las relaciones entre canonicidad y disciplinabilidad...”.

En esta tensión entre aportes de los Ec (en cuanto a temáticas y enfoques) y peligros que acarrear (en cuanto a populismo y despolitización), se encuentran los artículos de la antología a que referimos, donde pueden hallarse los más variados matices de estas opciones.

Por ej. C.Rincón muestra que algunos perciben a los Ec como “una provocación” (26), que puede relacionarse al uso de ciertas metáforas a las que se otorga valor explicativo (caso “hibridación”), o a las dificultades de la sociología académica para dar cuenta de los nuevos fenómenos socioculturales en curso. Rincón refiere la reconocida antología de Golding y Ferguson (27), para señalar que las críticas externas son parte del proceso de revisión que hoy sufren los Ec, y que muchas de ellas provienen precisamente de esas versiones más tradicionales de las ciencias sociales. Tras estos señalamientos, un detallado proceso de análisis de la noción de *hibridación* a partir de Bhabha, finaliza en mostrar que la aplicación de dicha noción por García Canclini al caso latinoamericano no ha sido suficientemente precisa, dando lugar sólo a referir a la heterogeneidad de influencias que provienen de lo premoderno, lo moderno y lo posmoderno.

En todo caso, la crítica de la noción de hibridación es una de la que por nuestra parte no hemos practicado en el libro **Teorías Débiles**, pero sí una de las que más habitualmente se ha realizado al autor argentino, a partir sobre todo de quienes están ligados a las posiciones poscoloniales, dentro de las cuales se busca mantener una fidelidad mayor a iniciadores de tal corriente como es Bhabha. La insistencia de estos últimos en cuestiones como la no unidad interna de cada subjetividad, y la búsqueda –o al menos pretensión- de politizar el discurso en orden a las relaciones de poder en la geopolítica mundial, hacen que entiendan que la noción de hibridación de García Canclini carecería a la vez de precisión y de sentido crítico. Abril

Trigo es un ejemplo al respecto –en su caso ampliando la crítica hacia algunos usos poscoloniales del término– cuando señala la hibridez como “comodín hermenéutico poscolonial”, a la vez que dedica a la crítica de García Canclini gran parte del contenido del acápite que lleva dicho título (28).

Otros de los tópicos de crítica muy conocidos van apareciendo en textos del libro: el señalamiento de la abdicación ideológica supuesta en la apología del consumidor (29); la referencia a que los Ec llegaron a Latinoamérica por vía de su previo paso por Estados Unidos, con el *adaptacionismo* del caso (30); el peso de la academia estadounidense en la configuración de una agenda sobre Latinoamérica (aunque –en el artículo de De la Campa– poniendo el peso al respecto en los poscoloniales, no en los autores que nosotros llamamos estrictamente de Ec latinoamericanos) (31); la crítica a “las vagas referencias a la necesidad de estudios interdisciplinarios sin primero repasar aspectos fundamentales de la institucionalidad académica, que fuerzan a establecer los Ec” (32); el vaciamiento de lo político, y la necesidad de su reinstalación (33); el abandono de las ciencias sociales a las modalidades de los estudios literarios (34); la crítica ideológica a los Ec, que en el caso de Ricardo Kaliman parte de una postura un tanto formalista de adhesión al marxismo y de no asunción de lo posmoderno (35); y –por cierto– nuevas críticas a la noción de hibridez según su uso por García Canclini en la escritura brillante de Alberto Moreiras, quien advierte una apropiación conceptualmente debilitada de la noción (36).

Una disección acabada de los aportes del libro merecerá algún posterior estudio específico. Por ahora, nos conformamos con advertir cómo muchos de los puntos críticos que se advierten en trabajos de autores sajones como la referida compilación de Ferguson y Golding, están también plenamente presentes en la compilación de Mabel Moraña (y en lo que ella advierte en su Introducción), de modo que no cabe dudas respecto de: 1. La relación de paralelismo entre los “puntos vulnerables” de los *cultural studies* sajones y de los Ec latinoamericanos, lo que por otra parte lleva a advertir la remisión que los segundos han tenido a los primeros; influencia nunca suficientemente asumida, aun cuando la versión local lleve menos al extremo algunas tendencias; 2. La problematicidad intrínseca de varios de estos puntos (licuación de ciencias sociales en humanidades, postulación interdisciplinaria sin parámetros epistemológicos, acriticidad ínsita en la noción de audiencias omnipotentes, etc.), y la necesidad de su disección y revisión sistemáticas.

Al pasar, señalemos que el libro de M. Moraña reúne a autores poscoloniales en sus diversas denominaciones (posoccidentales, subalternistas, etc.) con aquellos que nosotros hemos denominado “propriadamente” Ec (los que provienen de la tradición que pasa por Williams y luego S. Hall). Por supuesto que no cuestionamos que también a los primeros pueda denominárselos “estudios culturales”; la decisión de uso del nombre es convencional, y remite a contextos y finalidades determinados en cada caso. Reunirlos a todos tiene la ventaja de ofrecer espacio a sus mutuas diferencias y tensiones; pero también la desventaja de unir en una sola discusión algunas posiciones disímboles. En todo caso, la antología de M. Moraña asume el debate en sus muy diversas vertientes y enfoques, y de tal manera se configura en un espacio de consulta irrenunciable para quien se interese por estas temáticas.

4. Las ciencias sociales en la cultura del negocio

Dos grandes tendencias alcanzamos a avizorar en las ciencias sociales contemporáneas –ya para sintetizar nuestro trabajo-. Una de ellas, la que conlleva la progresiva mercantilización de la ciencia, su servicio directo a los intereses gerenciales de las empresas o el Estado en nombre de un supuesto “nuevo modelo” científico (36), también él interdisciplinario, y además de ejercicio grupal, con finalidades pragmáticas; la otra –que es la que hemos venido considerando- más sutilmente influenciada por las mismas características del presente mundo globalizado: ciencia “débil” con disminución de la negatividad en lo ideológico, con caída de lo empírico y lo teórico en pro de lo simplemente retórico, y debilitamiento de lo epistémico en orden a una llamada a la innovación sin criterios precisables.

Creemos que la primer tendencia se explica en gran medida por sí misma, y no requiere demasiado análisis para que se advierta su obvio estar pensada desde el poder y a su servicio. El pensar en criterios pragmáticos como único horizonte de producción de la investigación, suponer que hay que resignar lo epistémico en aras de lo aplicativo, dar por “acabada” la ciencia independiente como si fuera propia de un modelo “retrógrado”, es el discurso mismo que tienen la mayoría de las instituciones dedicadas al financiamiento de la investigación, incluso –muy tristemente- las estatales, y buena parte de las universitarias. El discurso dominante ha infestado al mundo académico, y no cuesta encontrar “criterios” tan sugestivos para otorgar financiamiento estatal, como hacerlo sólo para aquellos que ya lograron financiamiento privado, pues estos “habrían hecho su propia contribución”. Con ello, la disminución del peso del pensamiento crítico, de las humanidades y de los desarrollos de las ciencias sociales no inmediatamente utilitarios, y aún de parte de la ciencia básica en disciplinas físico-naturales, queda completamente asegurada. En ese horizonte nos encontramos hoy, y es sin duda este un espacio decisivo de lucha en que debemos inscribirnos quienes queremos salvaguardar el pensamiento crítico y márgenes razonables de independencia académica.

Pero no es esta línea la que hemos venido explorando en nuestro trabajo, sino la segunda, la de las que hemos denominado “teorías débiles”. Asistimos a una progresiva pérdida de criticidad y de pertinencia política de los trabajos en las ciencias sociales, a la vez que a una desarticulación de criterios epistemológicos disciplinares que sin dudas se muestran problemáticos, pero que tienden a ser reemplazados por la simple improvisación o el eclecticismo puestos bajo el nombre de inter o transdisciplina. Las características de este aflojamiento a la vez ideológico y epistémico las hemos desarrollado ya considerablemente en el análisis de los Ec, como también los habíamos hecho antes con la deconstrucción (ambos recopilados en el libro **Teorías Débiles**). En este mismo trabajo hemos continuado aquel análisis inicial sobre los Ec. Nuestra hipótesis es que nos encontramos ante una tendencia más general en el campo de las ciencias sociales, e incluso en el de la Filosofía: en este último, las discusiones principistas que surgen del auge de la Filosofía política (37) y de la Ética muestran elocuentemente que ante la crisis de la proyectualidad política emerge la pregunta por los principios abstractos, y una especie de “envío al cielo platónico” de las preguntas que no pueden responderse desde las ciencias sociales o la práctica directa.

Tiempo de ablandamiento generalizado del discurso; frente a lo que no se sabe, a veces se prefiere decir en una especie de *mid-dire*, que buscar cómo enfrentar la nueva complejidad con herramientas suficientemente acrisoladas. Es cierto que la innovación siempre empieza por la incertidumbre: pero también lo es que no puede hacerse de la incertidumbre una virtud, y menos aún una permanente base de posiciones que se sostienen a menudo sin señalar que tal base no está asentada.

Esta situación de las ciencias sociales y la filosofía está enclavada en situaciones objetivas; dicho de otro modo, no pensamos que resulten casuales o casuísticas estas modificaciones en los discursos teóricos. Sin dudas que hay una nueva condición del capitalismo que es la que establece las condiciones materiales que generan esta nueva realidad.

Tales condiciones se relacionan con el peso actual del capital financiero, por una parte, en la conformación global de la masa de capital, con el consiguiente incremento de los flujos de movilidad de remesas dinerarias; con el lugar creciente del saber en la modificación de los procesos de producción, por vía de la permanente innovación tecnológica, y la decisiva influencia de esta en la posibilidad de publicitación y venta de los productos; y por último –y no poco importante– el paso de lo simbólico a ser parte de lo infraestructural de la economía, es decir, el peso cada vez más grande de las industrias internacionalizadas de lo cultural como productoras de ganancia, y por ello la aparición de lo cultural como factor propiamente económico, no sólo como lugar de simbolización de lo que sucede en alguna esfera económica que le fuera exterior. En este último sentido el surgimiento de la TV satelital aparece por sí solo como una fortísima fuente de ganancias, así como sin dudas lo es la música en su internacionalización y paso a la imagen por vía del video-clip, los video-juegos como pasatiempo juvenil de masas, los deportes por vía de su multiplicación en espejos infinitos por televisión, e Internet incluido el correo electrónico, en cada caso con todos los aditamentos técnicos y de equipamiento que les están asociados.

Como se ve, hay modificaciones estructurales importantes que dibujan una nueva trama del capitalismo global, y del lugar de la cultura y las comunicaciones dentro suyo. Esta permanente penetración de la cultura en el capital y viceversa, están afectando doblemente a las ciencias sociales, se hagan estas cargo o no de la situación de manera conciente: 1.El objeto de análisis de las disciplinas sociales a menudo está constituido por estos fenómenos que acabamos de describir: lo mediático, la globalización informática y comunicativa, etc. De modo que en el análisis mismo del objeto se va produciendo una inevitable influencia de este, que va conformando a menudo a los sujetos de estudio “a su imagen y semejanza”. Descubrir los mecanismos del mercado cultural, puede servir a hacerse cargo de ellos para ubicar allí el propio producto científico; aprender sobre el peso de las comunicaciones en la promoción de consumos puede llevar a buscar cómo promover el consumo de la propia producción del científico. En una palabra, se produce una relación “en espejo” con el objeto, de la que dimos breve cuenta en la parte final de **Teorías Débiles**. 2.No sólo por vía de aquello a lo que refieren las ciencias sociales, están afectadas por los nuevos procesos. Automáticamente, se diría que *constitutivamente*, están formando parte de esas nuevas condiciones a las cuales nos hemos referido. Lo que significa que se está-ya-siendo dentro del mercado académico cada vez más ligado a lo mediático, más jugado al *fast-thinking*, más subvencionado desde los espacios del marketing y del poder económico. Escribimos ya inscriptos *de hecho* en una

situación que a menudo no conocemos, pero en la que estamos insertos a fondo, donde cabe considerar desde los financiamientos al clima cultural, desde los mecanismos de consagración a las modalidades evaluativas. Las ciencias sociales mismas son parte hoy del nuevo espacio en que se juegan comercialmente el saber y la cultura, más allá de cualquier intencionalidad de los actores.

Este es el “fondo” histórico sobre el que se dibuja la crítica que venimos realizando. Los Ec han sido ejemplo paradigmático, porque por su objeto de tratamiento son especialmente sensibles al mundo de lo mediático y a la cultura de masas. No extraña demasiado, entonces, que encontremos las huellas de tales influencias como itinerario de los Ec mismos. Pero sí resulta curioso que no encontremos en el espacio académico reservas activas para generar campos de especificidad suficiente para no ser fagocitados, necesaria tarea con la que hemos buscado colaborar.

NOTAS Y REFERENCIAS

- (1) Bourdieu, P. en Bourdieu, P. y Wacquant, L.: **Respuestas (por una antropología reflexiva)**, Grijalbo, México, 1995
- (2) De Sousa Santos, B.: **Introducción a una ciencia posmoderna**, CIPOST, Univ. Central de Venezuela, Caracas, 1996
- (3) Bourdieu, P.: “Objetivar al sujeto objetivante”, ficha bibliográfica, s./d.
- (4) Un elocuente síntoma de este *revival* religioso ligado a la reaparición de lo hermenéutico como dimensión propia de la experiencia contemporánea lo mostró el encuentro realizado en Capri –febrero de 1994- por filósofos como Derrida, Trías, Vattimo, Gadamer o Gargani, muchos de ellos previamente muy lejanos a esa problemática. Están recogidas las ponencias de dicho encuentro en la recopilación dirigida por Derrida, J. y Vattimo, G.: **La religión**, Ed. de la Flor, Buenos Aires, 1997
- (5) Foucault, M.: **Vigilar y castigar (nacimiento de la prisión)**, Siglo XXI, Bs.Aires, México, 1980
- (6) Hemos hecho una aproximación a esta problemática en nuestro artículo “Derechos humanos y seguridad ciudadana: relaciones conflictivas”, en **Revista Nórdica de Estudios Latinoamericanos y del Caribe**, Vol.31, núm. 1, Institute of Latin American Studies, Univ. de Estocolmo, 2001
- (7) Mattelart, A. y Neveu, E.: “La institucionalización de los estudios de la comunicación (historias de los *Cultural studies*)”, artíc. en la Web, Venezuela, 2000
- (8) El caso de B.Sarlo es claramente singular dentro de los Ec, dado que no comparte su ideología “integrada”, ver nuestro **Teorías Débiles (para una crítica de la deconstrucción y de los estudios culturales)**, Homo Sapiens, Rosario, 2002, p.78-79

(9) Cf. A. Matelart et al. op.cit; esto lo hemos trabajado en equipo de investigación en informe a la SCyT de la UNCuyo, Mendoza, a fines del año 1999, documento de N. Bistué

(10) Follari, R.: **Teorías Débiles (para una crítica de la deconstrucción...)**, op.cit.

(11) García Canclini, N.: “Los estudios culturales: elaboración intelectual del intercambio América Latina-Estados Unidos”, en Rev. **Papeles de Montevideo** núm. 1, Montevideo, junio 1997; García Canclini, N.: “El malestar en los estudios culturales”, docum. en la Web; Laverde Toscano, María y Reguillo, R. (eds.): **Mapas nocturnos (diálogos con la obra de Jesús Martín-Barbero)**, Univ. Central-Siglo del Hombre, Bogotá, 1998

(12) Moraña, M (ed.): **Nuevas perspectivas desde/sobre América Latina: el desafío de los estudios culturales**, Cuarto Propio-Instituto Internac. de Literatura Iberoamericana, Santiago de Chile, 2000

(13) F. Jameson-S. Zizek (introd. E. Grüner): **Estudios culturales. Reflexiones sobre el multiculturalismo**, Paidós, Bs. Aires, 1998

(14) F. Jameson: “Sobre los estudios culturales”, *ibid.*, p.116

(15) El nuevo libro de Grüner también está en Paidós, editado en 2002, y se llama **El fin de las pequeñas historias**

(16) Un diálogo teórico sobre el tema posmodernidad, hecho de mi parte con Casullo (y también con R. Forster, que ha trabajado cercano a él) en “La posmodernidad en debate. En torno a un libro de Roberto Follari”, Rev. **Dissens** núm.3, op.cit.

(17) Casullo, N.: **Modernidad y cultura crítica**, Paidós, Bs. Aires, 1998, p.9

(18) *Ibid.*, p.15

(19) *Ibid.*, p.45

(20) *Ibid.*, p.44

(21) *Ibid.*, p.46

(22) *Ibid.*, p.52

(24) *Ibid.*, p.55

(25) Moraña, M.: **Nuevas perspectivas desde/sobre América Latina...**, op.cit.

(26) Rincón, C.: “Metáforas y estudios culturales”, en **Nuevas perspectivas desde/sobre América Latina: el desafío de los estudios culturales**, *ibid.*, p.59

- (27)Ferguson, M. y Golding, P. (eds.): **Economía política y estudios culturales**, Bosch, Barcelona, 1998
- (28)Trigo, A.: “Fronteras de la epistemología: epistemologías de la frontera”, en **Papeles de Montevideo** núm. 1, Montevideo, 1997
- (29)Larsen, N.: “Los estudios culturales: aperturas disciplinarias y falacias teóricas”, en M.Moraña (comp.): **Nuevas perspectivas...**, op.cit., p.75
- (30)Ibid.
- (31)De la Campa, R.: “De la deconstrucción al nuevo texto social: pasos perdidos o por hacer en los estudios culturales latinoamericanos”, *ibid.*, p.89
- (32)Vidal, H.: “Restaurar lo político, imperativo de los estudios literarios y culturales latinoamericanistas”, *ibid.*, p.121
- (33)Ibid.
- (34)Vidal, H.: *ibid.*, p.123
- (35)Kalimán, R.: “Un muerto que habla: a favor de la crítica ideológica”, *ibid.*, p.127 y ss.
- (36)Moreiras, A.: “Hegemonía y subalternidad”, *ibid.*, p.135 y ss.
- (37)Gibbons, M. et al.: **La nueva producción del conocimiento (la dinámica de la ciencia y la investigación en las sociedades contemporáneas)**, Pomares-Corredor, Barcelona, 1997
- (38)Follari, R.: “El auge de la Filosofía política como síntoma”, en Iconos núm.14, FLACSO-Ecuador, Quito, 2002.

A TV comunitária nos limites da fragilização da sociedade

civil*

Sérgio Luiz Gadini**

Resumo: A emergência de TVs comunitárias no Brasil, a partir de meados dos anos 1990, vem ao encontro de uma histórica demanda pela democratização da informação. Com base na legislação da TV a cabo brasileira (Lei 8.977/95, aprovada com o apoio do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação), movimentos, entidades sociais sem fins lucrativos, sindicatos, associações comunitárias e ONGs passaram a instituir associações de usuários dos canais comunitários de TV que surgiram em dezenas de cidades do Brasil. Num país marcado por grandes dificuldades de organização da sociedade civil, tal iniciativa representou, por muitos anos, uma alternativa que parecia indicar um outro horizonte de mobilização social por questões de interesse público (como é o caso das concessões e acesso à mídia). Mas, a eleição de um governo federal teoricamente identificado com demandas e problemas sociais forjados ao longo de séculos de exclusão (como ocorreu com a escolha do presidente Lula, eleito pelo PT) acabou por indicar alguns limites nos projetos sociais envolvendo a luta pela democratização da comunicação. Tão logo o governo petista expressou sua política comunicacional, a fragilização da sociedade civil passou a expressar alguns dos limites e desafios para se pensar na execução de projetos de comunicação popular, o que também apresentou reflexos nos canais de TVs comunitárias de diversas regiões do País.

Palavras chaves: TV comunitária; democratização das concessões públicas; sociedade civil organizada.

UMA BREVE INTRODUÇÃO TEMÁTICA

Por televisão comunitária poderia-se entender toda e qualquer experiência de produção televisiva que envolve o interesse e a participação comunitária¹, mas desde a aprovação da lei da TV fechada (1995), cada vez mais, as demais experiências com vídeo popular, telão em rua ou praça, dentre outras formas de comunicação popular, passaram a ficar mais raras e, ao mesmo tempo, as organizações de entidades que se articulam em torno do canal comunitário

* Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no III Seminário Internacional Latino-Americano de Pesquisa da Comunicação (ALAIIC), realizado em São Paulo, ECA/USP, entre 12 e 14 de maio de 2005.

** Prof. Dr do Curso de Jornalismo e do Ms em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR.

¹ Essa discussão, a partir de experiências que marcaram a história da mídia popular brasileira, é feita por Cíclia Peruzzo em “TV Comunitária no Brasil: aspectos históricos” (2000). Vários outros autores também abordam o assunto, sempre retomando experiências como a TV dos Trabalhadores (SBC-SP), Bem TV (Niterói), TV Viva (Olinda), TV Mocaranga (Santarém-PA), TV Olho (RJ), Memória Popular (Natal), TV Mangue (Recife), dentre outros projetos.

do sistema por cabo passaram a ser mais frequentes... ao menos nas principais cidades do País ou naquelas onde o cabo se tornou mais comum.

Assegurado por um dispositivo previsto na lei da TV por cabo (Lei 8.977/95²) – que garante um canal para ser utilizado por entidades sociais e não governamentais sem fins lucrativos, com interesse comunitário – as TVs comunitárias começaram a surgir no Brasil, nessa modalidade do sistema a cabo, logo após a aprovação da legislação específica. Assim, a partir de 1996 várias cidades³ brasileiras passaram a contar com mais uma opção de informação, programa e expressão dos interesses desses setores da população.

Ao longo deste período, mais de oito anos de organização, estima-se que 50 cidades do País já possuem sua televisão comunitária pelo sistema a cabo – que opera através de qualquer das operadoras em ação nas respectivas cidades –, revelando experiências que envolvem desde a ampliação de espaços de trabalho até o ousado esforço público de melhorar as condições de expressão dos movimentos e entidades que integram tais projetos de mídia coletiva.

É claro que não basta olhar números e sair cantando ou comemorando. Aliás, é preciso reconhecer aqui também os limites do sistema por cabo no Brasil. De aproximadamente 5.500 municípios, em apenas 174 existe estrutura para o cabo. Dados da ABTA (Associação Brasileira de Televisão por Assinatura)⁴ indicam que, de uma cobertura de mais de 11 milhões de lares no país, existem pouco mais de 3,5 milhões de assinantes do serviço de televisão por cabo. Obviamente, existe aí o fator econômico – queda do poder aquisitivo da maioria da população – que mantém praticamente estagnada esta mesma média há exatos três anos. Entretanto, os dados que incluem os serviços com tecnologia MMDS (Multichannel Multipoint Distribution System, através de antena microondas por ar e terra) e DTH (Direct To Home, satélite-digital) elevam o acesso à TV fechada para aproximadamente 29 milhões de domicílios em nível nacional.

Mas, se for considerado o potencial dessa demanda social – que, aqui, não necessariamente coincide com o que se entende por demanda de mercado – a perspectiva é ainda bem maior do que se imagina. Em primeiro lugar porque só existem TVs comunitárias

² Aprovada em 6 de janeiro de 1995, a Lei da TV a Cabo no Brasil (nº 8.977) registrou 10 anos de existência em janeiro de 2005.

³ Considerado o primeiro canal comunitário do País, organizado desde a existência da Lei 8.977/95, a TV Comunitária de Brasília/DF foi criada em fevereiro de 1996.

⁴ Números referentes ao ano de 2003, organizados a partir de informações da Anatel, conforme a “Evolução do número de assinantes”. www.abta.com.br. Acesso em 15-06-2004.

organizadas em menos da metade das 174 cidades onde o sistema por cabo opera em nível nacional. E, em segundo lugar, já existem alguns projetos que pretendem romper com esse, ainda limitado, acesso aos sistemas de televisão fechado no País.

Em março de 2004, o deputado Edson Duarte (PV-BA) apresentou – no Congresso Nacional – um projeto de lei que visa garantir às TVs Comunitárias que atuam no sistema cabo o direito de operar em sinal aberto, UHF (Ultra High Frequency) ou VHF (Very High Frequency, de baixa potência). O projeto prevê ainda que 30% dos canais para TV digital (tão logo entrem em operação) sejam destinados à televisão comunitária.

Muito provavelmente, com o lobby que continua funcionando no Congresso Nacional – que, aliás, nesse atual governo parece estar tão ou mais suscetível de influência que em tempos anteriores, bastando lembrar a promessa de empréstimo do BNDES às empresas de comunicação – essa iniciativa não vá muito adiante. Isso, entretanto, ilustra que existem setores mais preocupados com o futuro e os desdobramentos do campo midiático que os próprios jornalistas. Aliás, já no mês de maio passado, a mesa da Câmara decidiu apensar o projeto do parlamentar baiano (número 3.459/2004) a uma proposta que tramita no Congresso (PL 2.701/97, do deputado Fernando Ferro, PT de Pernambuco), e objetiva estabelecer um Sistema para Televisão Comunitária.

Ao recorrer da decisão, Edson Duarte destacou que a proposta de sua autoria foi elaborada a partir da concepção da existência, hoje, de emissoras de TV comunitária. “Elas operam dentro de uma legalidade, digamos, precária, uma vez que embora sendo comunitárias atingem apenas um público elitizado – aqueles que podem pagar a assinatura de canal”, observou. Daí que tal proposta visa aproveitar a experiência das TVs comunitárias, sob o ponto de vista da construção de uma emissora coletiva, para um ‘local’ onde seu público possa acessá-la com mais facilidade: o serviço de assinatura por satélite e nas redes abertas de curto alcance.

“Trata-se de uma proposta simples, uma vez que se incorpora à legislação vigente, quando ela oferece uma classe especial de emissora de televisão em sinal aberto”. Assim, projeto de lei – justifica Duarte – “faz somente uma ligação entre duas normas vigentes: a Lei da TV a Cabo (Nº 8.977, de 06-01-1995) e a Resolução nº 284/01 da Anatel”⁵.

Pertinente lembrar que, em abril deste ano, o mesmo parlamentar do PV baiano apresentou à Câmara o Projeto de Lei 3269/04, que cria o Fundo de Apoio à Radiodifusão

⁵ “RECURSO (Do Sr. Edson Duarte) Recorre da decisão que determinou a apensação do PL 3.459/04 ao PL 2701/97”. In: www.camara.gov.br - acesso em 25-05-2004.

Comunitária, destinado às emissoras de rádio e televisão comunitárias a cabo. Pela proposta, o Fundo deve ser constituído por 1% dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, além de doações e dotações orçamentárias. A explicação é do próprio autor do projeto: "Além de impedir a publicidade, que poderia servir como fator de renda, a lei vigente não estabelece uma forma de o Estado colaborar para a manutenção da emissora"⁶.

A iniciativa defende que os recursos do Fundo sejam utilizados para manutenção e aquisição de equipamentos; implantação e modernização de sistemas de transmissão; construção, aparelhamento e reforma de estúdios e laboratórios destinados à produção de programas e vinhetas da emissora; além de treinamentos técnicos ou em programas de bolsas para formação de profissionais e consultoria técnica especializada.

RECORTES DE UMA TRAJETÓRIA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA

O assunto "tv comunitária", contudo, já indica que, além de demandas pontuais e por vezes mesmo consideradas isoladas, também atrai o interesse e o olhar de setores do meio acadêmico. Em julho de 2000, por exemplo, motivada pela necessidade e o desafio de formar recursos humanos para o segmento televisivo e, em especial, aos destinado aos profissionais que trabalham em televisões comunitárias brasileiras, a Cátedra UNESCO/UMESP promoveu um curso de capacitação sobre TV comunitária (Regiocom 2000).

O referido evento (Regiocom 2000)⁷ discutiu temas como as perspectivas para o desenvolvimento das televisões comunitárias brasileiras, modelos de desenvolvimento das televisões comunitárias, a TV Comunitária no Modelo norte-americano, as experiências brasileiras de TVs comunitárias, os cenários para o desenvolvimento da televisão comunitária, o modelo de desenvolvimento da TV Cultura de São Paulo, gestão de televisões comunitárias, a TV Comunitária na visão de quem produz sua programação, realizações e novos desafios das TVs comunitárias, além da perspectiva da TV comunitária como espaço publicitário. Em forma de seminários e debates, o curso envolveu profissionais de televisão aberta ou fechada, pesquisadores, docentes, alunos e representantes de entidades envolvidas na organização de projetos de TVs comunitárias de diversas cidades do País.

A perspectiva da tvs comunitárias, entretanto, nem sempre é das melhores, como

⁶ "Projeto cria Fundo para emissoras comunitárias". In: *Jornal da Câmara*. Brasília, Câmara dos Deputados, 21-04-2004. http://www.abert.org.br/D_mostra_clipping.cfm?noticia=17150 Acesso em 25-05-2004.

⁷ Outras informações sobre as discussões do Regiocom 2000 podem ser encontradas no relato sobre o evento, da autoria de João Carlos Picolin, publicado no volume 2, número 1, da revista *Pensamento Comunicacional Latino-americano* (dez/2000): <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista5/res%20eventos%205-10.htm>.

observa João Carlos Picolin, em referência à fala de Sebastião Squirra, por ocasião do Regiocom 2000⁸:

“... será difícil fazer TV Comunitária no Brasil enquanto não houver um estímulo para a organização e participação definitiva dos cidadãos em todo o processo de produção e montagem dos programas, como acontece nos Estados Unidos. Um outro fator diz respeito à socialização dos meios de expressão, caminho aberto pela TV Comunitária, porém com pouco acesso em virtude da transmissão a cabo, com pouca penetração junto aos telespectadores brasileiros”.

A dificuldade financeira de criar e manter projetos de TV comunitária no Brasil – em especial num país onde tradicionalmente a mídia é explorada como serviço privado, meio de estratégia política e até mesmo barganha comercial – é outra preocupação dos atores sociais que tem se envolvido em propostas de televisão comunitária⁹.

Para acelerar a ocupação dos canais comunitários (no sistema de TV a cabo), buscando formas de viabilizar condições e apoio aos projetos emergentes, foi criada em julho de 2001 a Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM). A criação da ABCCOM (oficializada durante congresso realizado em 21 julho de 2001 em São Paulo/SP) contou com o apoio e participação de representantes de 24 canais comunitários de diversos estados do País.

Articular parcerias com as TVs culturais e educativas (incluindo as TVs Senado, Câmara e Canal Saúde, dentre outras), criar um centro de formação e capacitação de mídia comunitária na América Latina e promover softwares livres, além de fortalecer a democratização da comunicação, são outros objetivos que constam no estatuto da Abccom¹⁰.

O que se pode considerar, entretanto, com base no que se constata do atual Governo Federal em relação à comunicação, é que não há grandes mudanças, se comparado ao que as gestões anteriores faziam na área. Apesar do discurso histórico com pretensão de mudança, o fato é que importantes setores da sociedade civil, quando se trata de tomar decisões federais

⁸ Ver PICOLIN, João Carlos. “Eventos - Regiocom 2000”. In: *Revista Pensamento Comunicacional Latino-americano*. volume 2, número 1, dez/2000.

<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista5/res%20eventos%205-10.htm>

⁹ Bem diferente do Brasil, no país considerado pioneiro no sistema a cabo no mundo (EUA) a manutenção das TVs comunitária é amparada, dentre outras fontes, por uma parcela de impostos pagos pelas emissoras de televisão comercial. Ver Picolin, J. C. <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista5/res%20eventos%205-10.htm>

¹⁰ Para produzir este ensaio, foi feito contato (por diversas vezes) com a atual diretoria da Abccom, para avaliar a situação das TVs comunitárias em nível nacional, mas não obtivemos retorno.

sobre políticas de comunicação, continuam sem acesso ou, quando ouvidos, são ignorados em suas preocupações.

Um dos indicadores da política nacional de comunicação é a ação da Anatel, que mantém praticamente as mesmas orientações das gestões anteriores (outrora alvo de crítica de parlamentares ou dirigentes petistas!), como se pode verificar no caso das apreensões de equipamentos de emissoras de rádio comunitárias¹¹.

Movimentos sociais da comunicação e o Governo Lula

Mas, quais seriam as principais expectativas dos movimentos sociais da área de comunicação para com o Governo Lula?

Certamente, a grande maioria das entidades que historicamente defenderam mudanças na política comunicacional (seja para concessões, mecanismos públicos de controle dos meios, etc) e na estrutura de mídia do País não apostava em qualquer forma de transformação radical, por parte de um governo popular, de um momento para outro. E, da mesma forma, as possíveis ações não seriam tão revolucionárias, ao menos considerando algumas alianças eleitorais que o PT foi costurando desde o início de 2002, quando deflagrado o processo de disputa para sucessão presidencial.

Todavia, tendo em vista que o PT se constitui no principal interlocutor e porta-voz dos movimentos sociais da comunicação no País, o fato é que a expectativa que foi se forjando desde os primeiros momentos da história do PT quando lideranças, dirigentes partidários ou grupos de base se posicionavam em defesa do que era entendido genericamente como a democratização da comunicação, ainda não obteve avanços significativos.

Nesse sentido, integrantes dos movimentos pela democratização da mídia – que eram considerados, ao menos até a posse do presidente, como interlocutores – deveriam ser ouvidos ou, ao menos, considerados quando o assunto em pauta seria a comunicação.

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), criado em 1991 como movimento (e também como entidade com força de expressão jurídica), que desde meados dos anos 1980 se tornou referência nacional nos debates sobre mídia e democracia,

¹¹ Dados da própria Anatel confirmam que o número de emissoras comunitárias fechadas, entre 2002 e 2003, registrou um aumento superior a 30%. Ver “Rádios comunitárias: repressão política continua”. Disponível em <http://www.piratininga.org.br/artigos/2004/07/repressao-radios.html>. Acesso 10/04/05.

foi instituindo-se como um dos pilares da área, dentre outros fatos, por congregar sindicatos, entidades, movimentos, associações populares e profissionais efetivamente preocupados com a realidade da comunicação social brasileira.

O ‘Fórum’ – como é conhecido no campo midiático – seria uma referência importante para discutir os rumos para uma política de comunicação em um eventual governo popular. Assim, atendendo a uma demanda dos movimentos sociais da área e buscando indicar pistas para o debate midiático, o Fórum apresentou uma proposta de “Política Pública de Comunicação Social”¹².

Acompanhe, na seqüência, os principais pontos do documento apresentado pelo FNDC, em forma de contribuição ao debate junto à sociedade civil e, caso interessasse, também ao eventual grupo dirigente do Governo Petista.

“Uma Política de Comunicação Social deve abranger a organização dos sistemas que constituem a sua base técnica, os produtos que estes veiculam e as relações sociais que estabelecem”, explica o documento do FNDC.

Daí os objetivos centrais da proposta de política pública apresentada: requalificar as “relações sociais em torno dos sistemas, práticas e conteúdos pertinentes à Comunicação Social”; o compartilhamento de “responsabilidades públicas entre o Governo Federal, o setor privado e a sociedade civil em torno da estruturação do mercado e dos sistemas de Comunicação Social”; a “orientação da Comunicação Social pelo interesse público e a afirmação da democracia e da pluralidade na sua atuação”.

Para viabilizar tais estratégias, a proposta do Fórum indica quatro diretrizes de ação:

- (1) orientar a “constituição de relações democráticas na formulação e implementação desta Política”, tendo por base e principal instrumento o Ministério das Comunicações que, pela proposta do FNDC, seria “caracterizado como um centro de gestão especializado na formulação e implementação da Política, através do qual os setores organizados da sociedade poderão democraticamente incidir sobre esta”;
- (2) organizar as “medidas a serem adotadas para enfrentar a espontaneidade com que o mercado e os sistemas de Comunicação Social tendem a se estruturar”;
- (3) buscar corresponder aos “esforços de capacitação da sociedade e dos cidadãos para o conhecimento e a ação em relação à Comunicação Social”. Esta diretriz, conforme o documento, seria “imprescindível para uma mobilização crescente da sociedade, do setor

privado e do Estado na realização da tarefa de fazer com que este segmento corresponda ao interesse público e dê sustentação ao desenvolvimento econômico, político e cultural do país”;

(4) e, por fim, a quarta diretriz deveria coordenar os esforços do governo petista para “impulsionar o desenvolvimento da cultura através da Comunicação Social, promovendo um processo massivo de inclusão social e viabilizando que o país alcance autonomia estratégica e exerça sua soberania, em um contexto internacional particularmente adverso”.

E como isso deveria acontecer, segundo a expectativa da proposta do Fórum? Pela proposta apresentada pelo FNDC, o Ministério das Comunicações deveria ser reestruturado para operar como o “principal agente formulador da política governamental de Comunicação Social, articulando as suas iniciativas com a ação de órgãos especializados dos ministérios da Cultura, da Educação, da Indústria e do Comércio e das Relações Exteriores, entre outros”.

Por sua vez, a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) iria funcionar como um órgão, de fato, “regulador e fiscalizador das telecomunicações e da comunicação social eletrônica, como resultado de um amplo debate junto à sociedade”.

Para viabilizar tais orientações, o Governo Federal precisaria enviar ao Congresso Nacional, já “no primeiro ano de governo, um projeto de Lei de Comunicação Social Eletrônica, que deverá corrigir as atuais distorções existentes na organização e no funcionamento destes serviços e orientar as profundas transformações que serão introduzidas pela tecnologia digital”.

Como se pode verificar, nos dois primeiros anos e quatro meses de governo, a gestão petista na presidência, na prática, ou simplesmente não entendeu as modestas sugestões do Fórum ou, talvez, optou por ignorar a proposta apresentada por uma das principais referências históricas de interlocução da área de comunicação no País.

A mudança de ação, por parte do FNDC, obviamente, não tardou a dar indícios de insatisfação com a política adotada pelo Governo do Petê. Poucos meses depois de assumir a presidência, o Governo Lula já manifestava sua intenção de rever uma posição histórica sobre a possibilidade de viabilizar recursos públicos para financiar dívidas do setor privado de comunicação. As articulações, denominadas de *Promídia*, já apontavam algumas diretrizes do Governo petista para a área de comunicação.

A iniciativa gerou críticas e protestos de (ex) aliados do atual governo. O FNDC publicou uma carta aberta ao Governo Lula, sob o título “Crise da mídia: um assunto da sociedade”¹³, em que expressa, mesmo que parcialmente, a análise que importantes setores da comunicação que trabalham em parceria com movimentos sociais passou a ter em relação ao

¹² O referido documento pode ser encontrado no site do FNDC (www.fndc.org.br). Acesso em 10/04/05.

¹³ www.fndc.org.br/carta.doc. Acesso em 05/04/05.

Governo Lula. O documento – articulado pelo FNDC, com o aval de entidades representativas de diversas áreas, setores de conhecimento, movimentos sociais e organizações profissionais – expressava a necessidade de condicionar a eventual liberação de recursos do BNDES para empresas de mídia “somente com critérios transparentes, negociação pública e contrapartidas sociais”.

Ao associar a proposta de apoio financeiro às grandes empresas de mídia ao que o ex-governo FHC viabilizou para alguns bancos (caso Proer), a carta do Fórum aponta a necessidade de tratar o dinheiro público com maior transparência, questionando a preocupação com a situação financeira de empresas privadas de comunicação e não com as empresas públicas da área, bem como levantando dúvidas sobre o controle público de um setor empresarial que historicamente foi estruturado, em certa medida, sob condições de favorecimento político e não necessariamente profissional e técnico.

Em seguida, o mesmo documento indica alguns critérios e contrapartidas para acesso ao dinheiro público, seja por meio de incentivo à produção brasileira audiovisual independente nacional e regional de qualidade, a garantia de que os financiamentos não serão usados para agravar a concentração da propriedade dos meios de comunicação ou ainda a garantia de acesso aos mesmos recursos por parte de novos empreendedores para estimular a concorrência na área e ampliar as condições de oferta para melhor desenvolver as diversas faces do sistema de comunicação social do país.

Considerações Finais

Mas, em que medida seria possível associar o atual cenário de fragilização da sociedade civil ao contexto político (e econômico) nacional? Ao assumir o Governo, a aliança partidária capitaneada pelo PT levou para a administração burocrática (direta ou indireta) inúmeros de seus quadros que, até então, estavam ligados a movimentos sociais, entidades sindicais e demais setores historicamente organizados da sociedade que, de alguma forma, representam uma expressiva parcela da população.

Essa iniciativa teve dois impactos imediatos, que ainda não foram suficientemente explicados e tampouco assimilados pela sociedade. De um lado, muitos desses novos ‘funcionários’ do Estado passaram a tentar justificar ações do governo que até então seriam inimagináveis na ótica da oposição política brasileira (seja a reforma da previdência com

aumento da taxaço dos contribuintes, reduço de direitos sociais, privatizaço de bancos, troca de cargos na lógica da barganha eleitoral do congresso nacional, manutenção da política econômica de ajuste fiscal marcada pela reduço dos investimentos públicos, etc).

De outro lado, na medida em que muitos grupos ou movimentos sociais passaram a ser ‘confundidos’ com o Governo – um pouco na lógica da absorço ou adesão política – essas representações políticas que eram identificadas fundamentalmente por iniciativas e relações de legitimidade política passaram a ser vistas com desconfiança¹⁴ e, por conseqüência, projetando assim um descrédito de uma trajetória de lutas forjadas pela defesa de direitos sociais, políticos, humanos, etc.

Não se pode, sem dúvida, atribuir unicamente o atual quadro de desmotivaço com ações políticas aos rumos do atual governo. Mas, o descrédito que o mesmo governo Lula registra junto a importantes grupos e movimentos, outrora aliados, pode muito bem ser associado à desesperança generalizada que a lógica do continuísmo projeta nos mais diversos setores sociais.

Mas, em que medida, isso poderia ser avaliado como um reflexo no que diz respeito, especificamente, às TVs comunitárias em nível nacional? Nas principais cidades onde entidades e organizações sociais se articularam em torno de um projeto para uso do canal comunitário (como prevê a legislação da TV a cabo), essa iniciativa foi forjada por setores historicamente ou ligados aos principais partidos de esquerda ou por movimentos que, aliados a grupos políticos, também possuíam um apoio dos mesmos partidos.

Assim, na medida em que esses partidos se tornam governo e passam a agir na mesma lógica da apropriaço do estado – não muito diferente do que se criticava desde o final da ditadura militar – os setores que não se alinham à lógica do adesismo governista passam a enfrentar uma maior dificuldade, pois se sentem obrigados a retomar ou reconstruir grupos ou entidades representativas com independência em relação ao Estado/governo.

Nesse contexto, considerando que a política de comunicação adotada pelo Governo petista é, em boa medida, marcada pelo continuísmo (inclusive no que diz respeito à escolha de seus dirigentes, que respondem muito mais aos acordos de composição política do que a um programa de governo!), as marcas e relações do governo com a sociedade civil se tornam bem mais prejudiciais que favoráveis às proposições dos setores que tentam desenvolver

¹⁴ Talvez, essa análise poderia explicar um pouco as eventuais manifestações, isoladas ou não, de pessoas ou grupos que protestam diante da presença de integrantes do Governo Federal, de forma muito parecida ao que já

ações pela democratização da comunicação – como é o caso das iniciativas de TV comunitária!

Assim, entre lutas e reivindicações que, há vários anos, já envolvem importantes setores da sociedade, o País vai experimentando alguns desafios para democratizar a comunicação social... mesmo que, ainda, de modo bastante lento. Ritmo esse que, a partir da posse do atual governo federal registrou outras relações – entre estado/sociedade civil – que possivelmente o País ainda não havia registrado, ao longo de sua história.

Não há, contudo, nenhuma garantia de que o funcionamento da TV comunitária em uma determinada cidade vai, de modo automático, democratizar a comunicação e despertar para a conquista de melhores condições de vida da população. Aliás, em alguns lugares as constantes polêmicas ou disputas em torno do canal comunitário têm se tornado uma marca de interesses variados em gravitam em torno do projeto¹⁵. Daí porque, para que efetivamente aconteça uma mudança no modo de ver a cidade pela televisão, é fundamental que as entidades sociais sem fins lucrativos e não limitadas por meros interesses eleitoreiros participem ativamente desse processo.

Resta, talvez, desafiar representantes de grupos, entidades ou movimentos que integram ou podem integrar projetos de mídia comunitária para que, ao mesmo tempo em que se torna necessário reconhecer a importância do debate pelo caráter público da comunicação, busque-se pensar sobre as implicações que a ‘simples’ relação estado/sociedade civil pode ter na vida cotidiana de centenas, milhares ou milhões de pessoas que, de alguma forma, apostam na construção de um país que seja efetivamente capaz de respeitar mais seus contribuintes do que eventuais pretensões privadas.

Referências Bibliográficas:

ABCCOM: “Há algo de novo no ar!”. In: site da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM) www.abccom.org.br. Acesso em 05/04/05.

“Crise da mídia: um assunto da sociedade. Carta Aberta ao Governo Lula”. Disponível no site do FNDC. www.fndc.org.br/carta.doc. Acesso em 05/04/05.

DUARTE, Edson. “Projeto leva TV comunitária para sinal aberto”. In: Radiolivres.com. Acesso em 20-

se registrou em outros momentos da história do País.

¹⁵ Em Ponta Grossa, foi criada em 2001 a Associação dos Usuários do Canal Comunitário de Ponta Grossa (TVComPG), mas que, por uma série de razões e dilemas, até o momento não saiu do papel. E, nesse período, vale lembrar, a cidade também já experimentou uma gestão administrada pelo Partido dos Trabalhadores. E, por coincidência ou não, guardadas as proporções, algumas das relações entre poder público e sociedade civil são, hoje, coincidentes em nível federal!

06-2004. <http://www.freelists.org/archives/radiolivre/05-2004/msg00015.html>.

FENAJ. *Formação superior em jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade*. Florianópolis, Federação Nacional dos Jornalistas-Cátedra Unesco, 2002.

GADINI, Sérgio Luiz. “TV comunitária pode dinamizar interesse público”. In: *Diário dos Campos*, 30 de agosto de 2001. Ponta Grossa-PR.

GADINI, S. L. “Um projeto de televisão (comunitária) para além da lógica e relação de mercado”. Texto apresentado no *VII Seminário de Inverno de Estudos em Comunicação*. Ponta Grossa, UEPG, Junho de 2004.

NAUE, Luiz. “Conversas (informais) com um artista plástico que virou escritor”. Verde Vale: Sul do Brasil, verão de 2004. Reprodução autorizada pelo autor, via memória de um repórter (SLG).

“Número de rádios fechadas pela Anatel aumenta 37% no primeiro ano do governo Lula”. Disponível em www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=212659&editoria=&q=1 - 24k. Acesso em 10/04/05.

PALMAR, Alexandre. “Perspectivas para a imprensa de Foz”. In: *Extra Prensa*, fevereiro de 2004. Foz do Iguaçu, Sindijorpr-Regional Foz do Iguaçu, 2004.

PERUZZO, Cíclia M. K. “TV Comunitária no Brasil: aspectos históricos”. In: *V Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación*. Santiago (Chile), 27 a 30 de abril de 2000.

PICOLIN, João Carlos. “E V E N T O S - V REGIOCOM”. In: *PCLA - Volume 2 - número 1: out/nov/dez/2000*. <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista5/res%20eventos%205-10.htm>. Acesso em 25/05/04.

“Programa do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação por uma Política Pública de Comunicação Social”. www.fndc.org.br. Acesso em 05/04/05.

“Projeto cria Fundo para emissoras comunitárias”. In: *Jornal da Câmara*. Brasília, Câmara dos Deputados, 21-04-2004. http://www.abert.org.br/D_mostra_clipping.cfm?noticia=17150 Acesso em 25-05-2004.

“Rádios comunitárias: repressão política continua”. Disponível em <http://www.piratiniga.org.br/artigos/2004/07/repressao-radios.html>. Acesso 10/04/05.

“RECURSO (Do Sr. Edson Duarte) Recorre da decisão que determinou a apensação do PL 3.459/04 ao PL 2701/97”. In: www.camara.gov.br - acesso em 25-05-2004.

SCHRÖDER, Celso A. “Mercado de jornalismo no Rio Grande do Sul”. Porto Alegre: Sindicato dos Jornalistas Profissionais RS, 2001. xerox do autor.

”Televisão Comunitária: Desafios e Perspectivas”. REGIOCOM 2000 - V Curso Internacional de Comunicação para o Desenvolvimento Regional. Rio Claro/SP, 2000. <http://www2.metodista.br/unesco/regiocom2000.htm>. Acesso em 25/05/04.

TV Comunitária de Brasília (DF). www.tvcomunitariadf.com.br. Acesso em 05/04/05.

TV Floripa. Net, canal 4. <http://www.tvfloripa.org.br/links.html>. Acesso em 05/04/05.

A pesquisa comunicacional na América Latina: entrevista com Erick Torrico

César Ricardo Siqueira Bolaño; Valério Cruz Brittos

Erick Torrico, é pesquisador social e responsável pelos cursos de pós-graduação da Universidade Nossa Senhora de La Paz (Bolívia). Ele assumiu a diretoria da Associação Latino-americana de Investigadores da Comunicação (Alaic) em maio de 2005 e garante tentar consolidar as conquistas já alcançadas pela entidade e atingir um número maior de territórios. Colocando a comunicação como parte do processo de implantação e desenvolvimento do neoliberalismo – o qual, na sua visão, possibilitou “uma crescente presença de capitais e corporações transnacionais” na mídia –, o pesquisador acredita que, se o propósito da TV Sur era impulsionar a integração comunicacional e cultural latino-americana, o modo como está sendo executada talvez “não seja o mais adequado”. Crítico do atual modelo de comunicação vigente na América Latina, Torrico fala nessa entrevista dos projetos para o Alaic, das conseqüências da crise política brasileira para o território latino-americano e de uma possível comunicação alternativa.

1. ¿PUEDES RESUMIR TUS PLANES PARA ALAIC?

- El nuevo directorio de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, ALAIC, inició su gestión en mayo pasado y tiene una propuesta programática orientada a consolidar la institucionalidad alcanzada y a proyectar su accionar más allá de la región.

De manera sintética, puedo decir que se trata de afianzar la membresía latinoamericana e internacional de la Asociación, potenciar el trabajo de sus Grupos Temáticos, difundir su producción intelectual en espacios de legitimación, ampliar sus vínculos inter-institucionales y abrir nuevos espacios de relación, participación y coordinación para todos sus socios.

Actualmente, estamos poniendo en marcha el nuevo sitio web de la ALAIC (www.alaic.net), efectuando los preparativos del VIII Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación que tendrá lugar en Porto Alegre en julio de 2006 y organizando la dinámica de los Grupos Temáticos y las asociaciones nacionales.

2. A. L. PASA POR UN MOMENTO HISTÓRICO BASTANTE COMPLEJO, CONSIDERANDO QUE LA DEMOCRATIZACIÓN DE LOS 80'S VINO ACOMPAÑADA DE POLÍTICAS NEOLIBERALES QUE, AL CABO DE DOS DÉCADAS, LLEVARON A UNA CRISIS SOCIAL INÉDITA, COMO SE VE EN BOLIVIA, ECUADOR O ARGENTINA, POR EJEMPLO. ¿CÓMO VES LA COMUNICACIÓN EN ESE PROCESO?

- Aunque el neoliberalismo tiene un gran número de defensores en las tecnoburocracias, los partidos políticos neoconservadores y los grupos empresariales de América Latina es evidente que el modelo del ajuste estructural aplicado desde la primera mitad de los años ochenta ha llegado a su límite e incluso así lo han reconocido organismos multilaterales como el Banco Mundial, el Banco Interamericano de Desarrollo o la Comisión Económica para América Latina y el Caribe que desde hace al menos diez años están preocupados por buscar alternativas al notable incremento de los índices de pobreza, desempleo y concentración de la riqueza en la región.

Las crisis económicas, sociales y políticas que vienen registrando varios países del área son una constatación más de esa situación de retroceso social que trae aparejados intensos cuestionamientos al régimen democrático representativo por cuanto éste prácticamente llegó junto a las reformas neoliberales y en algunos países hasta fue presentado como un subproducto de estas medidas agrupadas luego en el llamado "Consenso de Washington".

Y la comunicación ha sido parte de este proceso desde un principio, pues la ola del libre mercado posibilitó una notable expansión de las empresas mediáticas en Latinoamérica, así como la creciente presencia de capitales y corporaciones transnacionales en la prensa, la radio, la TV, la TV cable, la telefonía celular o los servicios de Internet.

Eso supuso que muchos medios nacionales como de las experiencias de orden comunitario quedaran debilitados e incluso desaparecieron.

Pero el creciente descontento de gran parte de la población de las naciones de la región con la "democracia sin resultados sociales", y por tanto con los sistemas de partidos, los parlamentos y otras instituciones del Estado, está llevando ya desde hace algunos años no sólo a que las grandes empresas mediáticas que operan en Latinoamérica sufran una rápida deslegitimación sino también a que la gente haya vuelto a volcar la vista en los medios de carácter alternativo.

En otras palabras, los medios que contribuyeron al establecimiento del modelo neoliberal han comenzado a ser objeto del mismo tipo de críticas que éste recibe, a la par que ha resurgido la contestación comunicacional incluso con capacidad de movilización social como se vio en Ecuador en abril pasado. Asimismo, la lucha ideológica está resurgiendo con bastante fuerza; el ejemplo venezolano es paradigmático en este sentido.

Entonces, en el contexto de la crisis económica, social y política que vive Latinoamérica, la comunicación se ha constituido en "lugar", fuente y protagonista de este período de desorganización/reorganización que también habría que situarlo en el marco mayor de la pugna por la recomposición hegemónica en que está inmerso el planeta en su conjunto.

3. ¿BRASIL Y VENEZUELA REPRESENTARÍAN HOY DOS PROYECTOS O PARADIGMAS DIFERENTES PARA A. L.? ¿CÓMO VES LAS CONSECUENCIAS DE LA CRISIS POLÍTICA BRASILEÑA PARA EL CONTINENTE LATINOAMERICANO?

- Las propuestas políticas de Brasil y Venezuela sí podrían ser vistas como proyectos en sí mismos, pero no creo que, en la manera en que se han venido desarrollando y en el estado en que se encuentran, representen rumbos paradigmáticos para América Latina.

En el caso brasileño, el gobierno del Partido dos Trabalhadores fue constituido dentro de los límites impuestos por las fuerzas neoconservadoras y no ha logrado concretar una amplia alianza social para la transformación deseada. Aunque el presidente Lula da Silva ha desplegado una interesante actividad internacional y abanderado iniciativas tan interesantes como la Nación Sudamericana, es claro que tampoco ha obtenido los resultados que se esperaba. Y todo esto se ha agravado más aún en las últimas semanas con los serios escándalos de corrupción que hasta podrían llegar a afectar su presente político.

En lo que se refiere a Venezuela, país donde pese a la radical confrontación existente se tiene el más alto grado de satisfacción con la democracia de la región, tampoco puede decirse que haya llegado a configurarse un paradigma exportable. Es un modelo que puede no sobrevivir a la salida del presidente Hugo Chávez, asediado tanto interna como externamente y carente de aliados reales en la zona. Venezuela no es un foco de irradiación de influencia, no obstante todas las acusaciones que la Casa Blanca le hace a Chávez en tal dirección.

Es previsible que la actual crisis brasileña y la extrema polarización venezolana produzcan consecuencias poco beneficiosas para el futuro político de los movimientos sociales, los partidos progresistas y las organizaciones populares de América Latina debido a la forma en que están siendo conducidas.

4. ¿QUÉ TE PARECE EL PROYECTO INTEGRADOR DE TV SUR?

- Como concepto general, en un tiempo en que se tiene el predominio de las redes, se trata de una iniciativa pertinente y necesaria. Sin embargo, si el propósito era impulsar la integración comunicacional y cultural latinoamericana, tal vez el modo en que está siendo ejecutado el proyecto no sea el más adecuado.

Me parece que colocar a "Telesur" como una pieza en la beligerancia contra la hegemonía del capital no es una acción estratégicamente correcta si tal definición no tiene aún la legitimidad que requeriría.

De todos modos, habrá que ver cuál es el resultado de sus operaciones en el corto plazo y en distintas dimensiones.

5. ¿Y LOS PROYECTOS DE COMUNICACIÓN ALTERNATIVA, COMO LAS RADIOS COMUNITARIAS Y EL USO DE LA INTERNET POR GRUPOS

CONTRA-HEGEMÓNICOS? ¿PODRÍAN SER UNA OPCIÓN PARA APOYAR PROCESOS DE DESARROLLO ECONÓMICO Y SOCIAL?

- La situación que atraviesa el continente, como dije anteriormente, demanda otra vez la urgente presencia de visiones distintas a las del orden establecido, que ya da claras señales de agotamiento, aunque al mismo tiempo despliega grandes esfuerzos para intentar recomponerse.

Por lo tanto, y dado que los medios comerciales estén perdiendo credibilidad y —más importante todavía— no podrían responder a esa demanda por su propia naturaleza, están abiertos los márgenes para que emerjan nuevamente los proyectos de comunicación alternativa.

Lo que hará falta, no obstante, será tener una doble precaución: que no se entienda lo alternativo como lo marginal y rudimentario y que tampoco se crea que es sólo ahí donde reside la verdad de todo.

6. ¿CÓMO VES LA SITUACIÓN DE LOS ESTUDIOS DE COMUNICACIÓN CRÍTICOS HOY Y QUÉ IMPORTANCIA LE DARÍAS A LA ECONOMÍA POLÍTICA EN LA MATERIA?

- Los estudios críticos en Comunicación están posicionándose como una de las vertientes más prometedoras en el nuevo tiempo que viven la región y el mundo. Luego del descreimiento posmoderno y de la etapa culturalista son los propios acontecimientos de la cotidianidad los que están empujando hacia un reencuentro con el pensar crítico, esto es, con la capacidad de dudar de lo fenoménico que pulveriza la totalidad, así como con la probabilidad de interpretar el pasado y de mirar el mañana posible mucho más allá de la ciega vivencia del "presente continuo".

Y dentro de ello, la comprensión de la comunicación como actividad generadora de valor que proporciona la Economía Política es fundamental, particularmente ahora que existen pretensiones globales en torno a la instauración de una "sociedad de la información".

A participação latino-americana na concepção das teses sobre a democratização da comunicação: re-visitando MacBride e a NOMIC¹⁶

José Marques de Melo¹⁷

Sumário

Qual a influência exercida pela América Latina na construção do Relatório MacBride e na formulação das teses que embasaram a proposta de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação ? A intenção deste trabalho é esclarecer o episódio histórico protagonizado pela UNESCO no ocaso da guerra-fria, focalizando as teses sobre a democratização da comunicação e discutindo também a significação daquela plataforma política na presente conjuntura internacional.

Palavras-chave: *Comunicação Internacional. Políticas de Comunicação. História da Comunicação. América Latina. UNESCO. NOMIC*

Resumo

Cual fue la influencia ejercida por América Latina en el proceso de elaboración del Informe MacBride y en el diseño de la agenda para el Nuevo Orden Mundial de la Información y de la Comunicación ? La finalidad de esta ponencia es aclarar el episodio histórico que tuvo la UNESCO como personaje principal, durante el ocaso de la guerra fría, evaluando las tesis sobre la democratización de la comunicación, además de debatir la significación de la referida plataforma en esta conyuntura internacional.

Palabras-clave: *Comunicación Internacional. Políticas de Comunicación. Historia de la Comunicación. América Latina. UNESCO. NOMIC*

Abstract

How was Latin American influence on the MacBride Report building process and on the New World Information and Communication Order agenda setting ? This paper intends to explain the historic role played by UNESCO during the sunset cold war, evaluating the thesis related to communication democratization, besides the debate on the meaning of that platform for the present international landscape.

¹⁶ Texto da conferência proferida na sessão de abertura do III Seminário Internacional Latino-Americano de Pesquisa da Comunicação, dedicada ao tema: “Democratizar a Comunicação: uma tarefa pendente ? 25 anos da NOMIC – Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação e Informe Mac Bride. Evento promovido pela Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación - ALAIC, em parceria com a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA-USP:

¹⁷ Professor Emérito da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, atualmente lecionando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, onde dirige a Cátedra UNESCO de Comunicação para o Desenvolvimento Regional. Exerceu a presidência das seguintes associações: União Cristã Brasileira de Comunicação Social (1974-1976), Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (1977-1983), Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (1989-1992), Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (1998-2002) e Asociación Iberoamericana de Comunicación (2000-2004). Foi também Vice-Presidente da International Association for Media and Communication Research (1992-1996).

Key-words: *International Communication. Communication Policies. Communication History. Latin America. UNESCO. NOMIC*

Introdução

Pode parecer anacronismo voltar ao Relatório McBride¹⁸ um quarto de século depois da sua divulgação pela UNESCO¹⁹. Por se tratar de um símbolo da guerra-fria, esse documento parecia condenado ao limbo histórico. Entretanto, ele vem suscitando instigante re-visita neste momento em que a comunidade internacional discute o estatuto da sociedade da informação²⁰.

Afinal de contas, algumas teses debatidas na recente Conferência de Genebra sobre a inclusão digital estão ancoradas nos mesmos problemas diagnosticados pela Comissão MacBride, cujo foco principal era a exclusão midiática de grupos, comunidades, povos e regiões²¹.

Para melhor compreender o significado do retorno de MacBride ao cenário mundial da atualidade torna-se indispensável contextualizar sua gênese, desenvolvimento e ocaso.

Contextualização

Nosso ponto de partida é a decisão espetacular tomada por Ronald Reagan, em 1985, rompendo os laços que uniam os Estados Unidos da América à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Esse ato político foi justificado como recusa ao endosso da UNESCO a teses consideradas antidemocráticas, prejudiciais tanto à livre-expressão quanto ao livre-comércio²².

Se não interrompeu sua filiação àquela agência da ONU, a União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas, a outra superpotência que, naquela conjuntura, liderava a cena internacional, assinou com reservas a declaração final da Comissão MacBride. Seu representante, Sergei Losev, denunciou o caráter “demasiadamente ocidentalizado” do documento. Ele o acusava

¹⁸ A essência do Relatório MacBride pode ser livremente consultada através da reprodução contida na seguinte fonte: www2.hawaii.edu/~rvincent/mcbcon1.htm

¹⁹ Foi exatamente no dia 12 de maio de 1980 que o então Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO –, Amadour-Mahtar M'Bow, acolheu oficialmente o Relatório da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação (1977-1979), presidida por Sean MacBride e integrada por um grupo seletivo de 16 especialistas na matéria, entre eles dois ilustres latino-americanos: o colombiano Gabriel García Márquez e o chileno Juan Somavia. Esse documento, intitulado *Um mundo e muitas vozes – Comunicação e Informação na Nossa Época*, foi traduzido inicialmente para as 6 línguas oficiais da UNESCO – árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo. Sua tradução para o português usado no Brasil foi concretizada três anos depois pela Editora da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro, 1983).

²⁰ A agenda da sociedade da informação vem priorizando variáveis como exclusão, participação, democratização, diversidade. Vide: MARQUES DE MELO, José & SATHLER, Luciano, orgs. – *Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação*, São Bernardo do Campo, Editora da UMESP, 2005

²¹ Um bom roteiro para entender esse debate no âmbito regional pode ser encontrado na antologia organizada por MARQUES DE MELO, TARSITANO, GOBBI & SATHLER - *Sociedade do Conhecimento: aportes latino-americanos* (São Bernardo do Campo, Editora da UMESP, 2005).

²² Uma fonte útil para melhor compreensão dos conflitos entre os EUA e a UNESCO é o texto coletivo assinado por William Preston JR., Edward Herman e Herbert Schiller – *Hope & Folly: The United States and UNESCO, 1945-1985*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1989

de manter o “empobrecimento das culturas nacionais nos países em desenvolvimento”, justamente por recorrer a “fórmulas já superadas e batidas como o conceito de livre fluxo da informação”²³.

Por se tratar de uma solução de compromisso, negociada habilmente durante dois anos, envolvendo interesses complexos e contraditórios, é compreensível que o Relatório MacBride tenha desagradado a gregos e troianos. Tanto assim que ao ser bombardeado pela diplomacia norte-americana, com o apoio de vários governos e instituições do mundo capitalista, ele não mereceu a defesa intransigente do bloco comunista, já em processo de desagregação. Essa tarefa foi assumida por intelectuais de renome internacional, bem como por figuras representativas do movimento terceiro-mundista e por instituições de prestígio mundial como a Igreja Católica.²⁴

O Relatório continha um alentado diagnóstico sobre a problemática da comunicação no mundo contemporâneo, propondo soluções utópicas para reduzir as desigualdades tecnológicas, os desequilíbrios informativos e as carências cognitivas existentes na geografia do planeta. Não foi sem razão que ele foi rotulado como “missão impossível” por NORDESTRENG, líder da corporação mundial dos jornalistas e conceituado estudioso da comunicação internacional²⁵, que sugeria como inexecutável a plataforma embasadora da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação²⁶.

Vale a pena reproduzir, aqui, a percepção que também expressei no início dos anos 90 sobre o fracasso da campanha desencadeada, tanto no *front* jornalístico quanto no âmbito acadêmico e na arena diplomática, para respaldar a NOMIC. “Dez anos depois de sua publicação, o Relatório Mac Bride permanece atual. (...) Suas utopias aguardam terreno fértil para vicejar. (...) Na verdade, as idéias contidas no documento produzido por Sean MacBride nunca foram combatidas na essência. (...) A conjuntura política foi-lhe desfavorável. Nos estertores da guerra fria, as grandes potências ocidentais ditaram sua sentença de morte. (...) MacBride tinha consciência de que a NOMIC não se esgota num conjunto de preceitos mágicos, correspondendo efetivamente a um processo histórico”²⁷.

Por isso mesmo, a releitura do Relatório MacBride, neste limiar do século XXI, converte-se em exercício desafiador. O cenário mudou completamente, com a derrocada da URSS. A ascensão dos EUA à condição de potência hegemônica estabelece nova correlação de forças no cenário mundial. Nesse sentido é que recente decisão de George Bush, reconduzindo seu país ao seio da UNESCO, suscita interrogações. Da mesma forma, que chama atenção postura

²³ As ressalvas do representante da URSS, Serei Losev, ao Relatório MacBride foram incorporadas ao Apêndice I da versão publicada pela UNESCO. Vide, na edição brasileira, as pags. 461-463

²⁴ O resgate sobre a participação da Igreja Católica nesse movimento foi realizado com argúcia e competência por PUNTEL, Joana – *A Igreja e a Democratização da Comunicação*, São Paulo, Paulinas, 1994

²⁵ NORDESTRENG, Kaarle – *The Paradigm of a Totality*, *Mass Communication Review Yearbook*, 3: 241-249, Beverly Hills, CA, Sage, 1982

²⁶ A plataforma da NOMIC está contida na famosa *Resolução de Belgrado*, aprovada pela 32ª. Sessão da Assembléia Geral da UNESCO, realizada em outubro de 1980.

²⁷ MARQUES DE MELO, José – MacBride e a América Latina. Da guerra fria ao espírito de boa vontade, In: GOICOCHEA, Pedro, ed. – *América Latina: las comunicaciones cara al año 2,000*, Lima, IPAL./WACC, 1991. (Reproduzido em MARQUES DE MELO, José - *Comunicação e Modernidade*, São Paulo, Loyola, 1991, p. 112-124

assumida pela Organização Mundial do Comércio – OMC – ao acolher demandas sobre a circulação dos produtos culturais, respaldando as cotas européias. Isso pode ser interpretado como a legitimação de uma das teses de MacBride, no sentido de balancear o fluxo mundial dos produtos midiáticos²⁸.

América Latina

Ao fazer o resgate crítico da participação latino-americana naquele mutirão capitaneado emblematicamente por MacBride e de reconhecer as tarefas pendentes para efetivar a democratização da comunicação em nosso continente, torna-se indispensável destacar cenários e personagens que deram sentido àquela batalha política.

O estadista irlandês Sean MacBride²⁹ visitou a América Latina durante o biênio 1977-79, quando exercia a presidência da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, constituída pelo então Diretor-Geral da UNESCO, Amadou-Mahtar M'Bow³⁰.

Suas reuniões de trabalho usualmente eram realizadas em Paris, na própria sede da UNESCO. No entanto quatro encontros foram programados em distintos cenários: Suécia, Iugoslávia, Índia e também o México. Essa peregrinação por diferentes lugares do planeta tinha a intenção de “conhecer melhor problemas culturais e sociais de natureza diversa e estabelecer contatos com profissionais e pesquisadores que têm opiniões diferentes sobre os aspectos fundamentais da comunicação nas várias sociedades”.

Da visita ao México ficou uma recordação bem nítida sobre a natureza cultural dos fenômenos comunicacionais. MacBride afirma textualmente: “Na América do Sul, nossas palestras com um grande número de escritores, profissionais e especialistas da comunicação social se centralizaram na correlação entre a cultura e a comunicação”.³¹

Depois disso, quando a UNESCO divulgou o conjunto das propostas para a edificação da NOMIC - Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação -, Sean MacBride foi bondosamente aclamado ou cruelmente denegrido em toda a América Latina. Vivíamos uma conjuntura matizada pelo esgotamento dos regimes militares instituídos logo em seguida à

²⁸ A propósito do balanceamento no fluxo internacional de ficção televisiva, vide o ensaio – “Uma nova ordem midiática mundial: realidade/ficção? (A utopia de MacBride e as telenovelas brasileiras) – publicado em: MARQUES DE MELO, José – *Teoria da comunicação: paradigmas latino-americanos*, Petrópolis, Vozes, 1998, p. 387-404

²⁹ Sean MacBride nasceu em Paris (1904), participando ativamente do movimento pela independência da Irlanda, onde exerceu funções destacadas no parlamento e no governo. Agraciado com os Prêmios Nobel (1974) Lénin (1977) da Paz, ocupou destacadas missões internacionais: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz, Anistia Internacional, ONU e UNESCO, vindo a falecer em 1988. Os interessados em conhecer sua história de vida podem consultar o livro editado por LAWLOR, Caiterona – *Sean MacBride, a memoir*, London, Mercier Press, 2004

³⁰ Intelectual senegalês, nascido em Dakar em 1921 e graduado em Letras pela Sorbonne (Paris, 1951), ocupou o posto de Ministro da Cultura do Senegal, passando a atuar no cenário internacional. Foi o sexto Diretor Geral da UNESCO. Durante sua gestão, as jovens nações independentes, aliadas com os velhos países não-alinhados, ocuparam significativo espaço político, protagonizando o movimento diplomático que desaguou na NOMIC. Para entender sua trajetória pode ser útil a leitura do livro: THASSINDA, Thassinda Ubá – *Amadou Mahtar M'Bow: Um Salién a l'Unesco*, Daskar, Presence Africaine, s.d.

³¹ MACBRIDE, Sean – Prólogo, In: UNESCO- *Um mundo e muitas vozes*, Rio de Janeiro, FGV, 1983, p. XV

Revolução Cubana. Tínhamos uma moldura balizada pela distensão mundial resultante do entendimento possível entre as duas superpotências - URSS e USA - no sentido de evitar a catástrofe nuclear.

Mas aquela sensação de fim da “guerra fria” durou muito pouco. A veloz decomposição do império soviético e a imediata ascensão do neoliberalismo determinaram a morte prematura das teses patrocinadas por MacBride. Elas haviam sido costuradas num momento politicamente favorável ao movimento dos países não-alinhados. Estes barganhavam concessões dos blocos capitalista e socialista, sob a forma de investimento financeiro ou assistência técnica, em troca de apoio ou neutralidade nos fóruns internacionais capitaneados pela Organização das Nações Unidas – ONU.

Com o desaparecimento da polarização leste-oeste, perderam o sentido aquelas propostas aprovadas pela Conferência Geral da UNESCO, que se enraizavam em postulados consensuais (como o fortalecimento da paz, o desenvolvimento dos povos e o bem estar da humanidade). Mas que também embutiam projetos controvertidos (principalmente aqueles relacionados com o controle dos meios de comunicação). O multilateralismo, então vigente nas relações internacionais, foi substituído pela política do fato consumado, erigida espetacularmente pela aliança Reagan-Tatcher. A re-introdução da “lei do mais forte” na arena mundial, cujo marco decisivo foi a invasão de Granada³², antecipava o protagonismo unipolar dos EUA. Seus desdobramentos políticos foram simbolizados pela Guerra do Golfo Pérsico, bem como pelos atentados terroristas, perpetrados nas Torres Gêmeas, Estação de Atocha e outros cenários.

A verdade, nua e crua, é que a UNESCO foi desqualificada como fórum competente para sinalizar os problemas mundiais da comunicação. Mais do que isso: viu-se desprovida de recursos suficientes para implementar as metas prioritárias da NOMIC. Com o rompimento dos USA e da Inglaterra, seu todo-poderoso secretário-geral, o senegalês M’Bow, foi convenientemente removido de cena, acusado de favorecer o radicalismo terceiro-mundista. Na gestão conciliatória do espanhol Federico Mayor Saragosa³³, a própria NOMIC converteu-se em peça histórica. Em seu lugar, foi entronizado um programa de fomento às telecomunicações nos países em desenvolvimento.

Mesmo assim, a essência do diagnóstico situacional contido no relatório de 1980 continuou sendo preservado por entidades culturais e organizações não-governamentais atuantes em várias partes do mundo³⁴. Elas potencializam a consciência coletiva sobre os desequilíbrios internacionais, as desigualdades regionais e as carências locais persistentes no panorama global da comunicação, suscitando evidentemente novas soluções, consentâneas com o espírito dos tempos atuais³⁵.

³² NORDESTRENG, Kaarle- *The MacBride Report: a milestone in the Great Media Debate*, Tampere, Finland, University of Tampere, 2005 (Texto disponível na página web: www.eca.usp.br/alaic/kaarle.htm)

³³ Intelectual espanhol, nascido em Barcelona (1934), iniciou sua carreira acadêmica na Universidade de Granada (1963) e ocupou o cargo de Ministro da Educação e da Ciência do Estado Espanhol (1981). Foi eleito para exercer a Direção Geral da UNESCO, em 1987, ali permanecendo até 1999. Vide: http://www.ideal.es/granadinos/federico_mayor.html

³⁴ Segundo PUNTEL o povo se converteu em “novo agente social” da NOMIC. Vide: PUNTEL, Joana – *A Igreja e a Democratização da Comunicação*, São Paulo, Paulinas, 1994, p. 142-148

³⁵ VINCENT, Richard, NORDESTRENG, Kaarle e TRABEER, Michael, orgs.- *Towards Equity in Global*

Tem sido no bojo de movimentos dessa natureza que MacBride vem retornando à América Latina, seja através da avaliação do relatório oficializado pela UNESCO, seja por intermédio da revisão das teses que embasaram a NOMIC. Trata-se em verdade de re-visitas cíclicas e míticas às idéias da equipe que ele liderou competentemente.

Fui convocado para um desses colóquios em 1990³⁶, na conjuntura que se esboçou a partir da queda do mundo de Berlim, considerada por alguns analistas como o fim antecipado do século XX. A iniciativa foi tomada pelo Instituto para a América Latina – IPAL – que reuniu protagonistas de várias gerações da Escola Latino-Americana de Comunicação, em plena atividade intelectual.³⁷ A intenção era fazer um balanço da nossa participação naquele episódio emblemático e delinear as perspectivas latino-americanas frente ao novo século.³⁸

Agora em 2005, a Associação Latino-Americana de Pesquisadores da Comunicação – ALAIC³⁹ – toma a decisão de convocar combatentes e ex-combatentes da NOMIC, apologistas e críticos do Relatório MacBride, memorialistas e exegetas dos problemas da comunicação internacional, nesta conjuntura marcada pelos eventos bélico-midiáticos desencadeados em 11 de setembro (New York, 2001) e 11 de março (Madrid, 2004).

Trata-se de um momento sintomático, no qual há esperanças de re-agrupamento de forças que outrora estavam unidas no bloco dos países não-alinhados. O reforço do multilateralismo, implícito na criação do G-20⁴⁰, e a articulação do eixo Sul-Sul⁴¹, impulsionados pela

Communication: MacBride Update, Creskill, NJ, Hampton Press, 1999

³⁶ O evento foi patrocinado pela World Association for Christian Communication – WACC –, reunindo “la mayor parte de los padres del NOMIC” na América Latina, conforme o registro feito por PINEDA, Migdália – *Las ciencias de la comunicación a la luz del siglo XXI*, Maracaibo, Universidad de Zulia, 2004, p. 41.

³⁷ A contribuição que apresentei ao colóquio organizado pelo IPAL está publicado integralmente no capítulo 13 do meu livro: *Comunicação e Modernidade*, São Paulo, Loyola, 1991, p. 112-124

³⁸ O balanço dessa reunião está contido no artigo escrito por RONCAGLIOLO, Rafael – Tejiendo un nuevo “nuevo orden”, publicado pela revista *Media Development*, London, WACC, 199, n.3, p. 34

³⁹ Fundada em Caracas (1978), essa entidade deu sustentação ao movimento pela construção de políticas democráticas de comunicação, mantendo estreita ligação com a UNESCO na fase de promoção da NOMIC (1980-1985). Quando, porém, adveio a crise motivada pelo esvaziamento político da UNESCO, ela enfrentou, como tantas outras organização do gênero, um processo de desaceleração que quase a vitimou. Reconstituída em 1989, passou a desempenhar na última década do século XX um papel decisivo na criação de uma comunidade latino-americana de ciências da comunicação. A propósito da gênese e desenvolvimento da ALAIC, vide: MARQUES DE MELO, José – Los tiempos heroicos: la formación de la comunidad latinoamericana de la comunicación, *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación* 1 (1), São Paulo, ALAIC, 2004, p. 10^o-21

⁴⁰ Grupo internacional criado em 1999, contando com a participação dos países mais industrializados do mundo, integrantes do G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália e Japão), além de 13 países emergentes (Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Coreia, China, Índia, Indonésia, México, Rússia, África do Sul e Turquia)

⁴¹ Essa conexão ganhou densidade na XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento – UNCTAD, realizada em São Paulo, em junho de 2004. “Ao longo da última década, países emergentes têm mostrado taxas de crescimento econômico acima dos observados nos países desenvolvidos. Esse crescimento econômico tem também se refletido em uma maior participação desses países no comércio mundial. Outra feição importante desse período tem sido o crescente incremento verificado nas trocas comerciais entre esses países em desenvolvimento. As trocas comerciais cresceram cerca de 176% entre 1990 e 2001, saltando de um total de US\$ 278 bilhões, em 1990, para perto de US\$ 767 bilhões, em 2001. No mesmo período, o comércio mundial cresceu 74%, passando de um montante de US\$ 3,4 trilhões, em 1990, para US\$ 5,9 trilhões, em 2001.” Raul de Gouvêa

diplomacia brasileira, sinalizam uma “ordem internacional alternativa”. A “Carta de Brasília” (2005), divulgada pela Cúpula dos Países América do Sul – Países Árabes, contém evidências dessa opção estratégica.

De forma genérica, são reafirmados princípios relacionados com o diálogo cultural e político entre as civilizações:

“Sublinham a importância de medidas de construção da confiança e do entendimento mútuo para a coexistência pacífica entre as nações, reconhecendo, nesse contexto, o alcance da globalização e a importância de se preservar a identidade nacional e respeitar a diversidade cultural, bem como o papel dos intercâmbios culturais e do diálogo entre as civilizações na construção de um mundo em que prevaleçam a tolerância e a inclusão. Nesse sentido, apóiam também recentes iniciativas, tais como a "Aliança de Civilizações", que visam a promover o diálogo cultural e político entre as civilizações e as iniciativas do Estado do Catar referentes ao diálogo entre civilizações e religiões.”⁴²

De forma específica, foi endossada a luta pela redução do fosso digital:

“Reafirmam a importância da ampla participação de todas as partes interessadas, no mais alto nível, na segunda etapa da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, que se realizará na Tunísia, entre os dias 16 e 18 de novembro de 2005, em reconhecimento ao papel fundamental da tecnologia da informação e comunicação (TIC) no mundo contemporâneo, seu impacto positivo na promoção de iniciativas de cooperação entre os países e sua contribuição para reduzir o fosso digital que os divide e fortalecer-lhes a estabilidade.”⁴³

Fica no ar a pergunta: quais as suas possibilidades de êxito ?

“Sonho a léguas da realidade” é tese de uma corrente de pensamento. Seu argumento: “essa oposição entre o mundo dos justos e pobres (...) e o mundo do mal encarnado pelo capitalismo globalizado” mostra-se “incompatível com a continuidade da agenda econômica (...), além de incompatível com a realidade de nossa pauta comercial e financeira”.⁴⁴ “Espírito universalista” é a justificativa apresentada pela corrente que defende “esforços na construção de um diálogo entre países ricos e em desenvolvimento”.⁴⁵

Em seu discurso de encerramento da Cúpula Árabe-Sul Americana, o Presidente Luis Inácio Lula da Silva, vislumbra claramente sua complexidade, ao comparar a emergente comunidade de nações a uma árvore.

"Essa árvore pode ser muito alta, mas seus galhos serão frágeis e poderão quebrar com a

e Tharciso Souza Santos – Uma nova geografia de comércio, *Universia*, 2/6/2004 - <http://www.universiabrasil.net/materia.jsp?materia=4368>

⁴² Fonte: Íntegra do documento da Cúpula América do Sul – Países Árabes, *Estadão.com.br*, 11/05/2005

⁴³ Fonte: Íntegra do documento da Cúpula América do Sul – Países Árabes, *Estadão.com.br*, 11/05/2005

⁴⁴ ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon – Ativismo inconseqüente, *Folha de S. Paulo*, 7/5/2005, p. 3

⁴⁵ SETEIFENUS, Ricardo – O sul é o nosso norte, *Folha de S. Paulo*, 7/5/2005, p. 3

falta de democracia, com o terrorismo existente por causa da má distribuição da riqueza."⁴⁶

Para iluminar o curso atual do processo histórico, permitindo julgamentos capazes de potencializar os acertos contabilizados e os erros cometidos, torna-se útil resgatar a singularidade da participação latino-americana na arquitetura do Relatório MacBride.

Protagonismo histórico

A presença da América Latina na Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, constituída pela UNESCO, foi exercida por dois grandes intelectuais: o escritor colombiano, Gabriel Garcia Márquez⁴⁷, e o diplomata chileno, Juan Somavía⁴⁸. Eles atuaram como porta-vozes das inquietações e anseios latino-americanos perante os membros daquele colegiado. Promoveram, ao mesmo tempo, o amplo debate das idéias que circulavam nos fóruns da UNESCO, junto aos círculos acadêmicos e profissionais da região. Desta maneira, foram capazes de retro-alimentar uma discussão que, desde o início, mostrou-se multifacetada, instigante e controversa.

Além de expressar suas próprias concepções e percepções sobre os fenômenos comunicacionais, eles naturalmente recorreram ao conhecimento acumulado em nossa região, potencializando de forma inequívoca o pensamento latino-americano. Quais as obras e respectivos autores que eles legitimaram? Que idéias foram incorporadas ao arcabouço teórico do documento final?

Examinando detidamente o texto produzido pela equipe MacBride, verificamos que ali se destacam três expoentes da Escola Latino-Americana de Comunicação⁴⁹: o brasileiro Paulo Freire⁵⁰, o boliviano Luis Ramiro Beltrán⁵¹ e o chileno Fernando Reyes Mata⁵².

O conceito de “invasão cultural” elaborado por Paulo Freire em seu best-seller “Pedagogia do

⁴⁶ CATANHEDE, Eliane e DIANNI, Claudia - No final, Lula diz que falta de democracia é ameaça global, *Folha de S. Paulo*, 12/05/2005

⁴⁷ Nascido em Arataca, Colômbia (1921), iniciou sua trajetória intelectual pelo jornalismo, consagrando-se depois como romancista. Sua consagração literária ocorreu em 1972, quando foi agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura. Vide: http://www.biografias.com/biografia_gabriel_garcia_marquez.htm

⁴⁸ Advogado chileno que enredou pela política ainda jovem, exilou-se no México, logo depois do golpe liderado por Pinochet. Fundou o Instituto Latinoamericano de Estudios Transnacionales - ILET -, instituição que abrigou inúmeros exilados latino-americanos, destacando-se pela focalização de temáticas ligadas às indústrias midiáticas e ao fluxo mundial de notícias. Atualmente, dirige a Organização Internacional do Trabalho – OIT – sediada em Genebra. Vide: <http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/dgo/biography.htm>.

⁴⁹ O quadro de referência sobre essa corrente intelectual está contido no capítulo “Pensamento Comunicacional Latino-Americano” do livro: MARQUES DE MELO, José – *História do Pensamento Comunicacional*, São Paulo, Paulus, 2003, p. 67-140

⁵⁰ Para entender a gênese do pensamento comunicacional desse emblemático educador brasileiro, vide o ensaio “A comunicação na pedagogia de Paulo Freire”, In: MARQUES DE MELO, José – *Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos*, Petrópolis, Vozes, 1998, p. 258-283

⁵¹ Suas idéias estão documentadas e inventariadas no livro organizado por MARQUES DE MELO, José & GORSKI BRITTES, Juçara – *A trajetória comunicacional de Luis Ramiro Beltrán*, S. B. do Campo, Editora UMESP, 1998

⁵² Um balanço da sua participação no cenário histórico da NOMIC está contido no depoimento dado pelo autor aos participantes do IV Congresso da ALAIC. Vide: REYES MATTA, Fernando – Políticas de Comunicación, In: KUNSCH, STEINBERG e TORRICO, orgs. – *Ciencias de la comunicación y sociedad: un balance para la era digital*, Santa Cruz de la Sierra, UPSA, 2003, p. 77-82

Oprimido” (1970) embasou a argumentação concernente à influência externa, no capítulo 11 do relatório, que trata das “características dominantes no conceito de comunicação” (págs. 260-276). A tese de Paulo Freire é a seguinte:

“A invasão cultural, que está a serviço dos fins da conquista e continua a opressão, implica sempre uma visão estreita da realidade, uma percepção estática das coisas e a imposição a outro de uma concepção do mundo. Implica a ‘superioridade’ do invasor e a ‘inferioridade’ do invadido, ao mesmo tempo que a imposição de valores por aquele que possui este e que teme perdê-lo”.

Ela foi assimilada naquela parte em que o Relatório problematiza o impacto das companhias transnacionais que exportam produtos culturais.

“As empresas transnacionais desempenham papel cada vez ativo no estabelecimento, no plano mundial, das infra-estruturas de comunicação, na difusão de notícias, na produção de elementos culturais, de meios de programação educativos, de filmes, de livros e de outros materiais, assim como no que se refere à formação. (...) Quando essas influências passam a ser dominantes, em culturas muito diferentes, disso deriva uma uniformidade imposta dos gostos, do estilo e do conteúdo.” (...) Termina questionando: “...isto é o tipo de intrusão que constitui um dos problemas que se coloca para todos os que examinam os assuntos internacionais em matéria de comunicação.”

Dois outros conceitos absorvidos pelo documento são os de “comunicação alternativa” e de “comunicação horizontal”.

O primeiro foi inspirado pelo chileno Fernando Reyes Matta e está contido no item referente às “brechas comunicacionais” que permitem romper a muralha interposta na sociedade pelas indústrias midiáticas. MacBride refere-se ao fenômeno, no capítulo 12 – democratização da comunicação (pág. 285) –, descrevendo-o como uma “série muito ampla de iniciativas, cuja característica comum é a oposição à comunicação oficial institucionalizada”. Fica bem clara sua finalidade: “expressar os pontos de vista de uma grande variedade de minorias sociais e culturais ou de grupos que antes viviam num gueto de comunicação”.

O conceito original de Reyes Matta está contido em texto escrito especialmente para subsidiar o trabalho da comissão que justificou a NOMIC – Experiences Alternatives: Pratiques de la Communication en Amerique Latine. Contudo, ele foi mais bem explicitado na antologia “Comunicación Alternativa y Búsquedas Democráticas” (México, ILET, 1983) resultante do seminário que ele promoveu no México em 1982, como parte do programa ALTERCOM, financiado pela Fundação Friedrich Ebert.

Por sua vez, o conceito de “comunicação horizontal” ancora-se na proposta de um novo modelo de comunicação - “humanizado, não elitista, democrático e não-mercantil” -, formulada pelo boliviano Luis Ramiro Beltrán na reflexão intitulada “Desarrollo rural y comunicación social: relaciones y estrategias” (New York, Cornell University, 1974).

Ele foi resgatado pelo Relatório MacBride, fundamentando o “direito à comunicação” como uma das condições necessárias à democratização comunicacional. “Acredita-se que comunicação seja um processo bilateral, cujos participantes – individuais ou coletivos –

mantêm um diálogo democrático e equilibrado. Essa idéia do diálogo, contraposta à de monólogo, é a própria base de muitas idéias atuais que levam ao reconhecimento de novos direitos humanos” (pág. 287).

Talvez por vislumbrar claramente a influência do pensamento latino-americano no espírito da “democratização da comunicação” reivindicada pela Comissão MacBride, é que os dois representantes da América Latina – Garcia Márquez e Somavia – fazem questão de salientar positivamente apenas dois aspectos do Relatório⁵³.

A intenção democratizante

“A atenção dedicada ao problema da democratização é muito significativa. Estruturas mais democráticas de comunicação constituem uma exigência nacional e internacional para os povos de todo o mundo. A promoção do acesso, da participação, da descentralização, da gestão aberta e da falência do poder concentrado nas mãos de interesses comerciais ou burocráticos é um imperativo universal, e adquire importância crucial para os países do Terceiro Mundo, dominados por regimes minoritários e opressores”. (pág. 464)

O sentido atribuído à comunicação

“Comunicação não se reduz à informação. É fator determinante de todos os processos sociais e elemento fundamental no modo de organização das sociedades. Este enfoque, adotado no Relatório permite uma compreensão mais ampla e mais bem equilibrada nos problemas pendentes, e dá aos temas concretos uma perspectiva mais geral, o que permite situar o debate geral da comunicação no contexto global, ao mesmo tempo político, econômico e cultural, como se deve” (pág. 464-465)

Fora isso, Garcia Márquez e Somavia identificam algumas fragilidades no documento da UNESCO, ressaltando o seguinte:

1. A tendência à glorificação tecnológica

“Em diversas partes do Relatório, verifica-se uma tendência a ‘glorificar’ as soluções tecnológicas que podem ser dadas aos problemas contemporâneos da comunicação. Queremos destacar que a promessa tecnológica não é neutra, como também não está isenta de todo sistema de valores. As decisões em semelhante campo têm enormes conseqüências políticas e sociais. A sociedade deve estabelecer os instrumentos necessários para avaliar as diversas possibilidades ao seu alcance.” (pág. 465)

2. O perigo da dominação cultural

“É legítimo e indispensável destacar a necessidade de desenvolver as infra-estruturas de comunicação nos países do Terceiro Mundo, mas não se deve exagerar sua importância. A solução dos problemas atuais em matéria de comunicação não é apenas uma questão de dinheiro e de formação. (...) Toda a ação nesse campo deveria ser objeto de estudo

⁵³ A expressão desse ponto de vista está contida no Apêndice 1 do Relatório MacBride, onde alguns de seus membros fizeram “comentários gerais” à margem do texto oficializado pela UNESCO.

minucioso, com o objetivo de reforçar as estruturas dos poderes minoritários nos países do Terceiro Mundo, e não de servir de veículo para a dominação cultural”. (pág. 465)

3. A minimização da pesquisa científica

“Em geral, o Relatório não reconhece suficientemente a importância do papel desempenhado pela pesquisa para tornar a comunicação um dos temas centrais do debate atual e para respaldar as decisões adotadas pela Comissão. Particularmente, no capítulo dedicado à pesquisa deveria ter sido destacada mais claramente a importância fundamental que continua tendo a pesquisa profissional e séria para promover a compreensão desses temas e esclarecer os fenômenos estruturais subjacentes”.

As tarefas pendentes

Ao inventariar a situação dos fenômenos comunicacionais, no panorama mundial deste início do século XXI, distante 25 anos da difusão do Relatório MacBride, torna-se indispensável reconhecer que inúmeras tarefas continuam pendentes, esquecidas, inacabadas, mas também que outras caducaram, envelheceram, perderam o sentido.

Tomando como referência as lacunas e deficiências apontadas por Garcia Márquez e Somavia no texto final daquele documento, vamos revisar o que precisa ser feito ou retomado em duas frentes: a democratização da comunicação e a contribuição do trabalho de pesquisa.

Que significa democratizar a comunicação ? Por que ?

Os pressupostos em que se fundamenta a equipe liderada por MacBride são dois:

1) existe uma “falha das relações democráticas” na sociedade contemporânea, dificultando a sintonia entre o mundo da comunicação e os desejos populares;

2) na medida em que a comunicação vive ‘uma época de rápidas mutações’, torna-se indispensável estabelecer relações democráticas de forma “dinâmica, evolutiva e não estática”.

Assim sendo, o processo de democratização consiste essencialmente na transformação do indivíduo em sujeito ativo, superando o estágio em que figura como mero objeto da comunicação. Para tanto, deve-se aumentar:

a) a variedade de mensagens intercambiadas;

b) a participação cidadã, logrando melhorar a qualidade da representação social.

Meta dessa natureza só será atingida se houver infra-estrutura comunicacional suficiente para atender as demandas sociais e se forem asseguradas condições de liberdade capazes de permitir o desempenho responsável dos agentes comunicacionais.

Nas sociedades economicamente pauperizadas e nos países onde predominam regimes políticos autoritários o processo de democratização da comunicação esta previamente

bloqueado.

Outro obstáculo reside na falta de competência cognitiva para decifrar ou compreender as mensagens disseminadas pelos meios de comunicação.

Em situações dessa natureza, as tarefas pendentes são:

- a) Desenvolvimento econômico, de modo a garantir a disponibilidade de tecnologias apropriadas para o funcionamento das organizações midiáticas;
- b) Desenvolvimento político, de modo a superar o autoritarismo, criando estruturas democráticas de poder, legitimadas pelo conjunto da sociedade;
- c) Desenvolvimento educativo, de modo a proporcionar conhecimentos suficientes para que a população possa consumir os produtos midiáticos, compreendê-los e aplicá-los na vida cotidiana.

Enquanto persistirem tais obstáculos sócio-econômicos e carências político-culturais, o Relatório sugere uma espécie de “queima de etapas”, aproveitando as “brechas na muralha”. São propostos quatro métodos:

1. Fortalecimento do direito de resposta e de crítica, estimulando a retroinformação, no sentido de permitir que os responsáveis pelos meios de comunicação venham a captar os anseios do público;
2. Incremento da participação de “leigos” na produção e emissão de programas, utilizando “ativamente” as fontes de informação;
3. Fomento da comunicação “alternativa”, geralmente de caráter local;
4. Estímulo à participação da coletividade na “gestão” midiática, culminando até mesmo com sua forma mais radical, a “autogestão”.

Trata-se de caminhos complicados, dificilmente transitáveis. Vamos comentar por partes, tomando como referência sua aplicação nas sociedades latino-americanas de hoje.

Apesar de plenamente exequível, em havendo vontade política dos dirigentes midiáticos, o “direito de resposta e de crítica” esbarra nas carências cognitivas da grande maioria da população. Os grandes contingentes encontram-se excluídos do sistema escolar e não adquiriram competência lingüística, nem adestramento societário, para potencializar oportunidades desse tipo.

Quanto à participação de “leigos” na produção midiática, trata-se de uma possibilidade restrita aos micro-meios de comunicação, que funcionam em regime semi-artesanal⁵⁴. No caso dos grandes meios, essa possibilidade esbarra no sistema produtivo que os caracteriza, pautado por rotinas fixas e prazos rígidos, cujo rompimento significa perigo para a saúde financeira das empresas.

O fomento à comunicação “alternativa” tem se mostrado eficaz, em situações historicamente

⁵⁴ Um panorama das iniciativas recentes, nesse âmbito, está contido na antologia organizada por PERUZZO, Cíclia – *Vozes Cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina*, São Paulo, Angellara, 2004

determinadas, quando o conjunto da sociedade está mobilizado para alcançar metas de interesse coletivo. Foi o caso da “imprensa nanica” dos anos 60/70, que teve papel decisivo na criação de uma consciência nacional pelo fim do autoritarismo e pela restauração da democracia em vários países⁵⁵. Ainda existe espaço, no panorama contemporâneo, para iniciativas dessa natureza, principalmente nos âmbitos regional e local.

Finalmente, a proposta de co-gestão ou “autogestão” só pode ser viabilizada em meios de comunicação pertencentes ao Estado ou às organizações sociais, tendo em vista os dispositivos legais vigentes, garantindo liberdade de iniciativa às empresas privadas de comunicação.

Mas a questão da democratização da comunicação não se restringe, no Relatório MacBride, a intervenções pontuais nos processos de emissão de conteúdos ou no seu controle gerencial. O documento inclui ainda dois outros aspectos, que sinalizam em direção aos usuários ou receptores das mensagens midiáticas.

Um deles diz respeito ao “desenvolvimento do espírito crítico do público”. A intenção é a de criar mecanismos capazes de orientar os cidadãos a respeito da natureza das instituições midiáticas, alertando-os para discernir conscientemente o que está embutido nas mensagens difundidas. Tal atitude pode conduzir a situações concretas, como, por exemplo, a constituição de “grupos de pressão”, vocacionados para “protestar” contra os desvios, os equívocos ou as manipulações das indústrias do setor. Mas também pode desaguar na criação de “grupos de intervenção”, destinados a “influir” na agenda midiática, incluindo temas e problemas de interesse comunitários, corporativo ou coletivo.

O outro aspecto diz respeito ao fortalecimento do “direito à comunicação”, que não se restringe ao direito elementar de “ser informado”, mas pressupõe o direito avançado de “expressão” ou de “livre circulação” das idéias e do conhecimento. Trata-se, evidentemente, de um direito cujo exercício pleno ancora-se no repertório intelectual dos sujeitos comunicantes, consequência imediata da universalização dos processos educacionais.

Assim sendo, voltamos à mesma questão antes formulada. A comunicação não atua independentemente de fatores como educação, tecnologia e vontade política. Em outras palavras, as tarefas pendentes no sentido de democratizar a comunicação na nossa sociedade situam-se em patamares prévios aos processos midiáticos – escolarização eficaz, investimentos em infra-estrutura e distribuição de renda⁵⁶. Sem que tais fatores sejam acionados e produzam efeitos duradouros, as tarefas de democratização da comunicação correm o risco de ficarem simplesmente reduzidas a figuras de retórica.

Finalmente, devemos examinar a contribuição do trabalho de pesquisa para a construção de uma nova ordem mundial da comunicação, particularmente para implementar a sua democratização no interior das sociedades e das comunidades.

⁵⁵ O inventário preliminar dessas experiências está enfeitado em: SIMPSON GREENBERG, Maximo – *Comunicación Alternativa y Cambio Social*, México, UNAM, 1981

⁵⁶ Tais questões podem ser melhor dimensionadas no meu recente livro: MARQUES DE MELO, José - *A esfinge midiática*, São Paulo, Paulus, 2004

Ao fazer um balanço histórico do desenvolvimento da pesquisa em comunicação, o Relatório MacBride destaca duas dimensões: sua juventude (adotando como marco inicial a década de 30 do século XX, quando as próprias empresas de comunicação começam a se valer de dados quantitativos para a tomada de decisões estratégicas) e seu antropocentrismo (considerando que os fenômenos estudados possuem especificidades culturais no âmbito das sociedades observadas, donde a impropriedade de transferência mecânica dos seus pressupostos e resultados para outras realidades).

Em função disso, os participantes da comissão da UNESCO clamam por estudos comparativos, destinados a ensejar a análise contextualizada dos processos comunicacionais, identificando generalizações comprovadas internacionalmente e apontando singularidades produzidas por fatores de natureza étnica, social ou geopolítica.

Nessa linha de reflexão, o documento faz uma crítica contundente à transferência de conhecimentos comunicacionais produzidos em sociedades desenvolvidas (capitalistas ou socialistas) para os países do então chamado terceiro mundo. O argumento principal é o de que tais estudos se fundamentam princípios e conduzem à formulação de modelos que não correspondem à “realidade nem às necessidades” dos países em desenvolvimento.

Para enfrentar esse tipo de descompasso entre a reflexão e a ação, o Relatório MacBride sugere a construção de formas apropriadas para o conhecimento dos nossos fenômenos comunicacionais, ensejando teorias e metodologias capazes de contribuir para a edificação de políticas públicas sintonizadas com as aspirações nacionais ou regionais. E conclui de modo explícito: “Levando em conta a função central da comunicação no mundo moderno, não se trata de assunto teórico, mas de necessidade prática”.

Esta constitui sem dúvida a mais importante tarefa pendente na nossa academia, porque ainda continuamos a gravitar em torno dos modismos teóricos importados dos países que situamos na vanguarda internacional. Mais do que isso: persistimos aplicando métodos de observação e análise que se mostram inadequados para a solução de problemas cruciais, conduzindo a becos sem saída como os que nos angustiam nesta virada de milênio.

Trata-se de questão a ser priorizada na agenda das nossas sociedades científicas e das comunidades que gravitam em torno das faculdades de comunicação em toda a América Latina.

Desde a sua reconstituição, em 1992, a ALAIC tem assumido a vanguarda dessa ofensiva para superar a dependência teórica e metodológica que ainda nos atrela aos modismos forâneos. O grito de alerta está contido no documento histórico “Comunicación Latinoamericana: Desafíos de la Investigación para el Siglo XXI”⁵⁷. A primeira resposta coletiva deu-se imediatamente, através da antologia “Investigar la Comunicación: propuestas iberoamericanas”⁵⁸

⁵⁷ MARQUES DE MELO, José, org. – *Comunicación Latinoamericana: desafíos de la investigación para el siglo XXI*, São Paulo, ALAIC / ECA-USP, 1992

⁵⁸ CERVANTES, Cecília e SÁNCHEZ, Enrique, orgs. – *Investigar la Comunicación: propuestas latinoamericanas*, Guadalupe, ALAI / Universidad de Guadalupe, 1994

Na seqüência, duas iniciativas podem ser destacadas.

No plano crítico-reflexivo, o inventário teórico-metodológico resultante do VII Colóquio Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação, realizado em São Bernardo do Campo (São Paulo, Brasil), em 2003, mapeando a trajetória do pensamento comunicacional latino-americano, da pesquisa-denúncia ao pragmatismo utópico⁵⁹.

No plano analítico-operativo, a iniciativa dos professores brasileiros Jorge Duarte e Antonio Barros, produzindo um manual de pesquisa – amplo, plural e prático -, que reúne diferentes caminhos para a produção de conhecimentos, devidamente enfocados de acordo com a natureza dos objetos comunicacionais peculiares à realidade brasileira⁶⁰.

Contudo, muito resta por fazer. O desafio de **elucidar os fenômenos comunicacionais da América Latina adotando perspectivas latino-americanas** constitui a principal responsabilidade da nova geração de pesquisadores engajados na área de ciências da comunicação. Do contrário, corremos o risco de permanecer como meros coadjuvantes no cenário intelectual de uma sociedade que se globaliza velozmente, sob a égide de povos ou culturas em torno dos quais temos gravitado nos últimos cinco séculos.

O legado daqueles pioneiros que protagonizaram as batalhas dos anos 70, na arena comandada por Sean MacBride, pode ser um referencial seguro para balizar ações, intervenções, realizações. A NOMIC do século XXI pode ser utopicamente construída a partir da acumulação crítica de conhecimentos empíricamente construídos, segundo metodologias apropriadas (híbridas, mestiças ou até mesmo endógenas), no sentido de gerar teorias suscetíveis de produzir as mudanças que nos conduzam a um tipo de sociedade próspera, justa, plural e democrática.

⁵⁹ MARQUES DE MELO, José & GOBBI, Cristina, orgs. – *Pensamento Comunicacional Latino-Americano: da pesquisa-denúncia ao pragmatismo utópico*, São Bernardo do Campo, Editora UMESP, 2004

⁶⁰ DUARTE, Jorge & BARROS, Antonio, orgs. – *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*, São Paulo, Atlas, 2005

Actualidad del Informe MacBride, a 25 años de su publicación.

Enrique E. Sánchez Ruiz⁶¹

En resumen, la industria de la comunicación está dominada por un número relativamente pequeño de empresas que engloban todos los aspectos de la producción y la distribución, están situadas en los principales países desarrollados y cuyas actividades son transnacionales. La concentración y la transnacionalización son consecuencias, quizá inevitables, de la interdependencia de las diferentes tecnologías y de los diversos medios de comunicación, del costo elevado de la labor de investigación y desarrollo, y de la aptitud de las firmas más poderosas cuando se trata de introducirse en cualquier mercado (MacBride et al 1980: 197).

Se supone que este “mundo desbocado” actual, en el que se han “comprimido” el tiempo y el espacio, cambia a una velocidad vertiginosa, muchísimo más rápido que en el pasado (Giddens 2000). Pero también es mucho lo que permanece, no necesariamente lo más deseable, como la pobreza de muchos, frente a la opulencia de pocos. En gran medida, esto último, la desigualdad mundial, es el eje del diagnóstico que realizó la “Comisión MacBride”⁶² para la UNESCO a fines de los setenta, el cual se publicó en 1980. No era el primero, pues durante ese decenio se realizaron diversos diagnósticos y encuentros internacionales sobre la problemática comunicacional mundial, pero el llamado “Informe MacBride” sí fue el más extenso y profundo (Esteinou 2004). Mostraba una realidad informativa y comunicativa internacional caracterizada por tres principales aspectos, asociados a una compleja problemática, difícil de solucionar. Estos tres rasgos, desde mi punto de vista, eran: 1) la enorme concentración internacional—pero también *dentro* de los países—de las capacidades para producir, hacer circular y consumir productos comunicativos; 2) derivada de lo anterior, la existencia de una serie de disparidades mundiales, regionales y nacionales que se tradujeron en una tendencia predominante hacia lo que en ese tiempo se denominó “circulación en sentido único”;⁶³ y 3) la “transnacionalización” acelerada del sector (y, de hecho, de los sectores más dinámicos de la economía mundial), que hoy en líneas

⁶¹ Universidad de Guadalajara, Departamento de Estudios de la Comunicación Social.

⁶² Comisión Internacional sobre Problemas de Comunicación.

⁶³ Así tradujo el Fondo de Cultura Económica la expresión “*one way flow*”, que otros tradujeron como “flujo unidireccional”. Quizá cabe aclarar que la expresión, así como sus traducciones, en realidad soslayaban que desde esos años se encontró en las investigaciones empíricas que la sustentaban que *también* ocurrían flujos regionales, en razón de grados de desarrollo económico y a partir de afinidades lingüísticas y culturales (Varis y Nordenstreng, 1974). Es decir, la expresión se usaba en sentido figurado, no literal y quería decir una desigualdad *no absoluta, monolítica y total*, sino relativa y vinculada con el grado de desarrollo económico de

generales consideramos como un rasgo central de la “globalización”. Finalmente, como gran problema y reto frente a tal estructura desigual, inequitativa, el Informe señalaba la necesidad de democratización de la información en los diversos ámbitos y niveles (MacBride et al 1980).⁶⁴

Ante las desigualdades mundiales en la información, la comunicación y la cultura, desde el seno de la UNESCO y en organizaciones como la de países “no alineados”, surgió en los años setenta el reclamo por un “nuevo orden internacional de la información y la comunicación”, que de hecho correspondía en este ámbito al llamado por un “nuevo orden económico internacional” (Beltrán 2000a). Esos desequilibrios mundiales, regionales y nacionales, sugirieron a pensadores en muchas partes del mundo, pero en particular de América Latina, que había que contrarrestar, con *políticas nacionales de comunicación* las consecuencias irracionales del “libre” funcionamiento de las fuerzas del mercado (defendido ésto por Estados Unidos como “libre flujo de la información”) (Beltrán 2000a; Exeni 1998). Es decir, que se proponía tanto en el nivel interno de los estados-nación, como al nivel de organismos multinacionales, al establecimiento e instrumentación de *políticas públicas* como una vía para controlar o contrarrestar lo social y humanamente inadmisibles, resultado de la “libre” interacción de las fuerzas ciegas de la oferta y la demanda. Pero los intereses transnacionales prevalecientes exigían la “libertad” para seguir siendo quienes predominaban:

En noviembre del 76, en la Conferencia General de la Unesco (sic), realizada por primera vez fuera de su sede, se produjo el choque frontal de las posiciones antagónicas. En 1977 las grandes organizaciones empresariales y agrupaciones profesionales de la comunicación de Occidente desataron internacionalmente una drástica y tenaz campaña contra la idea del NOII,⁶⁵ por considerarla atentatoria contra la libertad de información y opuesta a la democracia. La combustividad aumentó con ello a tal punto que la Unesco (sic) apeló en aquel mismo año a una fórmula conciliatoria en pos del apaciguamiento: estableció una Comisión Internacional para el Estudio de los Problemas de Comunicación, grupo multinacional y pluralista de expertos que, por el apellido de su presidente, llegó a conocerse simplemente como la Comisión McBride (sic) (Beltrán 2000b: 2).

Pero a pesar de lo bien documentados que estaban diagnósticos como el del Informe MacBride, y de las sólidas implicaciones de políticas públicas que derivaban de los mismos,

las naciones y las regiones.

⁶⁴ Los tres aspectos recién enunciados son los que este autor considera los más importantes—y actuales—del Informe MacBride (1980), pero no resumen ni agotan todo su contenido. Debemos recordar que el Informe, en su versión en español, tenía 508 páginas. Se trataba de un repaso histórico, diagnóstico y propuestas.

⁶⁵ Nuevo Orden Internacional de la Información.

para los años siguientes no fue posible que se cumplieran las propuestas que circulaban en foros como la UNESCO, en virtud de que finalmente imperaron en el mundo, a partir de los años ochenta, las voces de quienes controlaban los flujos financieros, comerciales y comunicativos, es decir, la postura por la “libre circulación de la información”.

El papel activo de un Estado democrático, con participación social, se deslegitimó en muchos frentes en la arena internacional, pues la aparentemente única alternativa al predominio del mercado en todos los órdenes de la vida social, se derrumbó simbólicamente con la caída del Muro de Berlín. La solución a los problemas de la humanidad se planteó maniquea y simplonamente en términos de “mercado vs. estado”, con el acento ideológico en el primero. Desafortunadamente, además, la alternativa aparente al reinado del mercado, el llamado “socialismo real”, se vio demasiado ligada con el autoritarismo, cuando no con el control totalitario de la vida social, política, económica y cultural (incluyendo la información y la comunicación). Durante los decenios de 1980 y 1990, predominó por todo el mundo la ideología neoliberal y cualquier papel o participación del Estado fue minimizada o deslegitimada.

El contexto actual es el de un mundo altamente interconectado e interdependiente. Es la globalización, etapa “triumfante” del capitalismo, después del desplome del llamado “socialismo real”. Un indicador posible de la mayor interconexión e interdependencia actual entre las naciones, lo constituyen los flujos de comercio exterior. En los últimos 50 años, la tendencia mundial general ha sido hacia la apertura de mercados, hacia el “libre comercio”. Entre 1950 y 1990, las exportaciones crecieron del 8% del Producto Mundial Bruto al 27%. En 1997, el comercio internacional era 14 veces el nivel que tenía en 1950. Esta tendencia se ha acelerado en los últimos lustros con el surgimiento de acuerdos comerciales bilaterales y multilaterales, y bloques comerciales, como la Unión Europea, el TLCAN (NAFTA), Mercosur, ASEAN, etc. Los mercados de productos culturales también se han expandido: Entre 1980 y 1998, el comercio de bienes y servicios culturales se multiplicó por cinco (UNESCO 2000a).

Pero los flujos de comercio internacional son desiguales. Por ejemplo, en 2000 los países de Europa occidental, Norte América (sin México) y Japón concentraban 64.5% de las exportaciones mundiales y 69% de las importaciones. América Latina y el Caribe participaban solamente del 5.8% de las exportaciones mundiales y del 5.9% de las importaciones (WTO 2004). No sabríamos si como “efecto”, o como mero contexto sistémico, pero ante la llamada

globalización el entorno mundial ha devenido altamente desigual, como lo han reconocido organismos internacionales como el Fondo Monetario Internacional (IMF 1997). De acuerdo con el *Informe Sobre Desarrollo Humano* de 2004, mil 200 millones de personas en el mundo actual sobreviven con menos de un dólar diario; se calcula que 828 millones sufren hambre; 114 millones de niños en edad escolar no asisten a la escuela, 11 millones de niños mueren cada año “por causas evitables”, y mil 800 “millones de personas viven en países que carecen de los componentes más elementales de la democracia formal” (PNUD 2004: 30).

En América Latina, un balance reciente de la Comisión Económica para América Latina comenta que:

... la pobreza continúa representando un desafío de enorme magnitud para los países de América Latina. En 2002, 221 millones de personas, es decir el 44.0% de la población total, vivían en situación de pobreza. A su vez, 97 millones de personas, correspondiente al 19.4% de los habitantes de la región, se encontraban en condiciones de pobreza extrema o indigencia.

Entre 1999 y 2002, el proceso de superación de la pobreza no logró avanzar significativamente. En dicho período, la tasa de pobreza se elevó en 0.2 puntos porcentuales, mientras que la indigencia lo hizo en 0.9 puntos. En términos absolutos, el volumen de pobres se vio incrementado en cerca de 10 millones de personas, de las cuales 8 millones correspondieron a pobres extremos. (CEPAL 2004: 4).

La desigualdad mundial en riqueza y en el acceso de la población a los beneficios del progreso se refleja en la inequidad en el desarrollo de las industrias culturales y en el acceso diferencial de los ciudadanos a estas fuentes de entretenimiento, información y educación. Así, por ejemplo según el Informe Mundial de Cultura de la UNESCO de 2001, al final del milenio los países industrializados publicaban 218 periódicos diarios por cada mil personas, mientras que las naciones en desarrollo tiraban 40 (el promedio mundial era de 78 diarios por mil personas). De acuerdo con otro informe, la mitad de los países del mundo produce anualmente, en promedio, *menos de un libro por habitante*; 30% genera entre uno y tres libros, mientras que 20% elabora cuatro o más libros por persona (UNESCO 2000b). Alrededor de 60% de los países poseen menos de 50 copias de libros de texto por cada mil habitantes, mientras que en un 20% hay en promedio más de un libro de texto *por cada habitante* (Ibid). Cuatro quintas partes del comercio mundial de impresos, tanto importaciones como exportaciones, lo realizan los países más desarrollados.

En un *Inventario de Medios de Comunicación en América Latina* que realizó

CIESPAL⁶⁶ durante el decenio pasado, se desprende una alta concentración en el acceso a los medios, de acuerdo con los niveles de desarrollo de los países. Así, Brasil y México poseían más de la mitad de los periódicos y de las estaciones de radio y televisión del subcontinente (López Arjona 1993). Así, con respecto al “cine latinoamericano”, Octavio Getino indicaba en una publicación de fines de los noventa:

Aclaremos primeramente que cuando utilizamos el término “*cine latinoamericano*”, nos valemos simplemente de un término convencional. Entre las, aproximadamente, 11 mil películas producidas desde 1930 a 1996 en América Latina, 5,000 corresponden a México (46% del total), 2,700 a Brasil (25%) y 2,000 a la Argentina (18%). El 89% de la producción de películas se concentró en sólo tres países, correspondiendo el 11% restante a más de veinte repúblicas de la región, particularmente las que decidieron producir imágenes propias a través de diversas políticas de fomento. Ahí donde no hubo legislación proteccionista sobre la producción local ésta no existió, salvo como hecho aislado o casi excepcional (Getino, 1998: 50).

Esta concentración de la producción fílmica, tiene su correspondencia con respecto a los mercados, en el consumo cinematográfico. En el mismo trabajo, daba Getino el siguiente panorama:

Los mercados del cine iberoamericano se concentran en muy pocos países. Sólo tres de ellos, en América Latina—Brasil, México y la Argentina—, representan el 74% de los espectadores globales de la región, junto con el 75% de las salas y 83% de las recaudaciones. Si a ellos se suman otros dos de mediana dimensión, como lo son Colombia y Venezuela, los porcentajes se elevan, en el territorio latinoamericano, al 87% en el rubro espectadores, al 85% en número de salas y al 90% en recaudaciones (Ibid: 44).

La desigualdad en el desarrollo de las industrias culturales se refleja en los flujos e intercambios internacionales. El comercio planetario de productos culturales ha crecido exponencialmente. Entre 1980 y 1998, el valor anual del comercio de bienes culturales pasó de 95,340 millones de dólares a 387,927 millones de dólares (UNESCO 2000c). Sin embargo, la mayor parte de esos intercambios ocurren entre un número pequeño de países: en 1990, Japón, Estados Unidos, Alemania e Inglaterra daban cuenta del 55.4% de las exportaciones mundiales. Francia, Estados Unidos, Alemania e Inglaterra importaban 47% del total mundial. En 1998, China se sumaba a los dos grupos recién descritos, y en cada caso, los llamados “nuevos cinco grandes” concentraban 53% de las exportaciones y 57% de las importaciones

⁶⁶ Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina y el Caribe, de la UNESCO.

(ibid.).

En un estudio sobre la industria audiovisual iberoamericana (Latinoamérica, más España y Portugal), se muestra que cinco empresas concentraban casi el 90% de las exportaciones de cine, video y televisión: Televisa, Rede Globo, Venevisión, Radio Caracas TV y RTVE (Radio-Televisión Española). Las exportaciones de Televisa a su vez representaban casi el 50% del total. No obstante, las ventas de programas al extranjero constituyen todavía un porcentaje pequeño de los ingresos de estas compañías (MR & C-Spain 1998). Aun así, el gigante mexicano de medios ha incrementado sus ventas al exterior en los últimos años. El 75.3% del valor de sus exportaciones, y 97% de sus importaciones en 1997, se originó de Estados Unidos (Televisa, 1998).

A pesar de la imagen optimista que se ha creado de Latinoamérica, ya sea como autosuficiente en el plano audiovisual, o incluso como región exportadora, especialmente de telenovelas, hay investigaciones empíricas recientes que demuestran que su presencia, por ejemplo en Europa, es menos que marginal, particularmente de los dos “grandes”, Brasil y México, y específicamente de sus telenovelas (Biltreyst y Meers 2000). En la realidad, la televisión latinoamericana sigue siendo importadora neta. Según el estudio recién citado de Media Research & Consultancy-Spain, aun México, que concentraba la mitad de las exportaciones de la industria audiovisual de Iberoamérica en 1997, era país deficitario: en 1996 se estima que tuvo un déficit de 158 millones de dólares y en 1997 de 106 millones de dólares (2,247 millones la región entera) (MR&C 1997; 1998). Partiendo de datos oficiales, yo calculé que México habría tenido un déficit de 22.7 millones de dólares solamente en la balanza comercial televisiva (Sánchez Ruiz 2001).

Un 87% de las importaciones audiovisuales de Iberoamérica, provenía de Estados Unidos; 6% de otros países europeos y 5% de la propia región. Solamente de televisión, el 95% de las señales importadas vía satélite (925 millones de dólares) y 77% de los programas (más de 900 millones dls.), provenían de Estados Unidos. Una alta proporción de las señales que se importan se transmiten por televisión de paga, que aun es minoritaria en América Latina, pero que está creciendo de una forma acelerada.

En el diagnóstico que realizó CIESPAL se encontró que los intercambios entre países latinoamericanos eran menos intensos de lo que se suele suponer. Así, del total de horas de programación importada en los 16 países incluidos, el 62% se originaba en Estados Unidos; de los propios países latinoamericanos provenía el 30%, mientras que de Europa y Asia eran

respectivamente el 6% y 1.7% (Estrella 1993). Sin embargo, es claro que unos pocos países latinoamericanos están adquiriendo mayor capacidad de producción y exportación, como Brasil, México, Argentina y en menor medida Venezuela, Perú y Colombia. Una pequeña corrección: en unos pocos países latinoamericanos, una o dos empresas han desarrollado la capacidad centralizada de producir y, en ocasiones de exportar, programas televisivos, de unos pocos géneros, en especial telenovelas.

Si bien la tendencia en líneas generales en la televisión abierta es hacia la disminución de la programación importada de Estados Unidos, en la televisión de paga, que se está expandiendo rápidamente entre los segmentos altos y medios del espectro socioeconómico latinoamericano, siguen siendo muy altas las importaciones. Por ejemplo, en México, mientras que del total de la oferta programática en televisión aérea solamente alrededor de un tercio es importada de Estados Unidos, en la TV de paga esta proporción se incrementa a tres cuartas partes (Sánchez Ruiz 2001).

La expansión y diversificación de nuevas opciones audiovisuales (televisión digital, todas las modalidades de TV de paga, DVDs, etc.), que han sido hechas posibles por la digitalización, está ya trayendo nuevas demandas de productos culturales audiovisuales. Los países latinoamericanos deben generar la capacidad para cubrir una parte importante de esa demanda al interior de cada uno, y para que exista una oferta *latinoamericana*, pertinente para esa misma demanda ampliada. A fin de que se genere una competitividad externa, se necesita crear un ambiente competitivo interno. Pero la convergencia que se ha ido dando entre las tecnologías de información, las telecomunicaciones y los medios audiovisuales a su vez está trayendo consigo otro tipo de convergencia, en la forma de las grandes fusiones, adquisiciones y alianzas estratégicas entre corporaciones (por ejemplo, del lado del "hardware" las empresas de telecomunicaciones, con las de televisión, para ofrecer servicios de Internet, TV de cable, telefonía y entretenimiento televisivo, entre otras posibilidades). La alta concentración en unas pocas empresas de la producción y puesta en circulación, junto con la disparidad en los flujos e intercambios internacionales de productos culturales, limitan la diversidad y pluralidad de las manifestaciones culturales que circulan. Por ejemplo, en Iberoamérica el estudio de las principales empresas de televisión abierta por nivel de ingresos muestra que las diez mayores concentran el 70% del total de facturación del sector. Ya vimos que cinco firmas concentraban el 90% de las exportaciones en 1997 (MR&C 1998).

Lo que constituye el epítome del proceso de convergencia tecnológica, la Internet, se

encuentra también muy desigualmente distribuída en el mundo. Es la llamada “brecha digital”, cuyo nombre es equívoco, puesto que no es lo digital lo que produce las brechas, sino el desigual acceso a los bienes producido por factores *socioeconómicos*. Pero la denominada “brecha digital” no solamente se presenta entre los países del mundo, sino que también al interior de cada país está presente. De acuerdo con el Informe sobre Desarrollo Humano de 2001, dedicado al tema de las tecnologías modernas, habría algo de esperanza puesto que con el proceso de difusión de tecnologías como el teléfono, la electricidad o los tractores, las brechas se han ido disminuyendo (PNUD 2001). De cualquier manera, es muy clara—y dramática—la disparidad actual en el acceso a la Internet, Como puede observarse en el cuadro siguiente:

Cuadro 1
USUARIOS DE INTERNET
(Como % de la población)

	Año 2000
Estados Unidos	54.30%
OCDE*	28.20%
América Latina y el Caribe	3.20%
Asia oriental y Pacífico	2.30%
Europa Oriental y OEI	3.90%
Estados Árabes	0.60%
África Subsahara	0.40%
Asia Meridional	0.40%
Todo el Mundo	6.70%

* Países de alto ingreso, excl. E.U.

Fuente: PNUD (2001), Pág. 42

Mientras que un poco menos que el 7% de la población mundial tiene acceso a esta poderosa herramienta de comunicación, en Africa subsahariana y en Asia meridional ni siquiera alcanza el uno por ciento a ser usuario. En cambio, 28% de los

¿Cuál es la actualidad del Informe MacBride? Podríamos concluir este escrito con el párrafo que transcribimos al inicio, y casi nadie notaría que media un cuarto de siglo de distancia. La actualidad de la cita con la que comenzamos este trabajo muestra que, al parecer, en los 25 años transcurridos no ha cambiado prácticamente nada en la estructura básica, altamente concentrada y desigual, de la comunicación en el mundo.

Bibliografía

- Beltrán, Luis Ramiro (2000a) *La Investigación Sobre Comunicación en Latinoamérica. Inicio, Trascendencia y Proyección*. La Paz: Plural Editores/Universidad Católica Boliviana.
- Beltrán, Luis Ramiro (2000b) “El nuevo orden internacional de la información. El sueño en la nevera” en *Chasqui*, Núm 70, Junio 2000 (<http://www.comunica.org/chasqui/beltran70.htm>, bajado el 23/03/2003).
- Biltreyst, Daniel y Philippe Meers. 2000. “The international telenovela debate and the contra-flow argument: A reappraisal”, en *Media, Culture and Society*, Vol. 22, Núm. 4.
- CEPAL. 1998. *Panorama Social de América Latina, 1998*. Santiago de Chile: : Naciones Unidas, Comisión Económica para América Latina y el Caribe.
- CEPAL. 2000. *La inversión Extranjera en América Latina y el Caribe. Informe 1999*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, Comisión Económica para América Latina y el Caribe.
- CEPAL. 2004. *Panorama Social de América Latina, 2004*. Santiago de Chile: : Naciones Unidas, Comisión Económica para América Latina y el Caribe.
- Consejo Nacional de Televisión. 1999. “Informe Estadístico. Televisión de Libre Recepción. Agosto/Octubre 1996-1998”. Santiago de Chile: Consejo Nacional de Televisión, Departamento de Supervisión, Estudio y Fomento.
- Estrella, Mauricio. 1993. *Programación Televisiva y Radiofónica. Análisis de lo que se difunde en América Latina y El Caribe*. Quito: CIESPAL.
- Esteinou, Javier. 2004. “El rescate del Informe Mc Bride y la Construcción de un Nuevo Orden Mundial de la Información”, en *Razón y Palabra*, Núm. 39, Junio-Julio (<http://www.cem.itesm.mx/dacs/publicaciones/logos/anteriores/n39/jesteinou.html>, bajado el 23/03/2005).
- Exeni R., José Luis. 1998. *Políticas de Comunicación. Retos y Señales para no Renunciar a la Utopía*. La Paz: Plural Editores/Friedrich Ebert Stiftung.
- Getino, Octavio. 1998. *Cine y Televisión en América Latina. Producción y Mercados*. Santiago de Chile: Ediciones Ciccus.
- IMF. 1997. *World Economic Outlook*. Washington: International Monetary Fund. Mayo.
- IMF. 2000. *World Economic Outlook. Asset Prices and the Business Cycle*. Washington: International Monetary Fund. Mayo.

- López Arjona, Ana. 1993. *Inventario de Medios de Comunicación en América Latina*. Quito: CIESPAL.
- MacBride, Sean et al. 1980. *Un Solo mundo, Voces Múltiples. Comunicación e Información en Nuestro Tiempo*. México: Fondo de Cultura Económica/UNESCO.
- MC&R. 1997. *La Industria Audiovisual Iberoamericana: Datos de sus Principales mercados. 1997*. Madrid: Media Research and Consultancy-Spain.
- MC&R. 1998. *La Industria Audiovisual Iberoamericana: Datos de sus Principales mercados. 1998*. Madrid: Media Research and Consultancy-Spain.
- Sánchez Ruiz, Enrique E. 1996. "Flujos globales, nacionales y regionales de programación televisiva. El caso de México", en *Comunicación y Sociedad*, No. 27, Mayo-Agosto.
- Sánchez Ruiz, Enrique E. 2001. "Globalization, cultural industries and free trade: The Mexican audiovisual sector in the NAFTA age", en V. Mosco y D. Schiller (eds.) *Continental Order? Integrating North America for Cybercapitalism*. Lanham, Maryland (E.U.): Rowman and Littlefield Publishers.
- Secretaría de Comunicación y Cultura. 1999. *Exportación en la Televisión Chilena*. Santiago de Chile: Secretaría de Comunicación y Cultura, Departamento de Estudios. Reseña 36, Agosto 1999.
- Televisa. 1998. *Informe Anual 1997*. México: Grupo Televisa. http://www.televisa.com.mx/info97/e_on22.html (20/08/98).
- UNDP. 1999. *1999 Human Development Report*. New York: Oxford University Press
- PNUD. 2004. *Informe Sobre Desarrollo Humano 2004*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.
- PNUD. 2001. *Informe Sobre Desarrollo Humano 2001*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.
- UNESCO. 2000a. *Culture, Trade and Globalisation. Questions and Answers*. Paris: UNESCO, Division of Creativity, Cultural Industries and Copyright.
- UNESCO. 2000b. *Facts and Figures 2000b*. París: UNESCO Institute for Statistics.
- UNESCO. 2000c. *International Flow of Selected Cultural Goods 1980-1998*. París: UNESCO Institute for Statistics.
- UNESCO. 2001. *Informe Mundial sobre la Cultura 2000-2001. Diversidad cultural, conflicto y pluralismo*. París/Madrid: Ediciones UNESCO/Ediciones Mundo-Prensa.
- Varis, Tapio, & Nordenstreng, Kaarle. 1974. *Television traffic: A one-way street?* Paris:

UNESCO.

Varis, Tapio. 1984. The international flow of television programs. *Journal of Communication*, Vol. 34, Núm 1.

WTO (2004) *International Trade Statistics*. Washington: World Trade Organization.

Circulação internacional e distorções comunicacionais no capitalismo global*

Valério Cruz Brittos

Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS

[<val.bri@terra.com.br>](mailto:val.bri@terra.com.br)

Resumo

A desigualdade nos processos de produção, distribuição e consumo dos recursos comunicacionais industriais, tendo em vista o quadro internacional, tem ampliado-se na fase atual do capitalismo, atualizando o debate sobre a necessidade de adoção de políticas públicas na área de comunicação e cultura, agora articuladas globalmente. No momento em que são repensados os 25 anos do Informe MacBride e da proposta da Nova Ordem Mundial pela Informação e Comunicação (NOMIC), as distorções midiático-tecnológicas complexamente expressam-se através da falta de equidade na distribuição e uso dos recursos info-comunicacionais, mas também porque o conteúdo circulante em regra remete à cultura global.

Palavras-chave

Políticas de Comunicação; Economia Política da Comunicação; Processos Midiáticos.

Introdução

A contemporaneidade é marcada pelo descompasso de fluxo info-comunicacional entre países pobres e ricos, abarcando não só a troca dos tradicionais produtos das indústrias culturais, mas igualmente o intercâmbio de informações corporativas, espaço crescente a partir das décadas finais do século XX, com a aceleração da globalização capitalista. Com a digitalização, os desequilíbrios nesta área multiplicam-se, potencializando todas as demais distorções já existentes. No passado e no presente, relações de supremacia sustentam o atual sistema global de mídia, justificando as políticas públicas de informação e comunicação como indispensáveis. Estas, não obstante, devem ser concebidas como partes de um amplo projeto, que vise não só a inclusão cultural e digital, mas a agregação social no seu todo, nos marcos de um projeto de sociedade a ser construída, com maior equidade e espaço dialógico.

A origem geográfica do bem cultural em circulação é um dado a ser considerado, diante de sua relação com as identidades culturais, em sentido amplo, e pelo que representa de resultados micro e macro econômicos, mas não é o único elemento a ser analisado. Como a

* BRITTOS, Valério. Circulación internacional y distorsiones comunicacionales en el capitalismo global. *Quaderns del Cac*, Barcelona, n. 21, ene.-abr. 2005. Disponível em: <http://www.audiovisualcat.net/publicaciones/q21casbrittos.pdf>. Acesso em: 2 set. 2005.

dominação não é exclusiva de forças exteriores, pois estas processualidades reproduzem-se vertical e horizontalmente, não há, por parte das produções nacionais, uma carga informativa com superioridade de princípios ou uma efetividade de comprometimento democrático, assim como quanto aos bens simbólicos importados. Em sentido inverso, a questão maior é que os produtos das indústrias culturais, sejam estas nacionais ou internacionais, trazem a cultura global como principal marca, expandindo a forma mercadoria e a incorporação ao consumo. Paralelamente, um enorme fosso digital separa América do Norte e Europa, com parte da Ásia, de um lado, com América Latina e África, de outro, aumentando a distância econômica.

Durante a Guerra Fria, o livre fluxo propunha primordialmente a adesão da cidadania, enquanto hoje implica especialmente em ampliação de negócios. Ainda que repercutisse ontem além dos círculos econômicos privados, voltando-se à conquista de adeptos ao capitalismo, o livre fluxo da informação inseria-se no âmbito do mesmo espírito liberal que propunha a liberdade do comércio. Mas a justificativa formal era política, com base no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), o qual visava a liberdade de expressão e comunicação. Já na metade dos anos 1980 a discussão perdeu força, coincidindo com o enfraquecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (United Nations Education, Scientific and Cultural Organization – Unesco), cujo desempenho no debate da desigualdade comunicacional foi importantíssimo, em especial com a aprovação do Informe MacBride, cujos 11 princípios deveriam fundamentar a Nova Ordem Mundial pela Informação e Comunicação (NOMIC).

Livre fluxo

Portanto, uma nova ordem informacional e comunicacional é ainda mais importante hoje, tornando oportuno e atualíssimo o retorno deste debate. Isto é mais emblemático neste ano de 2005, em que se celebrará, na cidade de Túnis, a segunda fase da Cúpula Mundial para a Sociedade da Informação. O livre fluxo de informação não corresponde a liberdade de informação. Por um lado, há a questão dos conteúdos, de que o controle dos atos de mediação essencialmente por lógicas privadas estabelece pautas e agendas restritas, onde muitos atores sociais (em especial aqueles ligados aos movimentos populares) não podem publicizar suas demandas. De outro lado, tratando-se de mídias cujo acesso ao consumo é pago, há uma limitação do processo de recepção, na medida em que grande parte da população – o que é mais presente nos países pobres – não reúne condições econômicas para sustentar seus custos, ficando, portanto, sem direito à fruição desses bens simbólicos.

Nesta problemática, inserem-se a origem e a parcialidade do que é processado como informação. Ou seja, livre fluxo não implica em diversidade cultural. Além do mais, não sendo o fluxo verdadeiramente livre, pois depende do poder econômico superior dos que podem participar com maior capacidade qualitativa e quantitativa, pode acabar com muitas culturas, ou redimensioná-las e hibridizá-las no âmbito do capitalismo, o que, de qualquer forma, mina o projeto da diversidade. Então, é claro que este fluxo é desigual, acompanhando a tendência geral do capitalismo, que, por si próprio, é excludente e fortalece posições imperialistas, embora outras possibilidades e arranjos de integração, exportação e consumo, de produtos materiais e simbólicos, sejam possíveis, na circunscrição do capitalismo global.

Diante da manutenção e ampliação das desigualdades, torna-se essencial a ação de agentes públicos sobre o mercado. Na realidade, ainda que sem a mesma força mobilizadora, permanece a Unesco um dos poucos pólos com metas globais de formulação de políticas alternativas. É neste quadro que se inclui o *Anteprojeto de convenção sobre a proteção da diversidade dos conteúdos culturais e as expressões artísticas* (Unesco, 2004, p. 1), sustentado na idéia de que “a liberdade de pensamento, expressão e informação, assim como [...] pluralismo das mídias, garantem [...] o pleno desenvolvimento das expressões culturais e a possibilidade de que a imensa maioria das pessoas tenha acesso a elas”. A convenção, que precisa ser aprovada pela Conferência Geral da Unesco e, depois, receber a adesão dos países-membros, para ser válida nos territórios nacionais, pode reforçar a luta pela democratização da cultura e da comunicação. As medidas propostas envolvem: reservar espaço aos bens e serviços culturais nacionais; assegurar às indústrias culturais independentes acesso aos meios de produção e distribuição; promover a livre circulação de idéias e bens culturais, apoiando os órgãos sem fins lucrativos; e estimular as instituições de serviço público.

Logicamente, a ação do Estado e de entidades supranacionais, como a Unesco, tende a atenuar as dificuldades das regiões mais pobres, já que os países ricos, como os Estados Unidos (EUA), principalmente, e os integrantes da União Européia (UE), em geral dispõem de organizações fortes o suficiente para beneficiar-se da disputa no capitalismo global. Além do mais, as conseqüências da ação capitalista sobre a cultura são mais perversas nos países pouco desenvolvidos, onde a regra é o controle dos meios por grupos oligopolistas montados em bases familiares e com laços políticos. No caso brasileiro, o atraso histórico, quanto a controle público dos atos de midiaticização, ganha cores específicas atualmente, quando as tentativas de mudanças na área, propostas pelo Governo do presidente Luís Inácio Lula da

Silva, como de uma Lei do Audiovisual e de um Conselho Nacional de Jornalismo foram duramente combatidas pelas companhias de comunicação, a ponto de serem descaracterizadas ou mesmo derrubadas. Assim como as argentinas, as principais companhias de TV brasileiras estão altamente endividadas (externamente, em grande parte), o que as incapacita para enfrentar os investimentos futuros necessários para acompanhar a mudança tecnológica.

Na Venezuela, o confronto aberto entre o presidente Hugo Chávez e as indústrias culturais revela a dificuldade de implantação de projetos contra-hegemônicos. Apesar disso, no final de 2004 o governo obteve uma importante vitória legislativa, aprovando a Lei da Televisão, severamente criticada pelos setores dominantes mundiais. Os meios de comunicação de massa venezuelanos fazem campanha sistemática contra Chávez, no que contam com a participação da mídia global, como foi no caso da tentativa de golpe de Estado de abril de 2002. Naquela ocasião, praticamente toda a mídia apostou na queda de Chávez, que se manteve no poder a partir de amplas negociações continentais; já as rádios comunitárias, articuladas pela internet, aliadas aos telefones celulares, mobilizaram a população, demonstrando o potencial crítico e de resistência que a comunicação dever ter.

Políticas de comunicação

Mais do que ontem, hoje é fundamental a adoção de políticas de comunicação nacionais, regionais e globais, diante da elevada disparidade do fluxo info-comunicacional entre países ricos e pobres e, principalmente, pelo fato das mensagens, em regra, vincularem-se às matrizes dominantes, independentemente da origem. O mundo precisa é de um choque de democratização da comunicação, concebida pelo Informe MacBride (1987, p. 289) como “o processo mediante o qual 1) o indivíduo passa a ser um elemento ativo e não um simples objeto da comunicação; 2) aumenta constantemente a variedade das mensagens intercambiadas; 3) aumenta também o grau e a qualidade da representação social na comunicação”. Esta democratização deve ser processada com controle social, viabilizado através de políticas públicas que desconcentrem a propriedade midiática e abram os meios às demandas da sociedade civil. Isto passa por marcos regulatórios, que, reconhecendo o fosso econômico no seio das populações e a diversidade cultural que as demarca, permitam acompanhamento, avaliação crítica e fiscalização dos conteúdos das firmas comunicacionais.

Mas as políticas públicas são cada vez mais combatidas, genericamente enquadradas como interferência estatal em negócios privados. De um lado, o neoliberalismo econômico

condena toda ação do Estado sobre o mercado, acusando-a de diminuir a competitividade empresarial, a qual só seria plenamente proporcionada pelo livre mercado. De outro lado, o pensamento político liberal também se posiciona contrariamente à fiscalização dos conteúdos culturais, por temer um retorno da censura. Mattelart (2002, p. 156), como sempre, resume bem a questão da dificuldade de proposição e adoção de políticas públicas na atualidade:

A liberdade de comunicação não deve sofrer qualquer proibição. As reservas que podem ser feitas em relação a essa concepção da liberdade logo serão tachadas pelos grupos de pressão de tentativas de restauração da censura. Somente a sanção exercida pelo consumidor sobre o mercado de livre-oferta deve reger a circulação dos fluxos culturais e informacionais. O princípio de auto-regulação tira a legitimidade de toda tentativa de formulação de políticas públicas, nacionais e regionais, no assunto. Não encontram acolhida nem sequer as interrogações sobre o papel que deve desempenhar o Estado em uma coordenação dos sistemas de informação e comunicação tendo em vista a preservação dos canais de expressão cidadã em relação às lógicas da segregação diante do mercado e da técnica, nem as que estão ligadas à função das organizações da sociedade civil como fator de pressão decisivo para exigir da autoridade pública essa arbitragem. O mundo se metamorfoseia em ‘comunidades de consumo’ (*consumption communities*). Definitivamente, a palavra comunidade jamais foi utilizada de modo tão indiferente e vazio.

A conformação de políticas públicas de comunicação – que devem emergir desde a confrontação entre sociedade civil, Estado e mercado – esbarra na falta de mobilização que o tema provoca, em parte porque não é publicizado pelas indústrias culturais. Acompanhamento desenvolvido pelo grupo de pesquisa *Comunicação, Economia Política e Sociedade*, junto aos principais telejornais, jornais impressos e revistas do Brasil, mostra que a mídia não mediatiza a comunicação, ou seja, os grandes temas comunicacionais, relativos à propriedade, acesso, pauta e forma de divulgação de conteúdos, quase não são abordados, sendo preferidas, em larga escala, as questões relativas à vida privada dos artistas e promocionais das empresas e seus proprietários (BRITTOS, 2004). Com isso, o debate público das temáticas contemporâneas (e particularmente de um assunto tão essencial na conformação das estruturas e vidas deste mundo complexo, como é a comunicação), que hoje em dia não pode ser travado sem a mediação da mídia, fica prejudicado, de forma que, sem a exposição via sistema televisual, pouco há de participação da sociedade na edificação dos marcos regulatórios.

Este problema gera um círculo vicioso, onde a falta de notícias sobre a mídia impede o interesse sobre o tema, que assim não é pautado em termos de regulamentação, instrumental que poderia contribuir para que outra postura fosse adotada, havendo um controle público dos conteúdos das indústrias culturais, com a presença do Estado e da representação da cidadania

em geral. Somando a isso, tem-se o drama histórico da parcialidade que costuma cercar a cobertura comunicacional, em especial nos casos de comunicação industrial (pelos compromissos históricos das companhias culturais e por ser a mídia um espaço precário, porque apresenta construções da realidade e é um discurso relacionado com o real, mas não é o real, pois, ao apresentar os fatos, os constrói, o que implica em supressão e deformação). No processo de formulação das políticas públicas, as decisões governamentais devem resultar de dinâmica interativa construída no chão social. Dito de outra forma, a ação do não hegemônico sobre a tecnologia midiática deveria completar o ciclo para a sua real incorporação social, além de mercadológica. Nesta mediação incompleta dos temas midiáticos, onde o desenho da realidade mostrada falta muitos pedaços, cabe também ao alternativo pressionar as indústrias culturais com suas proposições, se têm sentidos a oferecer à sociedade.

No entanto, o Estado é cada vez menos interventor sobre os ciclos econômicos. O papel do Estado muda no capitalismo global, afastando-se muito da atividade econômica direta e alterando qualitativamente sua regulamentação, redirecionada ao fortalecimento dos mercados e incremento das privatizações. Há também retrocesso das políticas públicas e privadas de redistribuição da renda; declínio da produção em massa; aumento da produtividade; crescente desintegração vertical das empresas, voltando-se estas para a contratação de terceiros e não mais para a realização do máximo de tarefas no interior da firma; e flexibilidade geral, manifestada precipuamente no que envolve espaços de investimento (a partir de políticas econômicas liberais), emprego (quebra da rigidez da relação de trabalho), produção (sistemas mais versáteis e rentáveis, como o *just-in-time* e segmentações) e consumo (tendo em vista a maior variedade disponibilizada). Em todo este processo está a tecnologia, permitindo troca ágil de informações, maior eficiência empresarial e amplitude de bens produzidos pelas empresas, o que envolve a economia como um todo e atinge as indústrias da comunicação e da informação particularmente.

Representa este momento uma retomada da hegemonia dos Estados Unidos, como demonstram, no plano militar, os ataques a parte do mundo árabe e, no plano cultural, a penetração do cinema norte-americano. A autonomia cultural da maioria dos países fica em grande medida subordinada aos planos de produção e distribuição dos grupos que operam os negócios culturais e às estratégias de poderosos conglomerados transnacionais. Todas estas processualidades inserem-se no plano da reordenação capitalista, que tem como marco inicial a decisão unilateral norte-americana, tomada em 1971, pelo então presidente Richard Nixon,

de dar fim ao padrão ouro vinculado ao dólar estadunidense, dissolvendo o modelo de Bretton Woods e, assim, deixando de existir uma moeda internacional. As instituições de Bretton Woods remetem a 1944, quando, sob pressão dos EUA, os aliados da II Guerra Mundial realizaram uma conferência financeira e monetária (em Bretton Woods, New Hampshire, nos Estados Unidos), decidindo indicar o dólar como moeda internacional, mediante o compromisso dos Estados Unidos em assegurar a conversibilidade do dólar em ouro.

Revogado, em 1971, o sistema de taxa de câmbio fixo instaurado pelos acordos de Bretton Woods, as taxas de câmbio passaram a ser flutuantes, dependendo de fundamentos econômicos (como taxa de inflação, dívida pública e balança comercial) e operações puramente especulativas. Pode-se resumir as medidas adotadas a partir da década de 1970 em uma nova divisão internacional do trabalho e uma maior desregulamentação de vários setores econômicos, transferindo poder ao mercado, o que provocaria – e provocou – um fortalecimento das corporações de maior dimensão, por apresentarem menores custos relativos. Com o acirramento da competição, já que o mercado tende a atuar sob menor tutela do Estado, as grandes companhias aumentaram os investimentos em tecnologia, automatizando tarefas e interligando unidades, que passaram a agir em um maior número de locais. Houve uma mudança estrutural-histórica da natureza do capitalismo, resultando na crescente importância dos mercados e atingindo as empresas dominantes, que tiveram de condicionar-se a disputar e enfrentar-se em um número superior de praças.

A aptidão regulatória estatal foi minada pela emergência e consolidação de mercados mundiais de produção, distribuição e consumo, liderados por potentes conglomerados transnacionais, cujos montantes movimentados geram poderes capazes de deteriorar a atuação dos entes públicos. Dependem diretamente de fatores globais itens como inovações tecnológicas, manejo das culturas, taxas de juro e política monetária, o que tolhe a ação das autoridades internas. Nesta nova dinâmica, os capitais são disputados internacionalmente pelos Estados, que também implementam ações para sua captura, através de táticas que visam aumentar a atratividade de seus mercados internos e a competitividade de suas corporações, o que passa por desregulamentação e privatização. A estratégia neoliberal consistiu, ante a queda da demanda interna nos países centrais, no aumento da produtividade, via “reestruturação industrial, fusões e aquisições”, e na quebra do “poder do trabalho organizado, para reduzir a dispersão de lucros, e em fechar as ‘janelas de oportunidades’ que haviam se aberto, através de políticas de substituição de importações, para diversas nações do terceiro

mundo” (CHESNAIS, 1998, 145). Essas idéias são disseminadas e aceitas como uma nova ordem global, apta a provocar uma nova etapa de amplo desenvolvimento.

Além do neoliberalismo, a globalização contemporânea afeta o poder de decisão terminativo do Estado-nação, pois ações externas implicam internamente com mais intensidade e os passos estatais apresentam maior repercussão internacional, recomendando observação e, não raro, discussão além-fronteiras. As políticas de globalização, “inspiradas na ideologia anglo-saxã do individualismo competitivo, do mercado liberto e do capital cosmopolita”, “reimpuseram tendencialmente uma lógica do século XIX – a do domínio da economia sobre a sociedade, do sistema de mercado sobre o Estado” (BRAGA, 1998, p. 140). No atual sistema, os Estados revelam-se com menos força do que o mercado financeiro internacional, mobilizador de quantias capazes de alterar as situações das sociedades nacionais e, ainda que sob críticas diversas, alvo de atenção dos agentes econômico-políticos, dificultando ações independentes e gerando políticas uniformes. Verifica-se um esvaziamento do poder estatal em regular suas economias e formular políticas econômicas independentes.

Sociedade da informação

No novo quadro capitalista, a informação é o grande valor agregado à mercadoria. Mas, transformada, a organização do trabalho permanece no modo capitalista e sua maior sofisticação, através de novas tecnologias, não elimina a essência de sua posição ante o capital. Há um deslocamento do capitalismo sobre outras áreas e lugares até então, em maior ou menor grau, distantes da disputa dos capitais, bem como um impulso em direção a um novo momento, renovando-se e não sendo superado pela intervenção do socialismo, que, ao contrário, esfacelou-se em quase todos os países onde foi tentado. Neste reposicionamento capitalista incluem-se as profundas alterações que vem sofrendo o panorama mundial das comunicações, onde a participação dos capitais privados em muitas áreas e países é nova, sendo o setor estimulado pelo surgimento e proliferação de inovações tecnológicas, incentivadoras das mudanças econômico-culturais.

Mas isto não corresponde à elevação da tecnologia a uma circunstância revestida de valor único ou pelo menos supremo, na estruturação social. Para Bernard Miège (1999, p. 26), a existência de uma sociedade da informação é “impensável hoje como ontem”, pois uma coisa é revelar mudanças significativas e identificar a emergência de novos “paradigmas”, outra “é concluir pela passagem de uma nova era” da humanidade, sendo enganosa a

impressão de que o informacional afirmou sua supremacia, pois os elementos de continuidade com a sociedade industrial capitalista permanecem muito fortes, até onde a produção está em vias de automatização. Se os traços de continuidade sobrepõem-se aos de ruptura, há uma evolução dentro do próprio sistema, não uma revolução. Em termo de organização social ou modo de produção, prossegue (até com mais força) a hegemonia capitalista, assim como as mídias tradicionais passam a conviver com aquelas surgidas a partir das décadas finais do século passado, embora haja uma tendência de digitalização generalizada.

Apesar dos traços inovadores acoplados aos sistemas econômicos modernos, não se identifica uma revolução efetiva. Há é uma mudança promovida na esfera do capitalismo, cujos atores têm revelado uma inegável capacidade de adaptação, relacionada também com a apropriação da tecnologia como um todo, mesmo aquela que ocasionalmente possa ser um desviada do modelo hegemônico. “As transformações registradas e anunciadas no terreno das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), nas duas últimas décadas do século XX, foram penetrando o consciente coletivo com a idéia de fundo que nos encontramos ante” um novo modelo de revolução, cuja culminação será o erguimento de um mundo novo (PRADO, FRANQUET, 1998, p. 16). Por isso a idéia de uma revolução a partir da informação é tão disseminada. A sociedade da informação, conforme Becerra (1998, p. 36), trata de um novo modo de desenvolvimento produtivo, o informacional, onde a fonte de produtividade e a estratégia de extensão do capital se assenta na inovação tecnológica, vinculada à centralidade do processamento de dados, assim como na crescente desigualdade na distribuição dos benefícios. Mas a questão é que o crescimento do fluxo informacional, e de tecnologias que permitem esta ampliação, desenvolvem-se e são abrigados no ritmo industrial. O principal problema da idéia de admitir-se o advento da sociedade da informação é conceber-se que se trata de uma mudança definitiva em direção a um rumo oposto.

Uma distinção especial é apresentada por Castells (1999, p. 46), entre sociedade da informação e sociedade informacional: a primeira indica o papel da informação na sociedade, mas num sentido amplo, como comunicação de conhecimentos, decisivo a toda história da humanidade, até na “Europa medieval que era culturalmente estruturada e, até certo ponto, unificada pelo escolasticismo”; já o segundo corresponde a um período histórico específico “em que a geração, o processamento e a transmissão tornam-se uma das fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas surgidas” nessa formação social. Para aplicar-se o termo sociedade da informação, tendo em vista a centralidade

contemporânea do fenômeno comunicacional, teriam que ser feitas ressalvas, enfatizando a não-superação da sociedade industrial e sua inserção num sistema de produção capitalista. No entanto, ainda que se ressalve o uso do termo, é importante dizer que a idéia de sociedade da informação não requer necessariamente um juízo de valor, de apreciação positiva, mas de constatação de um novo lugar da informação na sociedade e nas corporações.

Disseminando-se indistintamente, as construções tecnológicas colam-se no tempo em que se reproduzem, participando dos desafios individuais e coletivos diários, e transmitindo muito de sua lógica ao contexto no qual se desenvolveram. Assim, o processo de inovação tecnológica costuma marcar rupturas, ainda que parciais, relativamente aos modos de fazer precedentes, conectadas com o processamento de novas estéticas, podendo ser absorvidos de forma criativa, subvertendo o que está posto e, até, criando novos paralelos com propostas não-homogêneas. No entanto, como em médio prazo o capitalismo estabelece regulações das tecnologias favorecedoras do processo concorrencial entre os capitais individuais, tais rupturas tendem a ser periféricas ou incorporadas mercadologicamente. Elevada a dupla informação e comunicação como elementos-chave da racionalidade produtiva capitalista contemporânea, tal configuração tem conduzido a uma séria interpenetração, não a uma substituição das atividades industriais pelas informacionais. Não é negada a importância da informação e da comunicação na contemporaneidade, mas questiona-se seu papel autônomo.

Sendo assim, e considerando-se a produção cultural no capitalismo historicamente determinada por este modo de produção, impõe-se uma leitura problemática do modelo estrutura-superestrutura, que relacione historicamente os níveis econômico, político e ideológico. Pode-se dizer que, à medida que avança a ligação das companhias de cultura com as regras de funcionamento próprias do mercado, ou à estrutura, desligam-se da relação superestrutural direta, ou da obrigação de ideologicamente servir ao capitalismo, embora o nível ideológico não desapareça, pois se delineia desde o compromisso (renovado) com a sociedade de consumo. Neste rumo, deve-se concordar com Garnham (1983, p. 22), para quem, a partir do “capitalismo monopolista a superestrutura se industrializa, é invadida pela estrutura”, não sendo respeitada a distinção entre estrutura e superestrutura, “não, como tendem a pensar os pós-althusserianos, porque a estrutura se transforma em um novo discurso superestrutural autônomo, senão porque a superestrutura é englobada pela estrutura”.

Circulação cultural

Essa industrialização da superestrutura representa o avanço dos capitais sobre o mundo da cultura, o que implica, necessariamente, na absorção de técnicas de gestão própria da indústria tradicional pelos mercados de produção e distribuição de bens simbólicos. O avanço atinge as relações de trabalho e mesmo os métodos de controle da concepção e desenvolvimento dos elementos comunicacionais, embora a aleatoriedade de realização desses produtos permaneça, não havendo a mesma certeza sobre seus resultados, comparativamente com as áreas econômicas tradicionais. Tal movimento insere-se na lógica de um capitalismo ainda em expansão, um modelo não acabado, o que corrobora com a crítica às idéias de uma nova sociedade, ante as alterações das últimas décadas, enfaticamente aquelas ligadas à inovação tecnológica e ao reposicionamento da informação: a base permanece a mesma, embora com a incorporação de outras técnicas e haja uma ampliação da racionalidade capitalista para outras áreas de rentabilização, inclusive a cultural. Ou seja, as mudanças se dão sob a égide da industrialização, que avança e se transforma, mas não acaba.

O drama dos desequilíbrios info-comunicacionais não se limita à questão geográfica, mas ao comprometimento das mensagens em circulação. Trata-se de uma cultura global comprometida com o capitalismo, em seu macro-processo de reprodução, nem que para isso tenha que se apropriar de referentes de outras culturas e mesmo de contestação ao sistema. Benjamin Barber (2003, p. 41) fala na cultura McWorld, de matriz norte-americana: segundo o autor, esta “cultura mundial americana – a cultura McWorld – é menos hostil que indiferente à democracia”, sendo o seu objetivo “uma sociedade universal de consumo que não seria composta nem por tribos nem por cidadãos, todos maus clientes potenciais”, mas unicamente por consumidores, os quais formam uma nova raça de homens e mulheres. Este conteúdo, ao circular preponderantemente por todas as redes hegemônicas, cria um desequilíbrio, já que os canais alternativos, além de infinitamente reduzidos, não dispõem de recursos para alcançar grandes públicos (ou para conquistá-lo, via conteúdos atrativos).

Aqui a questão é de padrão de produção, havendo uma forma hegemônica de desenvolver produtos culturais, que envolve elevados investimentos econômicos, mas também experiência no fazer, controle do conjunto de processos de produção e distribuição, reunião de equipamentos adequados e presença dos profissionais adequados. É claro que tais condições tendem a disseminar-se, pelo barateamento dos recursos tecnológicos, especialmente pela pulverização dos profissionais qualificados. Mas esta ampliação de alguns elementos costuma favorecer, primordialmente, as demais empresas atuantes no mercado, que

não ocupam as duas posições cimeiras, mas estão medianamente capitalizadas para beneficiar-se da nova situação. Já as organizações não-hegemônicas, que atuam na faixa da comunicação alternativa, dificilmente conseguem alavancar-se a ponto de produzir num padrão semelhante ao dominante e que é reconhecido como superior pela maioria dos consumidores, que lhe dão preferência não só ocasional, na medida em que são fidelizados constantemente nesta faixa. Assim, este público acaba buscando esta forma de fazer cultura que lhe faz sentido, mesmo quando se depara com outras mídias, assim como o navegador da internet cada vez mais se deixa envolver pelos sítios e produtos ofertados pelas tradicionais indústrias culturais.

Contudo, este padrão hegemônico não representa a uniformização de todo o fazer cultural. Ele é amplo o suficiente para abrigar um conjunto de outros padrões, ligados à produção capitalista de comunicação. São os vários padrões que garantem a especificidade empresarial, a capacidade de concorrer com alguma diferenciação, por parte das várias organizações e, mais ainda, pelos diversos produtos por uma única companhia. Quanto mais reunir, quantitativa e qualitativamente, os dados componentes do padrão, que é tecno-estético, mais a organização obterá a atenção do público. A partir daí distribuem-se as empresas na preferência popular, tanto em termos de mercado generalista, quanto relativamente a mercados segmentados. Na verdade, aqui também a relação é dialética, resolvendo-se a partir da fórmula homogeneização e diferenciação, característica da produção cultural. Para conquistar o consumidor, o bem simbólico terá que respeitar um conjunto de caracteres próprios do fazer hegemônico, necessários para serem reconhecidos pelo público. Cumprida essa etapa, têm que apresentar alguma diferenciação, de baixa dimensão, pois se o produto for totalmente igual aos demais não representará algo de novo, que mereça o ato de compra, assinatura ou simples atenção (que será rentabilizada no mercado publicitário).

Ainda que o problema tenha várias entradas, permanecem os desequilíbrios ligados ao espaço geográfico de produção dos conteúdos e da desigualdade na distribuição das tecnologias de informação e comunicação. Tratando-se de audiovisual, o domínio norte-americano é discrepante, sobrando pouco espaço mesmo para outros países desenvolvidos, no confronto com a força da indústria *hollywoodiana*, presente no imaginário de imensas populações do planeta, formando, neste setor, a excelência do que é concebido como cultura global (para concordar com as idéias de Barber discutidas). Ocorre que as grandes *majors*

norte-americanas dominam o padrão com muito mais segurança, sabem fazer cinema, nos moldes de fácil assimilação por parte do grande público, como nenhuma outra indústria, de qualquer outro país. Para isso, estão capitalizadas, reunindo tecnologia e material humano a ponto de produzir um produto cinematográfico que é absorvido pelo imaginário dos consumidores como algo esperado, reconhecido ou desejado. Isso não elimina, todavia, o espaço de criação e de produção de outros países, como a Índia, que trabalha com espectadores de enorme dimensão, nem toda uma série de outros públicos, formadores de nichos de mercado, interessados em cinema de arte. Além do mais, o êxito norte-americano (e de toda a indústria – cultural ou não) reside na conjugação de bem montadas estratégias de produção aliadas a privilegiadas vias de acesso ao consumidor, distribuindo o produto no local e quantidade adequadas, via de regra em detrimento da cinematografia local.

Desta forma, a hegemonia capitalista é em grande parte norte-americana, porque, em termos de cultura de massa, os Estados Unidos, tendo a vantagem da precedência, trabalham principalmente seus próprios elementos, que passam a fazer parte da cultura global, integrando-se à memória coletiva global. Para isso, é fundamental sua força econômica, como maior produtora e exportadora de bens simbólicos industrializados. “Os meios globais comerciais estão dominados por uns dez conglomerados integrados verticalmente”, a maioria norte-americana, sendo suas características essenciais “seus interesses financeiros na publicidade e seu mercantilismo absoluto” (HERMAN; MCCHESENEY, 1999, p. 170). Essa relação entre EUA e cultura global não exclui, no entanto, o aproveitamento de referentes de várias outras culturas, ocidentais ou não, que nesta absorção são ressemantizadas.

Espaços mercadológicos

Para construir-se e firmar-se uma liderança no exterior, é importante um mercado interno forte, que permita entradas elevadas de recursos, indispensável para cobrir os altos custos de realização. Os custos devem ser pagos dentro do país de produção, como forma dos preços praticados internacionalmente serem competitivos. Tudo isso é atingido com primazia pelos Estados Unidos, seja quando se trata de público diretamente pagante (cinema), seja quando é através da publicidade que uma dada mídia é sustentada. Seguindo este raciocínio – e embora este trabalho não esteja calcado, acima de tudo, num raciocínio de análise crítico-teórico da sociedade e dos fenômenos midiáticos –, o quadro 1 explica um pouco a equação produção-exportação dos EUA, país alvo dos maiores investimentos publicitários, mais de três vezes o total do segundo colocado e além de 10 vezes em comparação com o terceiro.

Aceitando-se a força dos mercados publicitários como um indicativo da possibilidade de pujança das indústrias culturais, os números mostram a sobreposição dos Estados Unidos mesmo sobre os demais países do eixo do Norte, ficando patente, também, a ausência da África na listagem, confirmando o lugar de exclusão desse continente no cenário global.

Quadro 1. Os 20 maiores mercados publicitários em 2003

País	Verba total publicidade (US\$ milhões)	Verba total publicidade em TV (US\$ milhões)	Publicidade per capita (US\$)
EUA	231,448	52,821	812,669
Japão	37,037	15,711	290,943
Alemanha	17,221	4,153	208,993
Reino Unido	15,418	4,737	259,126
França	9,123	2,833	154,105
China	7,489	3,349	5,828
Itália	7,071	3,783	121,914
Coréia do Sul	6,307	2,336	133,340
Canadá	5,392	1,775	173,376
Espanha	5,128	2,137	127,246
Brasil	5,048	2,470	28,536
Austrália	4,383	1,579	224,769
México	3,655	2,036	35,904
Holanda	3,156	–	197,250
Rússia	2,744	1,300	19,003

Fonte: GRUPO DE MÍDIA DE SÃO PAULO. *Mídia dados 2004*. São Paulo, 2004. p. 586, autor.

Concomitantemente, fica notório como a Europa é o continente que reúne o maior número de países, dentre os principais mercados publicitários: dos 15, seis são europeus (ou

sete, com a Rússia).⁶⁷ Mas deve ser atestada também a força asiática, já que quatro estão situados na Ásia (com a Rússia, cinco). Dos demais, dois são da América do Norte, um da América Central e um da América do Sul. A Oceania tem somente um país em destaque. Ao se estudar o investimento da verba publicitária na televisão há alguma mudança de posição, ficando de fora da lista a Holanda, por exemplo; também a China ultrapassa a França, o Brasil passa para o oitavo lugar e há alteração dentro da União Européia, com o Reino Unido à frente da Alemanha. Quando se passa a analisar o investimento publicitário per capita, a China, o sexto país com maior investimento em publicidade, fica abaixo de todos os demais do quadro. Nesse caso, os países em desenvolvimento são ultrapassados pelos desenvolvidos, ficando o Brasil e o México atrás da maioria das nações européias. Não obstante isso, os números brutos, mesmo que se devam mais à extensão territorial e quantidade populacional do que à pujança dos mercados, dão escala suficiente para o país reunir verba publicitária suficiente para investir pesado em suas produções culturais e, a partir daí, exportá-las.

O problema das distorções dos fluxos reproduz-se quando abordadas as novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs). No quadro 2 vê-se que os Estados Unidos continuam líderes, quanto ao número de usuários de internet, mas a China passa a segundo lugar (estava em sexta colocação quanto aos maiores mercados publicitários). Dos 10 países, quatro são europeus, o que é explicável ante o alto investimento nos programas de expansão do instrumental digital implementados pela União Européia e seus membros. Contudo, esta lista deve-se, em parte, ao tamanho das populações desses países, de forma semelhante ao quadro 1. Na abordagem da questão de forma relativa, ou seja, considerando a penetração da internet entre a população, os Estados Unidos mantêm a liderança, mas a China, passa para a última posição, e certamente é ultrapassada por países de fora desta relação. Então, o que alça a China ao segundo lugar quanto a número de usuários é o fato de ser a maior população do planeta, até porque é sabido como o acesso a esta tecnologia naquele país é controlado. O Brasil, que é marcado pela péssima distribuição da riqueza, também cai, ficando só na frente da China, com 10,8% de sua população *on-line*. Os países europeus figuram com taxas entre 40 e quase 60% da população ligada à internet, o que vem comprovar o acerto das políticas que buscaram recuperar a distância digital que inicialmente afastava a Europa dos EUA. A África novamente está totalmente de fora desse tipo de listagem.

⁶⁷ A Rússia fica situada em dois continentes, a Europa e a Ásia.

Quadro 2. Os 10 países líderes em internet em 2004

País	Usuários	População	População usuária da internet
EUA	201.661.159	293.271.500	68,8 %
China	87.000.000	1.288.307.100	6,8 %
Japão	66.763.838	127.853.600	52,2 %
Alemanha	47.182.628	82.633.200	57,1 %
Reino Unido	34.874.469	59.595.900	58,5 %
Coréia do Sul	30.670.000	49.131.700	62,4 %
Itália	28.610.000	57.987.100	49,3 %
França	24.352.522	60.011.200	40,6 %
Canadá	20.450.000	31.846.900	64,2 %
Brasil	19.311.854	179.383.500	10,8 %
Os 10 países líderes	560.876.470	2.230.021.700	25,2 %
Resto do mundo	252.055.22	4.160.125.787	6,1 %
Total mundial	812.913.592	6.390.147.487	12,7 %

Fonte: ÉXITO EXPORTADOR. *Estadísticas mundiales del internet*. Disponível em: <http://www.exitoexportador.com/stats.htm>. Acesso em: 10 abr. 2005.

Ficam patentes os desequilíbrios entre ricos e pobres quando visto que os 10 países líderes apresentam uma taxa de penetração da internet de 25,2%, quando os demais países do mundo não ultrapassam 6,1%. Esses 10 países reúnem 69,2% dos usuários do planeta, cabendo a todos os demais somente 30,8%, de acordo com a mesma fonte do quadro 2. O problema é sério demais para ser resolvido com ações isoladas, como distribuição de computadores com acesso à internet em uma ou outra região.⁶⁸ No ataque à falta de acesso à internet, há um princípio anterior, o da educação, que necessita ser previamente encarado, como bem assinala Dominique Wolton (2000, p. 97): “O limite está na *competência*. O acesso

⁶⁸ Sendo uma das organizações promotoras dessas campanhas a Microsoft, o principal agente do processo de apropriação privada do conhecimento no âmbito das mídias digitais, fica difícil crer na capacidade desse tipo de iniciativa oferecer uma solução efetiva para eliminar o chamado fosso digital. Caso essas companhias pretendessem resolver o problema, teriam que ferir de morte seu negócio.

a ‘toda a informação’ não substitui a competência *prévia* para saber qual informação pedir e que uso fazer dela. *O acesso direto não suprime a hierarquia do saber e dos conhecimentos.* Há algo de fanfarrice” em crer que apenas o acesso às redes possa viabilizar a instrução da população. Como no capitalismo as mazelas costumam apresentar uma raiz comum, também o problema da educação, em sentido amplo, não se resolve mantendo a injustiça econômica. Esses desequilíbrios nos usos tecnológicos midiáticos e na circulação desses produtos estão colados ao capitalismo contemporâneo, requerendo mudanças estruturais para sua eliminação.

Considerações conclusivas

O legado crítico-esclarecedor das discussões da NOMIC foi praticamente abandonado nas últimas décadas, com uma aposta por parte de agentes públicos e privados com base em soluções de mercado, como se as tecnologias da informação e da comunicação, por si próprias, fossem capazes de garantir a pluralidade e o equilíbrio no acesso e nos fluxos culturais e midiáticos. Quanto mais avança o tempo, mais é superada a expectativa de eliminação do fosso comunicacional e digital a partir da emergência de uma sociedade da informação, ascendendo a convicção de que um novo patamar tecnológico só é possível com a ação de políticas públicas e a ação conseqüente da sociedade civil.⁶⁹ A desigualdade entre as forças das indústrias culturais, dos mercados publicitários e do consumo interativo digital dos países ricos e pobres demonstra bem como o neoliberalismo e o capitalismo global só aprofundam as diferenças, ante o desequilíbrio entre, de um lado, a América do Norte e a União Européia (com parte da Ásia), e, de outro, a América Latina e, especialmente, a África.

A problemática vai além das divisões geográficas e dos limites entre Norte e Sul, mas, apesar de superações ocasionais, como a exportação mundial de telenovelas por partes de países latino-americanos, enfaticamente o México e o Brasil, o mapa da desigualdade midiático-digital tende a reproduzir as mazelas que dividem as diversas regiões do planeta. Passados 25 anos do Informe MacBride, a hegemonia informativa do mundo desenvolvido não só se mantém como é ampliada, incorporando, para isso, novas tecnologias, outros modelos de desenvolvimento de mercadorias e diferentes referentes do chamado mundo da vida, de forma a melhor captar e fidelizar os consumidores. O debate levantado pela NOMIC não se encerra na Sociedade da Informação, renovando-se a necessidade da formulação e

⁶⁹ Afinal, a questão envolve desigualdades históricas, ligadas debilidades macro-estruturais.

adoção de políticas públicas, as quais cada vez mais devem ser planejadas e oportunizadas frente lógicas globais, à razão de que, se a produção e o consumo remetem a estratégias midiático-operacionais pensadas e reproduzidas internacionalmente, também a possibilidade de reação e do fazer não-hegemônico passam por movimentos articulados no plano mundial.

Referências

- BARBER, B. R. “Cultura McWorld”. En: MORAES, D., org. *Por uma outra comunicação*. São Paulo: Record, 2003, p. 41-56. ISBN 85-01-06522-6
- BECERRA, M. “La vía europea hacia la Sociedad de la Información”. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, jan./jun. 1998, vol. 12, núm. 1, p. 35-56. ISSN 0102-6453
- BRAGA, J. C. de S. “Observações sobre a ‘crise permanente’ do capitalismo global”. En: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Economia Política, dez. 1998, núm. 3, p. 139-141. ISSN 1415-1979
- BRITTO, V. C. “Mídia, mediação e sociedade: o (des)caminho do debate público”. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 13., 2004, São Bernardo do Campo. *Anais ...* São Bernardo do Campo: Compós, 2004. 1 CD.
- CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1: A sociedade em rede. ISBN 85-219-0329-4
- CHESNAIS, F. Crise da Ásia ou do capitalismo? En: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Economia Política, dez. 1998, núm. 3, p. 142-153, Entrevista. ISSN 1415-1979
- ÉXITO EXPORTADOR. *Estadísticas mundiales del internet*. Disponível em: <http://www.exitoexportador.com/stats.htm>. Acesso em: 10 abr. 2005.
- GARNHAM, N. “La cultura como mercancía”. In: RICHERI, G., ed. *La televisión: entre servicio público y negocio*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1983, p. 20-31. ISBN 968-6085-72-6
- GRUPO DE MÍDIA DE SÃO PAULO. *Mídia dados 2004*. São Paulo, 2004.
- HERMAN, E. S.; MCCHESENEY, R. W. *Los medios globales: los nuevos misioneros del capitalismo corporativo*. Madrid: Cátedra, 1999. ISBN 84-376-1746-4
- MACBRIDE, S. [et al]. *Un solo mundo, voces múltiples: comunicación e información en nuestro tiempo*. Fondo de Cultura Económica: México, 1987. ISBN 9233018024
- MATTELART, A. *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2002. ISBN 85-15-02408-X
- MIÈGE, B. “A multidimensionalidade da comunicação”. En: BOLAÑO, C., org. *Globalização e regionalização das comunicações*. São Paulo: Educ, 1999, p. 13-28. ISBN 85-283-0161-3

PRADO, E.; FRANQUET, R. “Convergencia digital en el paraíso tecnológico: claroscuros de una revolución”. En: *Zer-Revista de Estudios de Comunicación*. Bilbao: Universidad del País Vasco, mayo 1998, n. 4, p. 15-40. ISSN 1139-3629

UNESCO. *Anteproyecto de convención sobre la protección de la diversidad de los contenidos culturales y las expresiones artísticas*. París: 2004.

WOLTON, Dominique. *Internet, ¿ y después?: una teoría crítica de los nuevos medios de comunicación*. Barcelona: Gedisa, 2000. ISBN 84-7432-798-9

Passé et présent de la "société de l'information": entre le nouvel ordre mondial de l'information et de la communication et le sommet mondial sur la société de l'information *

Armand Mattelart

Trois décennies à peine séparent l'ouverture des débats sur le NOMIC de ceux conduits au sein du Sommet. C'est bien peu pour oser parler de "Passé et présent". On pourrait même dire que oser recourir ici à cette expression qui a une longue tradition dans l'historiographie du mouvement des idées relève d'un sacrilège sémantique. Que l'on pense par exemple à l'usage que toute une lignée de penseurs de la culture a fait de l'expression "Passé et présent". Par exemple, au 19^{ème} siècle, les théoriciens anglais du mouvement "Culture and Society", précurseurs lointains des "Cultural Studies" critiques; dans les années vingt et trente du siècle dernier, le philosophe politique Antonio Gramsci; ou encore, dans les années soixante et soixante-dix en Argentine, le groupe d'intellectuels en provenance de la ville industrielle de Cordoba qui, ont reconstitué autour de l'idée "Pasado y Presente" une vraie bibliothèque de la tradition critique du marxisme hétérodoxe qui a permis à toute une génération de repenser le politique.

Et pourtant, la temporalité courte qui s'étend sur trois décennies paraît déjà de trop en ces temps actuels où le concept d'histoire fait mauvais ménage avec le régime de vérité d'une contemporanéité dévorée par l'obsession de l'instantanéité. Car, en dépit de la brièveté de la période qui sépare le NOMIC du SMSI, plusieurs facteurs ont contribué à brouiller la mémoire de ces trois décennies, rendant difficiles les bilans critiques, la recherche des continuités et ruptures, mais aussi des transitions et glissements, qui se sont opérés dans la réflexion sur les politiques dans le domaine de la communication et de la culture. Dans un premier point, j'évoquerai donc quelques-uns de ces facteurs qui entravent la nécessaire mise en perspective.

Comment l'histoire s'est évaporée

Il y a d'abord la perte des repères historiques. Un problème qui, évidemment, déborde largement le champ de la communication et de la culture qui nous réunit aujourd'hui. C'est un constat qui commence à inquiéter sous toutes les latitudes les historiens, du moins ceux qui cherchent d'autres façons d'enseigner leur discipline et qui n'hésitent pas à parler d'"inculture historique". Un présent ivre de lui-même a installé un nouveau régime d'historicité qu'est le "présentisme": l'émergence du présent comme catégorie d'intelligence du passé dont témoignerait, entre autres, l'actualité permanente de la "commémoration"; l'accélération du rythme de l'histoire qui met le passé proche à la même distance que le passé lointain; bref, l'oubli des contextes socio-politiques dans lesquels apparaissent les idées et les stratégies d'oppression comme de résistance.

Il y a ensuite la création des légendes noires. Il y a non seulement les légendes entretenues par les adversaires dits "libéraux" de l'idée même de la nécessité d'un nouvel "ordre" (mot oh combien mal choisi!, il faut reconnaître, bien peu soucieux de précaution sémantique) qui ont catalogué, pratiquement dès le début les débats sur le NOMIC comme une tentative d'enrégimentement de la pensée, une tentative totalitaire. Il y a surtout la légende noire qui s'est tissée au sein même de Unesco qui, dès les années 80, a décidé d'éradiquer de son langage administratif, jusqu'au sigle de NOMIC, et qui, encore aujourd'hui, sursaute à l'idée

de voir se ramener les vieux démons de la décennie du Nouvel ordre et du rapport Mac Bride. Ce tabou a paralysé dans l'institution la possibilité d'un retour critique sur le passé et ses contradictions. Il continue à empêcher d'apprécier à sa juste valeur ce moment pionnier et original de la construction de la longue mémoire des luttes pour la démocratisation des dispositifs de la communication et de la culture.

En troisième lieu, je mentionnerais la vitesse avec laquelle s'est installée dans les années 80 la référence globalitaire comme prêt à penser, comme sens commun qui a balayé la lente accumulation des réflexions, des controverses et des théories sur le rapport entre la construction de l'espace international, la culture, la communication et les réseaux. Une lente accumulation dont les années soixante-dix constituent une étape centrale. L'aplanissement des problématiques de l'internationalisation explique la pauvreté du débat académique contemporain qui en est resté trop souvent à des épouvantails caricatures du type : Feu l'impérialisme culturel. Vive la globalisation ! Cette simplification est d'autant plus étonnante que, dès la seconde moitié des années 70, un débat s'est instauré au sein même du camp critique, et plus particulièrement au sein de l'économie politique naissante de la communication et de la culture, sur les vices et vertus des théories, des concepts sous-tendant le diagnostic et la thèse sur le rééquilibrage des flux mondiaux. Ce qui s'est perdu avec cette nouvelle forme de conformisme social et intellectuel, c'est l'idée de la culture de la résistance citoyenne comme culture des rapports de force et mémoire des luttes.

La conséquence est que tout un pan des conditions matérielles qui ont présidé à la production d'états de conscience politique sur l'échange inégal en cette décennie 70 a ainsi disparu de l'horizon des interrogations. Pourquoi, par exemple, certains foyers de réflexion sur les systèmes de communication d'Amérique latine se sont convertis en un vivier d'idées y de propositions recueillies, bien que partiellement par la Commission McBride. Pourquoi ce sont les membres latinoaméricains de cette Commission Gabriel Garcia Marquez et Juan Somavia qui, dans les appendices du rapport final, insistent sur la "relevance donnée à l'issue de la démocratisation" comme participation, décentralisation et lutte contre un "pouvoir concentré dans les mains d'intérêts commerciaux ou bureaucratiques". Pourquoi en se référant à l'incidence des nouvelles technologies, le rapport parle du risque de voir les "technostructures" cristalliser des rapports de pouvoir. Ces commentaires au statut souvent marginal, car ne recueillant pas le consensus des membres de la Commission, ne tombe sûrement pas du ciel. Ils sont le produit d'un contexte. Il y a non seulement la maturité des systèmes de communication dans cette région du monde (80% des moyens de communication du dit tiers monde y sont alors concentrés) mais la maturité de la mise en forme politique des interrogations nées d'expériences de résistance populaire. Une série d'événements historiques majeurs a participé dans cette région du monde à la prise de conscience de la centralité de l'ordre mondial de la communication. Il suffirait de rappeler l'expédition, en 1965, des *Marines* en République Dominicaine. La désinformation pratiquée par les grandes agences UPI et l'AP à l'égard de ce qui passe à cette occasion donne lieu à la première recherche sur les "Pueblos subinformados", titre d'un ouvrage publié alors au Venezuela, et que nous citons, comme un simple indice de la précocité du foyer critique dans ce pays. Il suffirait de se souvenir du rôle décisif de l'expérience des trois années du gouvernement populaire (1970-73) du président Salvador Allende, dans un Chili, "encerclé par un véritable "cordón sanitario ideológico", selon ses propres termes, organisé par les médias locaux relayés par les grandes agences de presse, les médias et les agences de renseignement des Etats-Unis. Expérience qui motiva, au-delà des frontières du Chili, une véritable prise de conscience de la dimension globale du système transnational de communication et de la nécessité de repenser les rapports asymétriques sur lesquels il est fondé. Le discours prémonitoire d'Allende devant l'assemblée des Nations unies en 1972 sur le rôle des multinationales (telles ITT ou Kennecott Copper

Co.) marque une date dans l’appréhension publique de ce phénomène systémique. La création, après le coup d’Etat du 11 septembre 1973, dans la capitale mexicaine de l’Instituto Latinoamericano de Estudios Transnacionales (ILET) par des exilés chiliens, dont Juan Somavia, et où ont travaillé de nombreux exilés venus d’autres pays latino-américains est, d’une façon ou d’une autre, le fruit de cette prise de conscience.

S’il y a le troc, vers 1975-76, dans le vocabulaire des Nations Unies de l’expression “ firmes multinationales ”, terme lancé par ces firmes elles-mêmes dans les années soixante, par celle de “ firmes transnationales ”, c’est parce la commission des Nations Unies chargée d’en réguler les excès tire les leçons des stratégies de ces sociétés “ apatrides ”, selon le mot du président chilien, contre les réformes de son gouvernement . Le lexique multinational donnait en effet à croire que ces grandes unités économiques cumulaient les nationalités et subordonnaient leurs propres intérêts à ceux des pays où elles s’implantaient. De cette mise en question sémantique, est née en ces années-là au siège des Nations-Unies, à New York, le Centre d’études sur les transnationales chargé d’en surveiller les excès. Il sera supprimé quelque dix ans plus tard. Ce n’est pas nier l’apport des autres composantes du Mouvement des pays non alignés que de signaler le poids de ces antécédents qui attestent le rôle pionnier des réalités communicationnelles et culturelles du sous-continent latino-américain dans la formalisation des demandes du tiers monde. C’est plutôt pour nous inciter à nous interroger sur les contextes de production des états de conscience et les asynchronismes qui rythment leur émergence.

La perte de repères historiques, du lieu de production des idées et des pratiques, va de pair avec une perte du pouvoir d’énonciation, le pouvoir de nommer les choses au profit de néologismes et de notions-logotypes. C’est ce constat sur l’ appauvrissement des mots qui m’a animé à centrer mes problématiques de recherche sur l’histoire de l’invention de ces notions attrape-tout, apparemment sans racines, profondément ambiguës et ambivalentes, qu’elles s’appellent société de l’information, globalisation, communication et, plus récemment, diversité culturelle. Je n’ai cessé de m’interroger sur leur incidence dans la production des outillages mentaux et institutionnels qui organisent la mise en forme de classifications, nomenclatures, concepts, schémas de perception et d’interprétation de l’état du monde et de son futur et orientent des modèles d’action, des stratégies.

Même ce n’est pas mon propos aujourd’hui d’insister sur la trajectoire de longue durée du “ passé ” de l’idée de “ Société de l’information ”, il ne faut jamais s’abstraire de cette dimension.

Comment les “ problèmes de communication ” ont commencé à interpeller la démocratie dans sa dimension internationale

Mon but n’est évidemment pas de faire une exégèse de plus du Rapport Mc Bride. Je veux éviter de tomber dans le panneau que dénoncent les historiens : les manies de la commémoration. J’essaierai avant tout dans cette deuxième partie d’ébaucher la configuration communicationnelle qui lui donne historiquement sens et à laquelle il contribue à donner sens. Une configuration de champs de forces qui a changé le regard sur la place de l’information, de la communication et de la culture dans l’ordonnement des rapports entre les états, les peuples et les nations. Ce premier document émis depuis une institution internationale représentative projette l’information, la culture et la communication dans la sphère géopolitique en reconnaissant que l’inégalité des flux n’opère pas seulement au niveau international, mais se reproduit au niveau national, régional et local. Il introduit la question du pouvoir et des hégémonies, en montrant que l’échange inégal est

un processus tangible, mesurable, que la construction de l'espace-monde, de la communication-monde, d'un temps-monde tout à la fois rapproche et éloigne les humains. Un processus que des historiens comme Fernand Braudel avait largement mis en lumière. L'idée aussi élémentaire que dans ce jeu hégémonie-contre-hégémonie, il y a mise en place d'un rapport de forces entre des acteurs multiples, qu'ils s'appellent gouvernements, acteurs privés ou acteurs sociaux. Il livre un principe d'entendement d'un débat jusqu'alors fragmenté sur la nécessité d'une régulation démocratique des dispositifs de la communication a travers des politiques publiques accordées avec les croix à la communication comme matérialisation des droits humains.

Le moment "Mc Bride" fait sauter des verrous. Il montre la convergence entre des sujets apparemment disparates discutés au sein même du système des Nations Unies sur l'information, la culture et la communication. Il donne à voir l'enjeu global. "Le Nouvel ordre, peut-on y lire, doit être considéré comme un élément du nouvel ordre économique, et les mêmes méthodes d'analyse doivent être appliquées aux deux. En particulier toutes deux appellent une approche globale, universelle – en même que nécessairement pluraliste". Les premiers à réagir, les lobbies de la publicité et des grands médias regroupés dans l'International Advertising Association (IAA), ne s'y trompent pas lorsqu'ils intitulent leur premier manifeste contre l'idée de régulation publique et en faveur de l'autorégulation : "À défi global, réponse globale". Et cette globalité, les Etats-Unis la pressentent lorsque, en 1977, le Comité des relations extérieures du Congrès convoque, pour faire face au défi lancé par les demandes du tiers monde, des responsables des médias, des chefs d'entreprise, des universitaires, ou des spécialistes du renseignement, en plaçant le débat pour la première fois sous les auspices de l' "âge de l'information" .

Il faut avant tout se souvenir que la configuration communicationnelle des années 70 est inscrite dans la crise. C'est dans ce contexte que le plaidoyer en faveur d'un Nouvel ordre mondial est appelé à trouver sa pleine légitimité. Cette crise est surdéterminée par le conflit Est/Ouest, biaisée par la bipolarité des représentations de l'ordre mondial.

Premier versant de la crise : une crise diagnostiquée, dès le premier choc pétrolier, par les grands pays industriels comme une crise du modèle de croissance et de la gouvernabilité des démocraties occidentales. Pour pallier l'épuisement du modèle d'accumulation du capital et des mécanismes de la formation de la volonté générale, les politiques de sortie de crise mobilisent les technologies de l'information et de la communication dès la seconde moitié des années 70. Le langage de ladite société de l'information pénètre alors dans les administrations, quitte la sphère académique des seules techno-utopies élaborées par les futurologues ou prospectivistes qui ont largement assis le mythe de la fin des idéologies, de la classe intellectuelle critique ou "négative" et l'avènement d'une classe intellectuelle essentiellement tournée vers la décision, "positifs". Aux Etats-Unis, un trait est tiré entre maîtrise des réseaux technétroniques, puissance et hégémonie mondiale ou nouvel universalisme. Dès l'aube des années 70, la doctrine géopolitique de l'Américain Zbigniew Brzezinski sur la diplomatie réticulaire anticipe les doctrines du *soft power*. L'idée d'une nouvelle division internationale du travail à partir du contrôle des technologies digitales imprègne les discours gouvernementaux dans les autres grands pays industriels. Mais la croyance en la solution nationale au défi lancé depuis l'espace concurrentiel transnational reste récurrent dans les discours d'accompagnement des politiques d'informatisation. Dire que l'Unesco se constitue en tribune centrale sur ladite société de l'information dans la seconde moitié des années 70 serait erroné. En fait, au niveau international, le sujet agite surtout la Communauté européenne et l'OCDE, qui regroupe la vingtaine des pays les plus riches. Bref, le pré-carré des puissances technologiques. La "société de l'information" y devient le paramètre qui permet de hiérarchiser les divers pays sur l'échelle d'évolution des sociétés vers une nouvelle modernisation. Mais, déjà, de nombreux pays dudit tiers monde sont concernés. Comme le prouve la politique d'autonomisation technologique du gouvernement brésilien sous le régime militaire. Comme nous le signalions, avec Hector Schmucler, dans une étude

publiée sous le titre *América latina en la encrucijada telemática* (1981), résultat d'une recherche menée dans plusieurs pays de la région : " Il est symptomatique que en Amérique latine se soit déjà constituée la première organisation régionale sur les politiques informatiques – la Conferencia latinoamericana de autoridades de informática (CALAI)- alors qu'il est difficile d'arriver à un accord sur la formation d'une agence de presse latinoaméricaine " .

Second versant de la crise : la crise du paradigme du développement/ modernisation, rejeton de l'idéologie du progrès linéaire et infini. C'est l'effritement d'une manière de voir qui a dominé les stratégies de l'Unesco depuis les années cinquante et a consacré l'idéologie de la communication salvatrice. Le contrepoint de cette rupture est la reconnaissance de la singularité des cultures, comme source de l'identité, du sens, de la dignité et de l'innovation sociale. La faillite de la vision linéaire de la transmission des valeurs intronise la diversité comme condition nécessaire de la quête d'une voie de sortie dudit sous-développement autre que celle guidée par l'idéologie du calcul (le PNB) et le déterminisme technique. La réhabilitation de la créativité des cultures se combine avec la mise en avant de la solidarité à la fois au niveau local, à l'échelle nationale et mondiale, la valorisation du " génie du lieu ", l'impératif catégorique de la participation citoyenne et le souci pour la biodiversité. Cette nouvelle philosophie de la croissance permet de redécouvrir une mémoire historique enfouie , nourrie par les penseurs du couple unité/diversité issus du tiers monde, de Gandhi au pédagogue brésilien Paulo Freire. Elle est aussi une mise en garde à l'encontre des usages pervers de la quête de la diversité culturelle : retrait par rapport à la responsabilité globale partagée ; fragmentation chaotique sans égard aux nombreuses iniquités basées sur les systèmes de privilège enracinés dans la caste, la race, la classe, le genre et la nation. L'entrée dans l'ère post-coloniale inverse dans l'ensemble du système des Nations Unies le rapport de forces Nord/ Sud. L'Unesco devient l'épicentre des débats sur l'échange inégal des flux d'information et de communication qui prend le pas sur la sociologie fonctionnaliste de la communication-modernisation, qui pendant plus de deux décennies a présidé aux plans dressés par les ingénieurs du social pour éradiquer ledit sous-développement. Le plaidoyer du Mouvement des pays non-alignés pour un "nouvel ordre mondial" dans le domaine est parallèle aux efforts déployés par le groupe des 77 pour changer les termes de l'échange commercial à travers un "nouvel ordre économique mondial".

Dès le début des années 70 se met en place dans le système des Nations Unies, et plus centralement, l'Unesco, un socle de notions qui vont se révéler pivotales, car elles vont orienter des débats, des propositions, des mesures et des stratégies qui participent à la légitimation de l'idée de politiques publiques dans les domaines de la communication et de la culture ; droit à communiquer ou droit à la communication, diversité culturelle, dialogue des cultures, interdépendance, dialogue des cultures ou industries culturelles. Vous observerez que je n'ai pas inclus la notion de " société de l'information ". Simplement parce si elle est parfois présente, rarement lui est donné un contenu où elle est susceptible de provoquer un débat explicite. Il faudra attendre le tournant du siècle pour que l'Unesco s'en empare, et crée, par la même occasion, une division ad hoc. Survivons donc ces notions structurantes d'une réflexion orientée vers l'élaboration de politiques.

Une notion matrice : **droit à la communication**, notion avancée publiquement en 1969 par Jean d'Arcy, pionnier de la télévision française, alors directeur de la division de la radio et des services visuels au Service de l'information de l'ONU à New York, à un moment où prend forme à l'Unesco le débat sur les libertés dans le domaine de l'information. Dans un article publié dans la revue de l'Union européenne de la radiodiffusion (UER), il y déclare tout de

go : “ La Déclaration universelle des droits de l’homme qui il y a 21 ans pour la première fois établissait en son Article 19 le droit de l’homme de l’information aura un jour à reconnaître un droit plus large : le droit de l’homme à la communication ”. Tout au long de la décennie suivante, scandée par de nombreuses réunions d’experts et de nombreuses controverses aussi, l’idée de la caducité du modèle vertical du flux à sens unique d’information se contentant de livrer des contenus se fissure et se dessine une représentation de la communication comme processus dialogique et réciproque où l’accès et la participation deviennent des facteurs essentiels. Refus d’une communication depuis l’élite vers les masses, du centre vers la périphérie, des riches en matière de communication vers les pauvres, affirment, par exemple, les participants à une des premières réunions d’experts organisée en 1972 par l’Unesco sur les politiques et la planification de la communication. De ces réunions d’experts juridiques émerge le principe de la différence : sans distinction aucune d’origine nationale, ethnique, de langue, de religion.

Le rapport Mc Bride reconnaît la centralité de la problématique d’un nouveau droit à la communication, mais se montre prudent. Dans ses recommandations, on lit : “ Les besoins d’une société démocratique dans le domaine de la communication devraient être satisfaits par l’élaboration de droits spécifiques tel que le droit à être informé, le droit d’informer, le droit au respect de la vie privée, le droit de participer à la communication publique – qui entrent tous dans le cadre de ce nouveau concept qu’est le droit à communiquer ”. Il souligne la richesse et la complexité du concept, mais prévient : “ à l’orée de ce que l’on pourrait appeler une ère nouvelle en matière de droits sociaux, toutes les implications du droit à communiquer devraient faire l’objet d’études approfondies ”. Droit de savoir, droit de transmettre, droit de discuter, droit à la vie privée. Mais de toute façon, du droit à la communication, il induit la nécessité d’un nouvel ordre mondial et l’impératif des politiques publiques dans le domaine de la culture et de la communication.

La notion de diversité. Si le thème de la diversité traverse tous les autres concepts, il y a un moment originel qu’il convient de relever : la Conférence des Nations unies sur l’environnement et le développement qui se tient à Stockholm en 1972. C’est d’abord une critique au modèle productiviste. C’est aussi celui où s’établit le lien entre le concept de biodiversité et celui de diversité culturelle.

Les notions de politiques culturelles et politiques de communication. Le rôle de la Conférence de Venise en 1970 sur les aspects institutionnels, administratifs et financiers des politiques culturelles est déterminant. À partir de cette dernière, la formulation des problématiques et la mise en place d’instruments de planification culturelle qui légitiment les politiques culturelles font l’objet de conférences régionales (Helsinki en 1972, pour l’Europe, Jakarta l’année suivante pour l’Asie, Accra en 1975 pour l’Afrique, Bogota en 1978). Ces conférences régionales sur les politiques culturelles ont leur pendant dans le domaine des politiques de communication (Kuala Lumpur, Malaisie, en 1976, Yaoundé, Cameroun, en 1980). Celle de San José, Costa Rica, en 1976 marque un tournant est sans doute celle qui est la plus en phase avec les débats qui se déroulent autour du Nouvel ordre. Il ne faut pas oublier que, parallèlement, dès 1972 s’ouvre la controverse sur le principe d’une régulation publique internationale autour des technologies transfrontières, premier affrontement autour de la doctrine du *free flow of information* : les satellites de diffusion directe et les satellites de

télédéttection. En 1972, les Etats-Unis se retrouvent seuls à l'Unesco et aux Nations Unies pour soutenir ce principe dans le domaine des flux communicationnels.

La notion d'industries culturelles. L'introduction de cette notion à l'Unesco doit beaucoup aux diagnostics et analyses qui se développent au cours de la seconde moitié des années 70 au sein du Conseil de l'Europe, de certains gouvernements de la Communauté européenne, surtout en France et en Belgique francophone, et au Canada, plus particulièrement au Québec. C'est, d'ailleurs, dans ces trois pays que la notion est étrennée par les responsables de la culture. D'un point de vue plus critique et théorique, la notion d'industries culturelles est redevable des interrogations émanant du projet de construction d'une économie politique de la communication et de la culture qui émerge dans divers pays européens, à commencer par l'Angleterre, la France et l'Italie, plus spécialement, en réaction aux dérives culturalistes des études inspirées par les analyses du discours et les "Cultural Studies". Si l'intérêt se porte sur la problématique des "industries culturelles", c'est en réponse à la crise des politiques de démocratisation culturelle via la transmission des produits de la haute culture et à la déstabilisation des institutions du service public audiovisuel confronté à l'internationalisation et à la concurrence. À son origine donc, le concept d'"industries culturelles" est marqué par le cadre institutionnel de pays où la notion de service public est historiquement ancrée.

Pour mieux saisir le fil rouge qui unit le concept d'"industries culturelles" aux analyses développées par le rapport Mc Bride, il est intéressant de lire le document de travail sur "Les industries culturelles" rédigé par le Secrétariat de l'Unesco à l'occasion de la réunion du Comité d'experts sur "la place et le rôle des industries culturelles dans le développement culturel des sociétés" qui s'est déroulé à Montréal en juin 1980. Car ce document permet de juger sur pièce à la fois le bilan de la décennie que fait l'Unesco et la proposition qu'elle fait d'un programme pour les années à venir. Quelques extraits.

Un bilan : "La réflexion de la décennie a le mérite d'avoir cherché à enraciner le débat culturel dans la matérialité de son fonctionnement et tout particulièrement lorsqu'elle a choisi de s'interroger sur les problèmes de la production culturelle (comment les produits culturels sont-ils conçus, choisis, mis en forme, fabriqués, distribués, promus, consommés ?), même si certains responsables refusent encore d'accorder aux 'industries de l'imaginaire' toute l'importance qui leur revient". Et de citer l'apport des conférences régionales sur les politiques culturelles et les politiques de communication.

"La place croissante des industries culturelles dans le programme de l'Unesco est liée à l'actualisation depuis de nombreuses années de la réflexion sur la culture". Et le document de justifier cette approche par un extrait de *Comprendre pour agir : l'Unesco face aux problèmes d'aujourd'hui et aux défis de demain (1977)*: "Le développement culturel n'est plus seulement un stade supérieur pour le développement, mais doit être pensé et recherché comme dimension essentielle d'un développement intégral qui veut rendre l'homme à lui-même devant la dépersonnalisation du travail, l'uniformisation de l'habitat et des modes de vie, la prédominance d'une culture de masse commerciale et cosmopolite".

Un programme de recherches prioritaire: “ Parmi les questions fondamentales qui interpellent la réflexion socio-économique se trouvent les phénomènes de concentration économique et financière et d’internationalisation des industries culturelles. ”

“ Quelle action faut-il engager pour que les groupes sociaux puissent maîtriser et contrôler les industries culturelles afin d’assurer leur propre développement ? ”

“ Les analyses économiques devront néanmoins rester au centre d’un programme de réflexion qui se voudrait exhaustif. Elles devraient notamment approfondir les problèmes d’ensemble et les aspects sectoriels des industries culturelles. C’est aussi bien évidemment sur de telles analyses que les pouvoirs publics et secteurs privés s’appuieront en vue de créer ou de développer des industries culturelles nationales. ”

Une philosophie générale de développement: “ En tout état de cause, l’enjeu c’est l’instauration ou la restauration d’un dialogue des cultures qui ne serait plus seulement celui des producteurs et des consommateurs, mais qui réaliserait les conditions d’une création collective et véritablement diversifiée, et qui mettrait le récepteur en mesure de devenir émetteur tout en s’assurant que l’émetteur institutionnalisé réapprenne à devenir récepteur. L’enjeu final, c’est le développement harmonieux dans la diversité et le respect réciproque. ”

Je signale que cette réunion sur les industries culturelles organisée à Montréal en 1980 a donné lieu, deux ans plus tard, à une des rares publications de l’Unesco, éditées en anglais, espagnol et français, sur le sujet. Elle a pour titre *Les industries culturelles : Un enjeu pour l’avenir de la culture* et recueille les contributions des experts présents.

On connaît les raisons qui ont fait dériver le débat sur les questions de communication et de culture vers un dialogue de sourds. J’en mentionnerai au passage quelques-unes. L’intolérance des Etats-Unis de Reagan, accrochés à leur doctrine du libre flux, qui réussissent à centrer les enjeux sur le seul domaine de la liberté du journalisme et des journalistes, notamment autour des questions des collègues de journalistes et du code d’éthique internationale ; l’opportunisme de l’Union soviétique profitant des demandes du tiers monde pour mieux justifier la fermeture de son propre système de communication à l’ ”ingérence étrangère” ; les contradictions dans le Mouvement des pays non alignés, certains gouvernements se saisissant de cette tribune internationale pour désigner des boucs émissaires exogènes et passer sous silence leurs propres violations de la liberté d’expression de leurs journalistes et de leurs créateurs (sans oublier l’extrême hétérogénéité d’équipement technologique des pays non alignés) ; l’incapacité à établir un trait d’union entre les inquiétudes des pays non alignés et celles des pays de la communauté européenne qui commencent à se poser des questions sur les risques que l’internationalisation des industries culturelles fait encourir à leurs services publics et aux politiques culturelles. Enfin, manque de liens entre ces revendications et la réalité des gens ordinaires. Comme nous l’écrivions avec Hector Schmucler, dans l’étude précitée : “ La discussion internationale sur la communication a été dominée par l’idée –assumée par beaucoup de pays du tiers monde- de ce que le problème se centrerait sur le déséquilibre informationnel, de ce que la responsabilité de cette situation incombait fondamentalement aux nations dominantes et de ce que l’analyse des situations internes pouvait attendre. Appuyé sur un consensus général, qui unifiait les critères d’Etats où la considération de l’individu était très souvent diamétralement opposée, il n’a pas semblé nécessaire de s’interroger sur le rôle de l’homme commun, lui qui se trouve au bout d’une chaîne qui naissait très souvent au siège d’une agence de presse transnationale. Or ce chaînon final aurait dû être l’origine de toutes les préoccupations ”.

Au niveau des protagonistes qui ont pris part au débat sur le nouvel ordre, disons que si les

organisations corporatives ont pris conscience rapidement de la nécessité de se regrouper pour s'opposer aux demandes du tiers monde, on observe au contraire l'absence d'une action structurée de la part de la société civile organisée. La vision alors régnante sur la communication parmi les organisations non gouvernementales, le mouvement syndical et les partis est encore fortement dépendante d'une vision instrumentale des dispositifs de la communication. Ceci est d'autant plus paradoxal qu'en de nombreux domaines, les ONGs inventent dès les années 70 la devise " Penser globalement, agir localement " et l'appliquent en se mobilisant à travers de nouvelles formes d'action réticulaire autour de question comme l'environnement, les droits de l'homme et les excès des sociétés transnationales, pharmaceutiques ou agro-alimentaires, par exemple. Ce n'est que en 1983 que un des tout premiers réseaux se structurera : l'AMARC (Association mondiale des artisans des radios communautaires) à partir de Montréal. Ce n'est pas un hasard si, en 1988, la troisième édition de l'assemblée générale de ce réseau se tient à Managua, dans un Nicaragua révolutionnaire où fleurissent les expériences de communication et d'éducation populaire où la radio occupe une place prépondérante.

La Conférence mondiale de Mexico sur les politiques culturelles (Mondiacult) ferme en fait un cycle en 1982. Elle vaut pour l'appel du ministre de la Culture français Jack Lang à " s'organiser pour opposer à l'internationale des groupes financiers, l'internationale des peuples de la culture " afin de combattre " cette entreprise de désalphabétisation en construisant concrètement des moyens de riposte ". Et il l'affirmait après avoir constaté : " Culture y économie : même combat. Il est inutile de se voiler la face et de se réfugier dans l'angélisme, la réalité est incontestable ". L'apport de cette conférence est surtout d'installer dans les références institutionnelles une définition large de la culture : " l'ensemble des traits distinctifs spirituels et matériels, intellectuels et affectifs qui caractérisent une société ou un groupe social et englobe, outre les arts et les lettres, les modes de vie, les façons de vivre ensemble, les systèmes de valeurs, les traditions et les croyances ". Cette réhabilitation de la définition anthropologique de la culture, malmenée depuis la fondation de l'Unesco, est un affranchissement par rapport à l'emprise d'une pensée purement communicationnelle qui a trop souvent imprégné le débat sur le NOMIC. Cette définition va conférer un sens aux notions de diversité culturelle, d'identité culturelle et des rapports interculturels. Pas tout de suite. Car, quelque vingt ans vont toutefois s'écouler avant qu'une nouvelle configuration d'acteurs tente de convertir ce principe abstrait en un instrument juridique capable de soustraire les " expressions culturelles " à la seule règle de la marchandise. C'est en effet sur cette définition de la culture que démarrera en octobre 2004 la négociation sur le texte de la Convention internationale sur la protection et promotion de la diversité des expressions culturelles qui devrait être soumise aux pays membres en octobre 2005 par la Conférence générale de l'Unesco.

Vingt ans oui. Car entretemps. Il y aura une glaciation des débats. En 1984-85, le retrait des Etats-Unis et de la Grande-Bretagne de l'Unesco concorde grosso modo avec le début du processus de démantèlement des régulations publiques et l'avancée de cadres juridiques favorables au déploiement de l'espace de la rationalité marchande –ce que l'on a dénommé improprement " dérégulation "– et la marginalisation de la règle d'une régulation publique au nom de la défense de l'intérêt collectif. La globalisation devient une fatalité. La résignation et la connivence sociale éloignent la référence à une culture de la résistance citoyenne comme

une culture des rapports de force et la mémoire de ses luttes. À l'Unesco, le projet d' "enraciner le débat culturel dans la matérialité de son fonctionnement", en faisant appel aux contributions de l'économie politique de la communication et de culture, des sciences politiques ou de l'histoire culturelle, est écartée. La continuité des questions soulevées par la diversité culturelle sera prise en charge, et pour ainsi dire exclusivement avec le temps, d'une part, par le regard anthropologique et, de l'autre, par le discours sur l'alliance entre biodiversité et diversité culturelle. Or même si on ne peut que se réjouir de ces retrouvailles avec l'approche anthropologique, on sait, depuis les polémiques de l'anthropologue Marcel Mauss avec certains de ses collègues, il y a près d'un siècle, que le risque de l'autonomisation du champ culturel est de faire dire aux observations ethnographiques sur les usages sociaux des produits et biens culturels ce qu'elles ne peuvent exprimer au point de vue de l'analyse macro-sociologique. Quant à la promiscuité discursive entre biodiversité et diversité culturelle, pour séduisante qu'elle soit au niveau de l'expression de la globalité de l'enjeu civilisationnel, on ne sait que trop combien dans l'histoire de la pensée communicationnelle, la métaphorisation biomorphique s'est révélée source de nombreux malentendus et occultations. Le recours à l'analogie se fait de toute façon au détriment du regard socio-politique sur les dispositifs de production, de circulation et de consommation de la communication et de la culture. L'effet de réalité de ces deux tropismes fait que aujourd'hui la problématique de la concentration dans le contexte de l'internationalisation qui trônait lors de l'adoption de la problématique des "industries culturelles" est devenue tabou dans les discours sur les politiques culturelles émanant de l'Unesco. Le regard communicationnel s'est trouvé relégué. La mémoire même de l'accumulation intellectuelle, certes contradictoire, des enseignements laissés par les controverses alimentées par le Nomic et le rapport Mc Bride, est passée à la trappe. C'est ce qui explique qu'en cette année 2005, alors que les associations académiques les plus diverses, de Buenos Aires à Sao Paulo et à Barcelone en passant par l'Australie, revisitent le rapport de la Commission Mc Bride à l'occasion du vingt-cinquième anniversaire de son approbation par la Conférence générale de l'Unesco, c'est le silence assourdissant sur le sujet du côté de cette institution internationale. Et la sélection des documents officiels mis en exergue par l'Unesco pour illustrer l'histoire que, depuis la fondation de l'institution internationale en 1946 a parcouru l'idée de diversité culturelle ne comporte aucun document qui rappelle les apports des débats sur les politiques de communication et le droit à la communication des années 70.

Or il ne peut y avoir une réflexion digne de ce nom sur les politiques culturelles que si elles se conjuguent avec les politiques de communication. Et, au niveau des analyses, si elles s'imbriquent toutes deux dans un champ pluridisciplinaire qui accepte de mettre en tension les diverses approches de la culture et des cultures. Cet horizon épistémologique large devient d'autant plus incontournable que, à mesure que se multiplient les négociations internationales sur les instruments juridiques de protection et de promotion de la diversité culturelle, les définitions de concepts que l'on aurait pu croire acquises se brouillent, voire se diluent au cours de la bataille des mots que se livrent les diverses thèses en présence. À preuve, la définition consensuelle des "politiques et mesures culturelles" adoptée lors des négociations sur la dernière version du texte de la Convention, en juin 2005 : "Politiques et mesures culturelles renvoient aux politiques et mesures relatives à la culture, à un niveau local, national, régional ou international, qu'elles soient centrées sur la culture en tant que telle, ou destinées à avoir un effet direct sur les expressions culturelles des individus, groupes ou sociétés, y compris sur la création, la production, la diffusion et la distribution d'activités, de biens et de services culturels et l'accès à ceux-ci".

La glaciación des deux décennies de ladite dérégulation sauvage a répercuté également sur les objets et les méthodes de la communauté académique. À un trop plein d'interrogations sur l'État et l'État-nation, a succédé le mythe de sa dilution dans l'espace indifférencié de la globalisation sans entraves. Les notions de pouvoir, de puissance, d'hégémonie et de rapport de force, de violence symbolique, de classe et de domination sociale ont disparu des références. Ou bien leur sens subversif s'est désamorcé au rythme des célébrations du "dépassement de l'ère critique" et de l'entrée dans l'"ère de la litanie des "post" : (-moderne, -Bourdieu, -etc.). À une focalisation sur la notion d'idéologie comme processus quotidien d'intériorisation d'un ordre social a succédé l'idéologie de la transparence. Plus besoin de traquer les processus de fétichisation de la marchandise, à savoir comment la vision du monde et de la vie particulière à une catégorie sociale se fait passer comme règle du bonheur pour tous. La conséquence en a été la neutralisation socio-politique des dispositifs de production médiatique et culturelle et la prolifération de discours sur la centralité du champ de la consommation comme lieu privilégié d'où penser et "résister". Résister à quoi ? À cette aune, la question semble devenue incongrue.

Une notion panculturaliste de "politiques culturelles" a ainsi ouvert la voie à la convergence entre des pans entiers de la recherche sur la culture et les cultures et la sphère des appareils bureaucratiques internationaux, institutions et fondations. En refoulant l'analyse des liens structureaux de la culture avec de nouvelles formes de pouvoir et de conflits sociaux, elle a procuré un alibi de bonne conscience aux perspectives du marketing/management culturel.

Comment la "société de l'information" s'est constituée en enjeu géopolitique

La parole critique face à la résignation devant la raison néolibérale entrée dans la nature des choses n'est redevenue politiquement audible qu'en début de millénaire avec la mise à nu des logiques ségrégatives du projet globalitaire et le réveil des forces sociales, et avec elles, le retour de notions qui ont noyauté la réflexion dans les années 70, dont celui de "droits à la communication".

Mais avant d'en arriver là, au cours des deux dernières décennies du siècle dernier, se noue un maillon essentiel dans la relégitimation des stratégies d'intervention publique construite sur le principe selon lequel les "produits de l'esprit" ne sont pas des marchandises comme les autres. La construction des espaces culturels des grands marchés uniques en fournit l'occasion. Il y a d'abord les négociations au sein du GATT entre les Etats-Unis et l'Union européenne, première expérience d'une intégration macro-régionale, qui se terminent en 1994 par la légitimation de la clause d'"exception culturelle" qui justifie les politiques publiques en matière de politique audiovisuelle, au niveau national et régional. L'expérience des débats sur l'exception culturelle dans l'Union européenne est un test. Apparaissent les premières mobilisations des professionnels de la culture. Notamment à travers la création, dès 1987, en France, des Etats généraux de la culture. En 1989, il y a eu non seulement l'échec des Etats-Unis face à la directive européenne "Télévision sans frontières" sur la politique de quotas de programmes européens mais les concessions au gouvernement d'Ottawa lors des négociations sur l'Accord de libre échange Etats-Unis-Canada (ALE). Le gouvernement canadien arrache une clause d'"exemption culturelle" qu'il reconduira cinq ans plus tard lors de la signature de

l'Accord de libre-échange nord-américain (ALENA). Ce qui a permis au Canada de poursuivre ou de mettre en place une politique en faveur des télévisions publiques, des crédits d'impôt pour le développement de la télévision, un fonds national pour le câble et le satellite, des mesures concernant l'édition et le cinéma. En revanche, en 1994, le gouvernement mexicain refuse d'inclure dans le traité de libre échange nord-américain une clause semblable à celle obtenue par le Canada.

Dans la construction de cette philosophie de l'exception culturelle, deux pays se distinguent : la France et le Canada. On les retrouvera au début du siècle suivant à la tête de la promotion du projet de la Convention internationale sur la protection et promotion de la diversité des expressions culturelles. Ce qui montre que dans les nouvelles configurations d'acteurs institutionnels et citoyens, les politiques culturelles comme de communication pensées au niveau global sont aussi le fruit de processus historiques ancrés dans des cultures singulières. Un fil rouge court entre la clause de l'exception culturelle contemporaine et les premières politiques cinématographiques de contingentement des films d'Hollywood dans l'entre-deux-guerres, la philosophie du service public national.

Ce n'est que dans la dernière décennie du siècle que la notion de " société de l'information " devient un point de convergence des débats sur les projets de réaménagement du monde. La chute du mur de Berlin consacre de nouvelles doctrines militaires et diplomatiques basées sur la maîtrise de l'information, la *information dominance*, socle de nouvelles façons de faire la guerre et la paix, d'exporter le modèle de la démocratie de marché. L'annonce des infrastructures planétaires, les dites autoroutes de l'information globales, depuis Buenos Aires en 1994 à l'occasion d'une conférence générale sur le développement et les télécommunications sous les auspices de l'Union internationale des télécommunications, par le vice-président des Etats-Unis d'alors est, de ce point de vue un discours stratégique, au sens plein du terme. Ironie de l'histoire : le lancement de la notion de " société globale de l'information " l'année suivante par les membres des pays les plus industrialisés (G7) à Bruxelles s'accompagne d'un rapt sémantique puisque c'est là qu'est étrennée l'expression : " Nouvel ordre mondial de l'information ", le NOMI. La société globale de l'information comme assise d'un Nouvel ordre mondial de l'information. L'idée d'un nouvel ordre fondé sur la maîtrise des technologies de l'information et de la communication que les partisans du free flow refusaient farouchement deux décennies auparavant est revendiquée par eux et confère un sens à une nouvelle configuration géopolitique. Ce projet d'intégration mondiale par la maîtrise hégémonique sur l'architecture des réseaux sur fond de rivalité entre l'Union et les Etats-Unis, évolue en vase clos, celui des promesses techno-déterministes.. À preuve : aucune trace des énormes disparités d'ordre socio-économique et culturel d'accès au cyberspace naissant. La notion technique pour désigner la discontinuité du réseau des réseaux est celle qu'a forgée l'UIT en 1985 : le " chaînon manquant ". Il faudra attendre 2001 pour que l'OCDE inaugure le concept de " fracture numérique " au motif explicite de donner une " vision plus sociétale " des technologies de l'information et de la communication. Reste qu'elle est un cache-sexe des injustices sociales. Avant de recevoir sa définition administrative, elle sera lancée au G8 d'Okinawa avec une " Charte sur la société globale de l'information ". On se souvient aussi que c'est l'OCDE qui a proposé le premier grand traité sur la libéralisation à outrance des investissements, l'Accord multilatéral sur les

investissements ou AMI, dont la négociation a été arrêtée en 1998 grâce la première grande mobilisation réticulaire des mouvements altermondialistes.

L'ensemble du système des Nations unies s'implique dans la même période dans le débat sur le futur technologique de la planète. La "Déclaration du millénaire" qui met l'accent sur l'éradication de la pauvreté constitue un arrière plan général. Les rapports du Programme des Nations Unies pour le développement (PNUD) affirment que les réseaux technologiques sont "en voie de transformer la carte du développement" et de "créer les conditions qui permettront de réaliser en l'espace d'une décennie des progrès qui auraient nécessité dans le passé, plusieurs générations". L'Unesco situe la lutte pour l'accès universel au cyberspace dans le cadre d'une "info-éthique" et du respect de la diversité culturelle et linguistique, garant du dialogue entre les cultures, sans lesquels le "processus de la globalisation économique serait culturellement appauvrissant, inéquitable et injuste". À l'intérieur même de l'institution, la notion de "société de l'information", basée sur les technologies de l'information et l'échange de biens informationnels à une échelle mondiale, le dispute à la notion de "sociétés du savoir", qui, à l'inverse de la représentation globalisante induite par la première, met en relief la diversité des modes d'appropriation culturels, politiques et économiques de l'information et des savoirs par chaque société.

C'est en 1998, que l'assemblée de l'ONU approuve le projet d'organiser un Sommet mondial sur la société de l'information. La première phase se déroule à Genève en décembre 2003 sous les auspices de l'UIT, la seconde est programmée à Tunis pour novembre 2005. Jamais n'est apparu aussi clairement le contraste entre projets de société. Jamais n'est apparu aussi clairement le projet hégémonique de gouvernance mondiale via la construction de l'intégration du monde par les technologies.

Le Sommet a cristallisé les enjeux structurels des négociations sur les "problèmes de la communication", pour reprendre le titre de la Commission Mc Bride. Sans être nécessairement habilité pour résoudre l'ensemble des questions soulevées, il a servi de précipitateur de prise de conscience. C'est la première mise à plat des instances où se jouent la gouvernance du dit ordre mondial de l'information : l'OMC et l'AGS, l'Organisation mondiale de la propriété intellectuelle (OMPI), les organismes techniques comme l'ICANN ou Internet Corporation for Assigned Names and Numbers, organisme privé chargé de l'administration des domaines, en étroite relation avec le département du Commerce des Etats-Unis. Cette mise en question est concomitante avec les pressions pour réformer et démocratiser en profondeur l'ensemble des organisations internationales, entre autres les Nations unies, en y faisant prévaloir les droits humains, économiques, sociaux et culturels définis par la Déclaration des droits humains. Ce qui implique par exemple l'incorporation de la Banque mondiale et le Fonds monétaire international ou le changement de la composition et des règles du Conseil de sécurité.

Les pressions pour le changement des règles en matière de propriété intellectuelle sont de ce point de vue-là un cas d'école. C'est un des points les plus litigieux des négociations internationales menées dans le cadre de l'OMC. Elle devrait concerner la plupart des débats qui se déroulent dans le système des Nations Unies. Mais elle est souvent éludée sous prétexte que l'OMPI est la seule organisation habilitée à légiférer en la matière. Elle se révèle d'autant plus stratégique que la connaissance est de plus en plus incorporée dans les biens et que la

production d'intelligence et d'innovation continue devient le cœur de la formation de la valeur économique. On est ainsi plongé dans la problématique de la constitution de "monopoles de savoir", au sens que le Canadien Harold Innis lui conférait au début des années cinquante, comme structurant l'hégémonie d'un type de systèmes culturels et institutionnels. Dans un contexte où la promotion de l'information est un phénomène juridique général, on assiste à sa patrimonialisation : elle est de plus en plus traitée comme un bien immatériel appropriable. La lutte pour la mainmise des entreprises monopolistiques sur les normes techniques avec le développement des "formats propriétaires" en est une illustration parmi d'autres. Vient tout de suite à l'esprit l'exemple de la propriété des codes informatiques par la firme Microsoft à laquelle s'opposent les partisans des logiciels libres. Mais il y a aussi l'exemple des controverses sur les standards industriels fermés et monopolistiques dans les environnements des technologies de l'information et de la communication appliqués à l'e-learning. Les chercheurs en TICE, en sciences de l'information et de la documentation et les spécialistes des industries de la langue ont bien identifié le caractère d'axe vital que sont pour le développement des systèmes d'enseignement à distance les normes et les standards comme un des moteurs fondamentaux du système technique post-industriel. Raison pour laquelle, joignant leur diagnostic à l'action, ils incitent à être vigilants sur les comités de normalisation, comme lieu de débats et de confrontations, et invitent à y être présents.

La centralité de la question de la brevetabilité ou "patentización", selon le terme espagnol, monopolistique des connaissances, c'est précisément ce qu'ont fait valoir les gouvernements de l'Argentine et du Brésil lorsqu'en 2004, ils ont déposé un projet de réforme de l'Organisation mondiale de la propriété intellectuelle, l'agence intergouvernementale qui n'a été rattachée au système des Nations Unies qu'en 1974 et dont la fonction est de définir à travers ses traités les normes qui réglementent la production, la distribution et l'usage des savoirs et connaissances. Créée pour encourager l'activité créative en protégeant la propriété intellectuelle, l'OMPI a cependant épousé une culture qui conduit à la mise en place et à l'expansion des privilèges des monopoles, souvent sans considération de leurs conséquences sociétales. L'expansion continue de ces privilèges et de leurs mécanismes coercitifs a entraîné coûts sociaux et économiques, entravant ou menaçant d'autres systèmes de créativité et d'innovation. Les deux gouvernements latinoaméricains, eux, proposent une approche rééquilibrée entre le "bien public de transmission du savoir" et la propriété privée, une vue plus équilibrée des bénéfices relatifs de l'harmonisation et de la diversité. Ce refaçonnement de l'agenda de l'OMPI se ferait au nom du développement et favoriserait l'ouverture vers la recherche de nouvelles approches du soutien à l'innovation et à la créativité. C'est pour cela que l'Argentine et le Brésil réclament une démocratisation en profondeur de l'institution. Et pour ce, soit à l'écoute de ses membres, soucieuse de répondre aux préoccupations de toutes les parties prenantes, en particulier la société civile organisée. Ce qui implique de lever l'ambiguïté du terme ONGs actuellement en vigueur à l'OMPI qui décrit à la fois les ONGs représentant l'intérêt public et les organismes d'utilisateurs qui représentent les intérêts des titulaires des droits de propriété intellectuelle.

L'irruption de nouveaux sujets. Pour la première fois dans l'histoire du système des Nations Unies, les organisations non gouvernementales ou tiers secteur ont été conviées, de même que le secteur entrepreneurial, à donner leur avis au cours des conférences préparatoires au Sommet. En dépit de l'hétérogénéité de leurs composantes (regroupées dans un bureau ad hoc) et sans pour autant limer leurs différences, elles ont réussi à s'exprimer d'une seule voix

lorsqu'il s'est agi d'affirmer les principes du "droit à la communication" (ou, plutôt des droits à la communication): liberté, accès, diversité, participation. Par delà les ambiguïtés inhérentes à ce type de réunion au sommet, par delà l'opacité du processus d'accréditation des ONGS dans ce genre de conférence sur des enjeux définis d'emblée comme "globaux", cette reconnaissance prend acte de la structuration d'un ensemble d'associations, de syndicats et de nouveaux mouvements sociaux comme interlocuteurs. Car ces nouvelles forces de pression et de proposition ont leurs propres forums et modes d'intervention. Et dans ceux-ci, les problématiques liées à l'information, la communication et la culture se sont aménagé un espace de débat et de formulation stratégique. Il suffit de comparer l'ordre du jour du premier Forum social mondial de Porto Alegre (2001) et le dernier (2005). Marginal et dispersé dans le premier, le thème culture-communication a occupé dans ce dernier quatre des onze espaces thématiques que comportait le Forum. En gros, ils ont porté sur : Pensée autonome ; Réappropriation et socialisation des savoirs et des technologies ; Les diversités, la pluralité et les identités ; Arts et création : construire les cultures de résistance des peuples ; Comunicacion : pratiques contre-hégémoniques, droits et alternatives. Le Manifeste de Porto Alegre émis en janvier de cette année reprend tous ces thèmes et en fait le garant de la "démocratie du plan du quartier au planétaire".

S'il en est ainsi, c'est parce que tout au long de cette période se sont formés des réseaux transnationaux fédérateurs de réseaux nationaux et locaux, tissant des rapports multiples entre eux. Ils sont la résultante d'une lente accumulation. C'est le cas de CRIS ou Campagne pour les droits à la communication ou l'ample front de la communication qui regroupe en Amérique latine des organisations comme l'ALAI (Agencia latinoamericana de informacion), l'Asociacion latinoamericana de educacion radiofonica (ALER), l'AMARC, l'OCLACC, l'agence Interpress Service, la WACC, etc. Mobilisés autour du Sommet mondial sur la société de l'information, ces réseaux ont fait le lien entre cette thématique et celle, par exemple, discutée dans le cadre de la Convention sur la diversité culturelle. Une négociation où fait également entendre sa voix le réseau, lancé depuis le Canada en 2001, des vingt-quatre coalitions nationales qui regroupent les organisations professionnelles de la culture.

Présents dans tous les lieux où se décident l'architecture réticulaire, les réseaux ont contribué à les décloisonner et donner à comprendre le lien organique qui les unit dans le combat contre la privatisation du monde tout en reconnaissant à chacun d'entre eux la spécificité de leurs enjeux respectifs. Une conscience s'est formée dans la galaxie des acteurs collectifs du lien systémique qui lie l'ensemble des controverses sur la diversité culturelle, la propriété intellectuelle, la transparence de la gestion des connaissances, etc. Ce sont ces organisations citoyennes qui ont essayé de remettre à l'ordre du jour du Sommet la problématique de la diversité des médias et de la reconnaissance du statut des médias libres et indépendants. Un Sommet peu enclin, il faut le dire, à aborder ces problèmes. Elles ont ainsi rapproché du quotidien de l'homme commun les enjeux de la construction de ladite société de l'information. Dépositaire d'une mémoire des luttes, elles ont fait valoir, contre la vision techniciste, la nécessité de ne pas couper les expériences numériques de la mémoire de l'appropriation sociale des technologies antérieures, la radio en particulier. Cette prise en compte des médias coexiste avec des demandes spécifiques : la création d'un corps global de gouvernance démocratique d'Internet; le développement du potentiel de démocratisation des technologies digitales ; la promotion du software libre ; la question du financement , public comme privé, des nouvelles technologies ; respect par les gouvernements nationaux des mécanismes de participation de la société civile établis lors du sommet, la critique de

l'obsession sécuritaire qui menace de rogner les libertés civiles en imposant sa dynamique aux usages des technologies aux fins de contrôle social, etc.

Les pressions exercées sous toutes les latitudes en vue de réformer des lois de radiodiffusion et la création d' "observatoires des médias" qui réunissent en leur sein journalistes, chercheurs et usagers des médias sont un autre des indices de la "ciudadanizacion" des problèmes de communication. Alors que l'ensemble des agences du système des Nations unies se refuse à débattre de la concentration des moyens de produire et de diffuser l'information, la culture et la communication, les acteurs de la société civile organisée font de cette question un préalable à la réalisation d'une société de l'information. C'est, d'ailleurs, la raison de la campagne qu'a lancé le front des organisations de communication d'Amérique latine en juin 2005 pour "les droits à la communication et contre la concentration de l'information en peu de mains".

Même si la "ciudadanizacion" des problèmes de la communication est loin d'être majoritaire et s'avère plutôt un processus de longue haleine, l'effraction de nouveaux sujets est un signe de maturité politique. Un constat s'impose : les décisions prises au niveau des instances internationales sur les questions de culture, information et communication ne peuvent se transformer en un outil de construction de politiques publiques à tous les niveaux que si effectivement elles sont prises en charge par ces nouveaux sujets. Ce n'est pas un hasard si la Convention sur la diversité culturelle en sa dernière version, en prend acte à l'article 11 qui concerne la section où s'énumèrent les obligations des Etats quant à "la participation de la société civile" : "Les parties reconnaissent le rôle fondamental de la société civile dans la protection et la promotion de la diversité des expressions culturelles. Les Parties encouragent la participation active de la société civile à leurs efforts en vue d'atteindre les objectifs de la présente Convention". Je dirais même plus que le plus souvent ces nouveaux sujets précèdent la prise de conscience étatique de la centralité des industries de l'imaginaire dans les sociétés démocratiques.

Les enjeux structurels se faufilent dans tous les interstices de l'espace public où se joue le destin de la société-monde. L'investissement dans le champ du droit international à la faveur des confrontations sur l'architecture de l'ordre techno-global est, aujourd'hui, sans commune mesure avec celui qui présidait aux premières escarmouches sur le droit à communiquer il y a quelques décennies. Dans ce contexte complexe et paradoxal où s'entrecroisent souvent la technicité des débats et la simplification extrême des arguments dans la défense des intérêts particuliers au détriment des intérêts collectifs, le contrôle du sens des mots et le travail de redénomination conceptuelle du monde reste plus que jamais un champ de lutte. Questionner la notion ambiguë de société de l'information reste aujourd'hui une tâche prioritaire. Mais cette critique n'est qu'un jalon dans la bataille des mots contre tous les détournements de la langue qui, jour après jour, se naturalisent. Il s'agit de traquer tous les concepts, tels que société civile, intérêt public, service public, participation, accès, diversité, etc., toujours susceptibles d'être enrôlés dans un projet de restructuration de la planète qui les déracine, les prive de leur appartenance à la tradition des luttes sociales et culturelles.

Pour contrer réellement la montée en puissance des monopoles cognitifs et des logiques de rentabilité financière à court terme qui limite la capacité collective à développer des innovations d'intérêt général, reste à accomplir une révolution copernicienne : il ne peut y avoir de construction de "sociétés du savoir" sans remise en cause non seulement des

contenus du savoir mais des rapports de savoir. À un moment où la société tend à se convertir en “entreprise” et le lien science-société à se décliner selon le prisme managérial, le besoin se fait sentir de nouvelles alliances autour de la recherche avec tous les producteurs de connaissances ouvertes afin de produire des connaissances sur notre monde, des biens publics et des innovations en réponse aux demandes non marchandes de la société. Seule cette nouvelle utopie du savoir peut nous prémunir contre les projets de société de l’information en phase avec les leurres recyclés des idéologies ethnocentriques de la modernisation sans fin. C’est là où le devoir démocratique nous interpelle et nous attend tous. Il est à souhaiter que les prises de conscience qui peuvent s’observer dans certains secteurs de la citoyenneté aient leur pendant dans nos champs d’étude et de formation. Vous voir réunis dans le PANAM 3 autour de toutes ces questions et bien d’autres laisse, j’en suis sûr, supposer que vous vous êtes déjà attelé à la tâche.

Um modelo de inclusão digital: o caso da cidade de Salvador

André Lemos

Leonardo Figueiredo Costa⁷⁰

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar os projetos em andamento na cidade de Salvador que se enquadram sob a denominação de “inclusão digital”. Para fins metodológicos, foi desenvolvida uma matriz de análise onde a inclusão digital é compreendida sob o pano de fundo dos quatro capitais (social, técnico, cultural e intelectual) que constituem todo processo coletivo. A partir desses capitais propomos compreender a inclusão digital através de três categorias principais: técnica, cognitiva e econômica. Essas categorias estão ainda inseridas em planos mais gerais de inclusão digital que chamaremos de induzida e espontânea; formas estas que não são excludentes. Este trabalho analisará os processos de inclusão induzidos, com o objetivo de demonstrar a hipótese de que os programas atuais de inclusão digital em Salvador privilegiam apenas o capital técnico em detrimento dos capitais social, cultural e intelectual, obliterando assim os aspectos econômicos e cognitivos⁷¹.

Para a realização deste trabalho foram analisados 14 projetos que se enquadravam nominalmente em diferentes conceitos de “inclusão digital”, de iniciativas de diversos setores da sociedade (governo, empresas privadas, ONGs, universidades, etc.), implementados na cidade de Salvador, Bahia⁷². A análise foi feita durante o segundo semestre de 2004 como

⁷⁰ André Lemos é Professor da Faculdade de Comunicação da UFBA, Coordenador do GPC/Ciberpesquisa. Leonardo Figueiredo Costa é mestrando em Comunicação e Cultura Contemporâneas do PPGCCC/FACOM/UFBA, pesquisador do GPC/Ciberpesquisa, e bolsista CAPES.

⁷¹ Esse artigo faz parte da pesquisa sobre Cibercidades (com apoio do CNPq) desenvolvida no Grupo de Pesquisa em Cibercidade (GPC) do Centro Internacional de Estudos e Pesquisa em Cibercultura (Ciberpesquisa), do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da FACOM/UFBA.

⁷² Foram analisadas a formação e a execução dos projetos a partir de entrevistas, utilizando-se um questionário padrão, e de pesquisas em sites institucionais. Em cada projeto foram analisadas questões como: qual é o conceito de “inclusão digital” empregado; como funciona o projeto de “inclusão digital”; o objetivo; como é administrado; de onde vem os recursos; quais são os parceiros; a quem se destina; como funciona – metodologia utilizada; infra-estrutura empregada; como é divulgado; há ações articuladas para uma inclusão social mais ampla, ou apenas se articula no âmbito da “inclusão digital”; há alguma avaliação dos resultados da “inclusão” (questionário, pesquisa, etc.), e quais critérios são utilizados nesta avaliação; há estatísticas de quantos são “incluídos”; qual o tipo de *software* utilizado, como o projeto vê essa escolha; e como os projetos de políticas públicas dialogam com outros projetos públicos na mesma área. A pesquisa na íntegra foi apresentada como

atividade de pesquisa do Grupo de Pesquisa em Cibercidade (GPC) do Centro Internacional de Estudos e Pesquisa em Cibercultura (Ciberpesquisa).

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL

A sociedade contemporânea é comumente denominada de “Sociedade da Informação”. Embora o termo seja impreciso e de caráter ideológico, a expressão visa descrever as novas configurações socioculturais que foram impulsionadas pela convergência tecnológica, iniciada nos anos 70 e consolidada nos anos 90, entre a informática, as telecomunicações e os diversos setores produtivos. Embora toda e qualquer sociedade se estabeleça por trocas de “informações”, a sociedade contemporânea se caracteriza pelo desenvolvimento de redes de informação binárias (telemáticas) tornando-se uma “sociedade informacional” (Castells, 1996). A sociedade da informação também aparece sob o rótulo de sociedade do conhecimento, cibercultura (Lemos, 2002), sociedade digital, entre outros. O que está em jogo é a emergência de tecnologias de base digital e telemática e sua interface com a cultura contemporânea.

É a configuração dessa sociedade em rede que vai trazer à baila necessidades política, social e cultural de inclusão de grande parte da população mundial à era da informação. Cria-se aí o desafio do que vem a ser chamado de “inclusão digital”. O objetivo é lutar contra a uma nova forma de domínio e controle social causado pela “exclusão digital” (*digital divide*). A questão da chamada “inclusão digital” aparece a partir de 1990 com o impacto vertiginoso da Internet no mundo (Warschauer, 2003). Assim, estar inserido digitalmente passa a ser considerado um direito dos cidadãos e uma condição fundamental para a sua existência no mundo da informação e da comunicação globais. Incluir os cidadãos à era da informação passa a ser uma obrigação para os poderes públicos já que comumente associa-se inclusão digital como uma forma de inclusão social.

No Brasil o marco oficial de inserção nesse novo cenário foi o “Programa Sociedade da Informação”, por meio do Decreto 3.294 de 15 de dezembro de 1999 cujo objetivo era:

Trabalho de Conclusão de Curso de Leonardo Figueiredo Costa em 2004 e aprovado sob a orientação do professor André Lemos. Apresentaremos aqui apenas os resultados globais.

Integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para que a economia do país tenha condições de competir no mercado global e, ao mesmo tempo, contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2004).

O debate emerge na busca de formas políticas de inserção da sociedade brasileira como um todo nesse novo cenário. Segundo dados do “Mapa da Exclusão Digital” (Neri, 2003) quase 85% da população brasileira está excluída da sociedade da informação. Não há muitos questionamentos sobre o que significa isso e qual a importância de incluir. Vamos questionar esse dogma mais adiante.

O termo “inclusão digital” pode abarcar uma série de significados, desde estudos na área da psicologia (“e-nóia” – a inclusão dos que se sentem bloqueados, mesmo tendo renda para o acesso e uso) até os estudos nas áreas sociais mostrando as desigualdades de renda ou de sexo. Parece que a busca, na maioria dos projetos ao redor do globo, está concentrada na ênfase ao aprendizado técnico. Para vários estudiosos da questão esse não parece ser o melhor caminho para que a inclusão digital se transforme efetivamente em uma inclusão social: “a exclusão digital mais importante não é o acesso a uma caixa. É a habilidade de se tornar poderoso com a linguagem que esta caixa trabalha. Senão somente poucos podem escrever com esta língua, e todo o resto está reduzido a ser apenas leitores” (Daley apud Lessig, 2004)⁷³. Da mesma forma, Starobinas compreende que a “TIC não é uma variável externa a ser injetada de fora para produzir certos resultados numa realidade existente. Ela deve ser tecida de maneira complexa no sistema social e seus processos” (Starobinas, 2004).

Esse debate sobre a inclusão digital é ainda mais forte nas metrópoles contemporâneas, embora não esteja ausente no meio rural. As cidades, para Graham (2004), estão atualmente estruturadas de forma desigual em relação aos investimentos em TICs, tanto por parte dos governos como do setor privado. As arquiteturas sociais das cidades reforçam a exclusão

⁷³ Tradução livre: “the most important digital divide is not access to a box. It’s the ability to be empowered with the language that box works in. Otherwise only a very few people can write with this language, and all the rest of us are reduced to being read-only”.

digital não proporcionando o desenvolvimento de habilidades para usar e acessar computadores e a Internet. Para Graham, há cinco dificuldades encontradas para uma maior democratização das TICs: 1. há uso das TICs de forma invisível e individual, de forma privada e não de forma pública ou visível; 2. os sistemas tendem a ser apropriados pelos mais poderosos, representando uma extraordinária extensão do poder social, econômico, cultural e geográfico de grupos já conectados; 3. há uma conexão direta entre TICs, desigualdades urbanas e o aumento do poder de corporações transnacionais; 4. uma polarização e fratura social parece ser a lógica perversa da intensificação e liberação de um capitalismo global, no qual as TICs têm um papel facilitador e; 5. formação de um mercado neoliberal que acaba por centralizar o poder nas instituições e grupos que dominam grande parte do fluxo tecnológico, de capital, de infra-estrutura e propriedade intelectual.

Os projetos de inclusão digital deveriam ser pensados não só por analistas de sistemas, administradores e cientistas sociais, mas também por arquitetos e urbanistas no planejamento urbano e na gestão dos espaços das cidades. Os projetos de inclusão digital devem contribuir para a instauração de uma nova dinâmica na cidade, para uma maior interseção dos espaços eletrônicos e físicos nas cibercidades contemporâneas (Lemos, 2004, 2005). Nas atuais metrópoles deve-se buscar "lutar contra a exclusão social, regenerar o espaço público e promover a apropriação social das novas tecnologias" (Lemos, 2001:16).

POLÍTICAS PÚBLICAS

A inclusão digital tem recebido atualmente bastante atenção, inclusive nos discursos políticos do presidente Luiz Inácio "Lula" da Silva. O presidente Lula disse que irá "fazer da inclusão digital uma poderosa arma da inclusão social"⁷⁴, e que "os recursos da moderna tecnologia de comunicações contribuem para a transparência na administração pública. Estamos discutindo maneiras de fortalecer a cidadania e aperfeiçoar as instituições democráticas"⁷⁵. O secretário executivo do Ministério das Comunicações, Paulo Lustosa, afirmou que "o governo tem pressa em integrar todos os programas de Inclusão Digital, existentes no governo federal, estadual e municipal"⁷⁶. Para isto será criado o Modelo Brasileiro de Inclusão Digital, numa

⁷⁴ www.jornaldamidia.com.br/noticias/2004/07/Brasil/27-Inclusao_digital_e_arma_de_inc.shtml (acesso em 27/07/04).

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ http://www.idbrasil.gov.br/noticias/News_Item.2004-07-16.5423 (acesso em 17/07/04).

tentativa de otimizar as ações e evitar a duplicidade de projetos. O governo federal está criando também a “Casa Brasil” (telecentros e rádios comunitárias) e o “Computador para Todos”, ambos para lutar contra a exclusão digital. No final de 2003 mais de 12 milhões de usuários⁷⁷ foram beneficiados com projetos de inclusão digital por todo o Brasil, ou seja, 7% de uma população estimada em 170 milhões. Dados mostram que há crescimento, mas de forma desigual pelas regiões do país. A maioria beneficiada é do Sul ou Sudeste. A divulgação da construção do Modelo Brasileiro de Inclusão Digital e das metas governamentais do Plano Plurianual revela que o governo federal está preocupado: “O Plano Plurianual do governo federal prevê a expansão do número de telecentros comunitários, (...) a meta é chegar a seis mil telecentros em todo o país até 2007”⁷⁸.

Dados como os do Internet World Stats⁷⁹ mostram que o Brasil teve um crescimento de 286,2% de usuários da Internet entre os anos de 2000 e 2004, um crescimento que não se compara à taxa de outros meios de comunicação. Mas esses dados revelam também que o crescimento ocorre de forma desigual, com maior parcela nas classes A e B. Além disso, o crescimento da “banda larga” é um outro diferencial e uma nova forma de exclusão. Como afirma Silveira, “a conectividade dos ricos é bem mais veloz” (Silveira, 2001:20). Outros dados do Internet World Stats mostram ainda que o Brasil está na décima posição da lista dos países que têm mais usuários da Internet, com mais de 19 milhões de internautas. Entretanto, a taxa de penetração da Internet no país é de apenas 10,8%.

Dados recentes do Ibope sobre exclusão no Brasil mostram que 79% dos brasileiros nunca mexeram num computador, 89% nunca acessaram a internet e só 14% têm contato regular com o universo da informática. Uma pesquisa realizada pelo Ibope em 2004 entre os países da América Latina, mostra que os 40% mais pobres da população brasileira são, junto com os mexicanos, os que menos acessam (apenas 10%) a internet e entre Argentina, Brasil, Chile e México, o brasileiro é o que paga mais caro para ter um computador (Pires, 2005). Isso demonstra que o Brasil ainda tem muito a fazer para diminuir o fosso digital.

Uma das principais ações criadas pelo governo para combater a exclusão e promover a democratização foi o FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações,

⁷⁷ http://www.idbrasil.gov.br/noticias/News_Item.2004-07-13.2831 (acesso em 17/07/04).

⁷⁸ http://www.idbrasil.gov.br/noticias/News_Item.2004-06-28.5853 (acesso em 17/07/04).

⁷⁹ www.internetworldstats.com (acesso em 30/09/04).

através da lei de número 9.998 do dia 17 de agosto de 2000. O programa tem por finalidade proporcionar recursos destinados a cobrir a universalização de serviços de telecomunicações. O FUST é criação do Ministério das Comunicações numa ação conjunta com a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações). Os recursos são provenientes da contribuição de 1% da receita operacional bruta das operadoras de telecomunicações. Já existem nos caixas do governo R\$ 2,7 bilhões⁸⁰ arrecadados. O FUST foi criado para que todos, especialmente os das regiões mais pobres e distantes do país, pudessem ter disponíveis serviços de telecomunicações, como o acesso à Internet. Entretanto nenhuma parte dos recursos foi utilizada até hoje, sendo utilizado pelo governo para fazer superávit primário⁸¹.

A exclusão social hoje perpassa a questão da exclusão digital. O governo brasileiro está preocupado com esta questão, mas a ausência de modelos prejudica as ações. A inclusão digital pode ser uma facilitadora de outras inclusões, como a sócio-econômica, por exemplo. Não parece ser errado assumir a hipótese de que a ausência de formas de inclusão digital poderá aumentar ainda mais a exclusão social, devido as reconfigurações da sociedade informacional pelas quais passam o país e o mundo. Como conseqüência, a inclusão digital deve ser pensada como uma estratégia para a inclusão social das camadas mais desfavorecidas da população, transcendendo os modismos que se agregaram ao conceito. Como afirma Silveira, “incluir digitalmente é um primeiro passo para a apropriação das tecnologias pelas populações socialmente excluídas com a finalidade de romper com a reprodução da miséria” (Silveira, 2003:44-45).

INCLUIR, EXCLUIR?

O tema da inclusão digital tem sido recorrente nos debates sobre as novas tecnologias da cibercultura. Inclusão pressupõe exclusão e sua conseqüente superação. O debate é ainda mais forte em países como o Brasil, onde a sociedade está excluída de diversos serviços e direitos básicos. No entanto, há sempre algo estranho no discurso sobre esse tema. Parece ser evidente que, além do discurso instituído de lutar contra a exclusão social causada pelas TICs, há pouco debate sobre o que isso significa, sobre como medir o problema, sobre qual modelo

⁸⁰ <http://jornalismo.globo.com/Jornalismo/JN/0,AA784080-3586,00.html> (acesso em 25/06/04).

⁸¹ O projeto inicial favoreceria o monopólio da empresa Microsoft, já que 80% dos equipamentos teriam seus sistemas instalados. A Anatel teve que fazer novo processo de contratação dos serviços, o que só deve ficar pronto no final de 2004. Além de disponibilizar acesso à Internet, o fundo deve financiar a compra de terminais de computadores para hospitais, escolas públicas e educação a distância, centros comunitários.

adotar (telecentros, Casa Brasil, todos?) e como resolvê-lo. Duas questões fundadoras do debate devem emergir: por que incluir?; e o que significa incluir?

Por que incluir? Incluir é o dogma e reflete uma ausência de discussão. Parte-se do princípio que a sociedade deve ser incluída na era da informação. Essa máxima é encarada sem nenhum questionamento e de maneira tecnocrática. O que será essa sociedade da informação? Quem será esse indivíduo incluído? E o que ele fará em posse dessas novas ferramentas? Pouco importa. Não há garantias de empregabilidade e a velocidade do sucateamento tecnológico é enorme. O discurso da inclusão digital feito dessa forma parece contentar apenas algumas empresas, ONGs e tecnoutópicos que vão nos vender, sob essa ideologia, mais e mais “novidades” tecnológicas.

O que significa incluir? Como responder ao por quê incluir se não sabemos exatamente o que isso significa? Incluir significa, na maioria dos casos, oferecer condições materiais (destreza técnica e acesso à Internet) para o manuseio das TICs. Trata-se, não de reforçar processos cognitivos questionadores, mas de adaptar procedimentos às técnicas correntes. Será mesmo incluir formar alguém em Word, Excel e Windows? Em primeiro lugar, deve-se reconhecer o potencial das novas tecnologias da cibercultura como forma de liberação do pólo da emissão, de formação e reforço comunitário, de potência política e de atividades descentralizadas, livres e democráticas. A postura sem questionamento, ou sem foco, parece ser problemática quando falamos de inclusão. Parte-se do princípio que se deve, a qualquer preço, e sem saber muito o por quê, incluir. Ninguém, nem políticos, ONGs, ou acadêmicos questiona esse dogma. Sempre que o consenso é adotado sem discussão ele é perigoso, autoritário. Ele nos leva como um barco a deriva a procura de um porto.

Se incluir é dar acesso a computadores proprietários com *softwares* primitivos, se incluir é treinar para exercer a sua mecanização eficaz no trabalho, como e por quê a sociedade civil deve ser incluída? Incluir para quê e para quem? Em uma sociedade como a nossa, onde a inclusão é ainda uma meta e uma utopia em todos os campos sociais (saúde, moradia, saneamento, iluminação, etc.), será que podemos medir a inclusão social pelo número de computadores per capita, pelo número de internautas e outras estatísticas do gênero? Mais uma vez incluir aqui significa adaptar, moldar e formar indivíduos capazes de manipular

programas e sistemas operacionais que poderão estar superados daqui a alguns meses. Incluir é adaptar?

INCLUSÃO DIGITAL: UM MODELO COMPLEXO QUE VALORIZA CAPITAIS

A inclusão deve ser pensada de forma complexa para abranger os capitais social, cultural, técnico e intelectual. Esses capitais devem estar em sinergia para o enriquecimento técnico, cultural, social e intelectual do indivíduo ou de um grupo. As TICs, principalmente a Internet, permitem que uma pessoa não seja apenas consumidora de informação. O que está em jogo com a cibercultura contemporânea é a “liberação do pólo da emissão” (emergência de *websites* pessoais, *blogs*, *chats* e fóruns os mais diversos, *podcast*, e outras formas de publicação eletrônica), a reconfiguração do universo midiático contemporâneo (novos formatos midiáticos) e a conectividade generalizada por meio de redes telemáticas (Lemos, 2004). A inclusão digital não deve ser apenas um modelo de ensino técnico, onde alunos aprendem determinados *softwares* e como navegar na Internet. O modelo de inclusão deve compreender e estimular diversas formas de emissão de informação gerada a partir do modelo todos-todos contemporâneo, criando mecanismos para uma maior inserção social e cultural do indivíduo. Concordamos com Bernardo Sorj (2003:14) quando ele afirma que “embora aceitemos que as novas tecnologias não sejam uma panacéia para os problemas da desigualdade, elas constituem hoje uma das condições fundamentais da integração na vida social”. O combate à exclusão digital deve ser articulado com outras políticas de luta contra as diversas desigualdades sociais.

Rondelli (2004) cita quatro passos importantes na inclusão digital, sendo eles: o ensino (para a autora possibilitar apenas o simples acesso não adianta); a oportunidade de emprego dos suportes técnicos digitais na vida cotidiana e no trabalho; a necessidade de políticas públicas para inclusão; e a exploração dos potenciais dos meios digitais. Já Sérgio Amadeu da Silveira (2003:18) define a exclusão digital como a falta do acesso à Internet, atendo-se para uma inclusão digital dos aspectos físicos (computador e telefone) e técnicos (formação básica em *softwares*), mas o autor vai além, desconstruindo o atual consenso sobre a necessidade da inclusão digital dentro de um modelo hegemônico, discutindo os diferentes modelos e finalidades dos esforços. Para Silveira, “a luta pela inclusão digital pode ser uma luta pela

globalização contra-hegemônica se dela resultar a apropriação pelas comunidades e pelos grupos socialmente excluídos da tecnologia da informação” (Silveira, 2003:29).

Para Pierre Lévy (1999) a questão da exclusão é crucial com o crescente desenvolvimento da cibercultura. O pensador francês acredita que a questão do acesso pela perspectiva tecnológica ou financeira não é o principal ou o único fator da inclusão. Ele afirma:

Acesso para todos sim! Mas não se deve entender por isso um “acesso ao equipamento”, a simples conexão técnica que, em pouco tempo, estará de toda forma muito barata (...). Devemos antes entender um acesso de todos aos processos de inteligência coletiva, quer dizer, ao ciberespaço como sistema aberto de autocartografia dinâmica do real, de expressão das singularidades, de elaboração dos problemas, de confecção do laço social pela aprendizagem recíproca, e de livre navegação nos saberes. (Lévy, 1999:196).

UMA DEFINIÇÃO E UM MODELO DE INCLUSÃO DIGITAL

Podemos definir inclusão digital como a falta de capacidade técnica, social, cultural, intelectual e econômica de acesso às novas tecnologias e aos desafios da sociedade da informação. Essa incapacidade não deve ser vista de forma meramente técnica ou econômica, mas também cognitiva e social. A partir dessa definição desenvolvemos uma matriz que nos permite analisar os projetos de inclusão digital em Salvador para testar a hipótese de que os projetos atuais têm uma ênfase meramente tecnocrática (atua apenas no capital técnico ou econômico).

Para fins metodológicos foi desenvolvida neste trabalho a tipologia que segue abaixo, numa forma de tentar esclarecer a abrangência que o conceito inclusão digital pode e deve alcançar. A perspectiva meramente tecnocrática deve ser abandonada em prol de uma visão mais complexa do processo de inclusão. O capital técnico é importante, mas não o único. A ação de incluir deve ser vista como uma ação complexa que visa a ampliação dos capitais técnico, cultural, social e intelectual. Na base desse processo está a autonomia econômica mínima para acesso aos bens e serviços tecnológicos. O capital cultural é a memória de uma sociedade, o social, a potência política e identitária, o intelectual a competência individual, e o técnico a

potência da ação e da comunicação (Lemos, 2004). Nossa visão (e a matriz de análise de projetos de inclusão digital daí deriva) parte da premissa de que o processo de “inclusão” deve ser visto sob os indicadores econômico (ter condições financeiras de acesso às novas tecnologias), cognitivo (estar dotado de uma visão crítica e de capacidade independente de uso e apropriação dos novos meios digitais), e técnico (possuir conhecimentos operacionais de programas e de acesso à Internet). Nesse sentido, incluir é um processo amplo que deve contar com ações nos quatro capitais explicitados.

Incluir não deve ser apenas uma simples ação de formação técnica dos aplicativos, como acontece na maioria dos projetos, mas um trabalho de desenvolvimento das habilidades cognitivas, transformando informação em conhecimento, transformando utilização em apropriação. A reflexão crítica da sociedade deverá gerar práticas criativas de recusa de todas as formas de exclusão social. A apropriação dos meios deve ocorrer de forma ativa. Por isso, as categorias econômica e cognitiva são tão ou mais importantes que a categoria técnica nos processos de inclusão digital.

O nosso modelo parte da constatação que existe duas formas de inclusão. Uma inclusão espontânea e um inclusão induzida. O cidadão que vive hoje nas grandes metrópoles utiliza, querendo ou não, diversos dispositivos eletrônicos – caixa de banco, *smart cards*, cartões eletrônicos, etc. - sendo, de alguma forma, obrigado a incluir-se/aprender a usar as diversas ferramentas da era da informação. A vivência na “sociedade da informação” coloca os cidadãos em meio ao que estamos chamando de inclusão espontânea. A forma induzida é aquela em que criam-se espaços, projetos, dinâmicas educacionais por iniciativas governamentais, privadas ou do terceiro setor (telecentros⁸², cibercafés, SACs, ONGS, etc.) visando induzir a formação, o acesso e a destreza no manuseio das novas tecnologias de comunicação e informação. Os projetos deste estudo de caso são de inclusão digital induzida.

⁸² Telecentro é o nome usualmente dado a espaços públicos de acesso com computadores conectados à Internet. “São sinônimos de telecentro os termos *telecottage*, centro comunitário de tecnologia, *teletienda*, oficina comunitária de comunicação, clube digital, cabine pública, infocentro, entre outros. Os badalados *cibercafés* também são telecentros, mas em geral cobram pelo uso da Internet e estão localizados em regiões mais nobres das cidades” (Silveira, 2001:33-34).

Apresentaremos agora a matriz desenvolvida para análise dos projetos de inclusão digital de forma geral e particular no estudo de caso de Salvador, Bahia.

QUADRO 1 – MATRIZ DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL.

Inclusão digital

Espontânea

Formas de acesso e uso das TICs em que os cidadãos estão imersos com a entrada da sociedade na era da informação, tendo ou não formação para tal uso. A simples vivência em metrópoles coloca o indivíduo em meio a novos processos e produtos em que ele terá que desenvolver capacidades de uso das TICs. Como exemplo podemos citar: uso de caixas eletrônicos de bancos, cartões de crédito com *chips*, *smart cards*, telefones celulares, etc.

Induzida

Projetos induzidos de inclusão às tecnologias eletrônicas e às redes de computadores executados por empresas privadas, instituições governamentais e/ou não governamentais.

Técnica - Destreza no manuseio do computador, dos principais *softwares* e do acesso à Internet. Estímulo do capital **Cognitiva** – autonomia e independência no uso complexo das TICs. Visão crítica dos meios, estímulo dos capitais cultural, social e intelectual. Prática social transformadora e consciente. Capacidade de compreender os desafios da sociedade contemporânea.

Econômica - capacidade financeira em adquirir e manter computadores e custeio para acesso à rede e *softwares* básicos. Reforço dos quatro capitais (técnico, social, cultural, intelectual).

ANÁLISE DOS PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL INDUZIDA EM SALVADOR, BAHIA

Propomos nesse trabalho que a inclusão digital deva ser compreendida a partir desse modelo. Ele permite uma visão complexa dos processos e identifica deficiências dos projetos atuais. Como veremos, na maioria dos projetos ao redor do mundo, a ênfase é tecnocrática, centrado

na categoria técnica. Vejamos o caso da cidade de Salvador com a análise dos projetos de “inclusão digital” em andamento. Foram analisados 14 projetos que se inseriam sob o conceito de “inclusão digital” na cidade. São eles:

Programa Identidade Digital – da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia, que desenvolve ações para capacitar a população de baixa renda a utilizar softwares e a Internet através de Infocentros;

Sala do Cidadão – localizada nos postos do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), do Governo do Estado da Bahia, são equipamentos de informática destinados ao acesso gratuito a Internet;

Rede Livre Salvador Interativa – da Companhia de Processamento de Dados da Prefeitura Municipal do Salvador, que desenvolve ações na área educacional pública, através da criação de um ambiente colaborativo na *web*;

Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) – do Ministério das Comunicações, que disponibiliza acesso via satélite e um conjunto de outros serviços a comunidades excluídas do acesso e dos serviços vinculados à Internet;

Escolas de Informática e Cidadania (EICs) – da ONG Comitê para Democratização da Informática (CDI), que através das suas EICs busca criar espaços de democratização da Internet;

Cibersolidário em Rede – da ONG Cipó Comunicação Interativa, que trabalha o uso educativo da comunicação; através das suas oficinas de inclusão digital;

ONG EletroCooperativa – que tem como objetivo formar jovens em técnicas de produção musical através do uso das novas tecnologias;

Educação Digital – da ONG Moradia e Cidadania, que promove a iniciação de pessoas carentes na área de informática, oferecendo conhecimento técnico básico;

Índios On-line – da ONG Thydêwá, que oferece aos índios um intercâmbio digital entre aldeias indígenas e o mundo;

McInternet – da McDonald's, que oferece nos seus restaurantes o acesso rápido à Internet aos seus clientes e funcionários;

Tabuleiro Digital – da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, que oferece acesso livre a computadores e a Internet, buscando criar e fortalecer uma cultura digital na comunidade;

Internet Comunitária – da Faculdade Ruy Barbosa, que busca prover acesso e informação sobre as ferramentas da informática e a Internet nas comunidades do Nordeste de Amaralina e do Vale das Pedrinhas;

Laboratório de Aplicações de Software Livre nas Organizações – da Faculdade de Tecnologia Empresarial, que pretende oferecer um serviço de aplicação de soluções em software livre para micro e pequenos empresários; e a

Empresa Júnior de Informática – da Universidade Católica do Salvador, que oferece cursos de inclusão digital em diferentes organizações.

Após análise detalhada dos projetos citados, chegamos ao quadro síntese que se segue:

QUADRO 2 – ANÁLISE DOS PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL EM SALVADOR.

	SECTI	SAC	RLSI	GESAC	CDI - EICs	Cipó	EletroCooperativa	Morada e Cidadania	Índios On-line	McInternet	Tabuleiro Digital	Internet Comunitária	LASLO	Tech Jr.	Total
Técnica	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X		X	12
Cognitiva	X		X		X	X								X	05
Econômica	X														01
Não se enquadra										X			X		02

Para tentar clarear as diferentes concepções sobre a inclusão digital em cada projeto, foi aplicada a matriz de análise no universo dos projetos de inclusão em Salvador. Vemos que a inclusão técnica está presente em 85,71% dos projetos analisados, enquanto que a inclusão cognitiva se faz presente em apenas 35,71%. A inclusão econômica foi encontrada em 7,14% dos projetos analisados, ou seja, apenas um projeto. Além desses, 14,28% dos projetos analisados não puderam ser enquadrados na tipologia desenvolvida, pois atuam com versões “alternativas” do conceito de inclusão digital. Apenas um dos projetos analisados (7,14%) foi enquadrado nas três tipologias. Ou seja, apenas um projeto em Salvador pôde ser visto desenvolvendo uma visão completa e complexa da inclusão digital. Em relação ao emprego

de *softwares*, 41,66% dos projetos utilizam *software* livre enquanto 58,33% se baseiam em plataformas proprietárias.

CONCLUSÃO

Mostramos como a perspectiva tecnocrática tem sido o foco principal dos projetos de inclusão digital em Salvador. Os projetos têm definições específicas de “inclusão digital”, ficando a sua maioria, na prática, colocando ênfase apenas na dimensão técnica. Eles proporcionam o aprendizado no uso de *hardwares* e *softwares* e buscam dar condições de acesso à Internet, com o manuseio dos programas básicos de navegação. Muitos projetos, quase a metade, implementam *softwares* livres como plataforma de operação. Fica evidente, nos projetos em Salvador, que o conceito de inclusão é pensado apenas na dimensão tecnológica, não colocando em valor os capitais intelectual, social e cultural.

Os processos de Inteligência Coletiva (Lévy, 1999) ficam prejudicados pelo não desenvolvimento dos quatro capitais. Essa dimensão tecnocrática pede por uma ação mais ampla. Não há também acompanhamento sistemático dos egressos, não permitindo ligar de forma causal a inclusão com empregabilidade. Entendemos que a inclusão digital seja impensável sem o capital técnico. Ele é condição *sine qua non* de destreza para com as TICs, mas é, também, incapaz de verdadeiramente incluir sozinho. Incluir digital e socialmente deve ser uma ação que ofereça ao indivíduo condições mínimas de autonomia e de habilidade cognitiva para compreender e agir na sociedade informacional contemporânea. Incluir é ter capacidade de livre apropriação dos meios. Trata-se de criar condições para o desenvolvimento de um pensamento crítico, autônomo e criativo em relação às novas tecnologias de comunicação e informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTELLS, Manuel. *The rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell, 1996.
- _____. “A divisão digital numa perspectiva global”. In: *A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os Negócios e a Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- COSTA, Leonardo Figueiredo. *Inclusão Digital: uma alternativa para o Social? Análise de projetos realizados em Salvador* (monografia apresentada no curso de Comunicação com

habilitação em Produção em Comunicação e Cultura da Universidade Federal da Bahia).
2004.

GRAHAM, Stephen (org.). “Cybercity public domains and digital divides”. In: *The Cybercities Reader*. Londres: Routledge, 2004.

LEMOS, André. *Cibercultura. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

_____. “Dogmas da inclusão digital”. In: *Correio Brasiliense*, Caderno Pensar, publicado no dia 13 de dezembro de 2003
<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos> (acesso em 08/04/04).

_____. “Cibercidade. Um modelo de inteligência coletiva”. In: LEMOS, André (org). *Cibercidade: as cidades na cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora E-Papers Serviços Editoriais, 2004, pp. 19-26.

_____. (org). *Cibercidade II. Ciberurbe. A cidade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Editora E-Papers Serviços Editoriais, 2005.

_____ e PALACIOS, Marcos (orgs.). *Janelas do Ciberespaço*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

LESSIG, Lawrence. *Free Culture – How big media uses technology and the law to lock down culture and control creativity*. New York: The Penguin Press, 2004.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. *Guia Livre: Referência de migração para software livre do governo federal*. Versão Ipiranga, 2004.
http://www.governoeletronico.gov.br/governoeletronico/publicacao/down_anexo.wsp?tmp.arquivo=E15_469Guia_Livre_Ipiranga_v095.pdf (acesso em 24/09/04).

NERI, Marcelo Côrtes. *Mapa da exclusão digital*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003.

PIRES, Francisco Q. “O virtual depende do material”. In: *Revista Cult*.
http://revistacult.uol.com.br/cult_90_int2.htm, 2005.

RONDELLI, Elizabeth. *Quatro passos para a inclusão digital*.
<http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/5/4passos.htm> (acesso em 26/03/04).

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Exclusão Digital: A Miséria na Era da Informação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____ e CASSINO, João (orgs.). *Software livre e inclusão digital*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

SORJ, Bernardo. *brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF: Unesco, 2003.

STAROBINAS, Lilian. *Repensando a exclusão digital*.
<http://www.cidade.usp.br/arquivo/artigos/index0902.php> (acesso em 26/03/04).

WARSCHAUER, Mark. *Technology and Social Inclusion – Rethinking the digital divide*. Cambridge/Londres: MIT-Press, 2003.

LINKS SUGERIDOS

[Americans in the Information Age Falling Through the Net - National Telecommunications and Information Association \(www.ntia.doc.gov/ntiahome/digitaldivide/index.html\)](http://www.ntia.doc.gov/ntiahome/digitaldivide/index.html).

[Digital Divide Network – research, grants, initiatives \(www.digitaldividenetwork.org/\)](http://www.digitaldividenetwork.org/).

[Digital Divide - Gender – PBS \(www.pbs.org/digitaldivide/gender-main.html\)](http://www.pbs.org/digitaldivide/gender-main.html).

[Digital Divide series – PBS \(www.pbs.org/digitaldivide/\)](http://www.pbs.org/digitaldivide/).

[The Ever-Shifting Internet Population: A new look at Internet access and the digital divide - Amanda Lenhart, Pew Internet & American Life Project, Full Report PDF file](#)

[Falling Through the Net – Digital Divide site – Commerce Department's National Telecommunications and Information Administration \(NTIA\) \(http://www.digitaldivide.gov/\)](http://www.digitaldivide.gov/).

[Falling Through the Net: Defining the Digital Divide – US Dept. of Commerce National Telecommunications and Information Administration \(inequities in who is connected\) \(www.ntia.doc.gov/ntiahome/fttn99/\)](http://www.ntia.doc.gov/ntiahome/fttn99/).

[From Access to Outcomes: Digital Divide Report – Morino Institute \(www.morino.org/divides/\)](http://www.morino.org/divides/).

[A NATION ONLINE: How Americans Are Expanding Their Use of the Internet – Dept. of Commerce](#).

La privatización de ENTEL (1989 – 2001): triunfo y fracaso del Neoliberalismo vernáculo

Mariana Baranchuk

§ Introducción⁸³

Uno de los elementos centrales en la lucha por la democratización de las sociedades es el proceso de democratización de los sistemas de comunicación. En ese sentido deben considerarse tanto las industrias culturales como el sector de las telecomunicaciones; ya que este último aporta una nueva lógica al sector infocomunicacional en función, entre otras cosas, del lugar que el discurso sobre una nueva sociedad informacional le ha asignado.

El proceso de privatización de las telecomunicaciones que se desarrolla a partir de 1989 en la Argentina posibilita una aproximación al estudio de las políticas neoliberales aplicadas durante la década de los '90 (en los que las privatizaciones de empresas públicas formaron uno de los elementos clave del denominado Consenso de Washington) y a la lógica de funcionamiento de la llamada Sociedad de la Información⁸⁴, cuando menos en un país periférico como el nuestro.

De ahí que el objetivo del presente trabajo sea aportar elementos para la comprensión de la crisis argentina a partir de las políticas neoliberales aplicadas y su relación con la SI, tomando la privatización de la telefonía como caso testigo⁸⁵.

⁸³ El siguiente trabajo es una versión revisada y acotada de Telecomunicaciones y Dominación: liberalización informativa en la Argentina, por Guillermo Mastrini, María Trinidad García Leiva y Mariana Baranchuk, en Actas del III Encuentro Iberoamericano de Economía Política de la Comunicación, Comunicación y Desarrollo en la Sociedad Global de la Información, Francisco Sierra y Javier Moreno (Eds.), Editorial Universidad de Sevilla, España, ISBN 84-607-8389-8, Año 2003, pags. 56-79

⁸⁴ En adelante SI. La Sociedad de la Información tanto en su condición de proyecto, como en la de discurso señala a las tecnologías de la infocomunicación como estructurantes de las sociedades contemporáneas, asignándoles un lugar central -en tanto espacio económico productivo- en las políticas de crecimiento económico. A partir de estos conceptos comienza a circular todo un constructo discursivo en torno a las ventajas de ingresar a una nueva economía y al mismo tiempo a una nueva era de democratización del conocimiento, lo cual demostró ser tan endeble como el famoso ingreso de la Argentina al primer mundo. Para una mayor profundización de este concepto ver: De Charras, D. (2003) "*Sociedad de la Información*" y "*nueva economía*": una revisión crítica

⁸⁵ Para ello partiremos de algunos trabajos que, si bien disímiles, consideramos nodales en el análisis de dicho proceso. Por un lado, entendemos que *La trama del neoliberalismo* de Perry Anderson sintetiza, en forma precisa, las lógicas neoliberales en sus aspectos más generales; por otra parte, para el estudio del caso argentino partimos de los trabajos del área de economía de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), especialmente de dos libros medianamente recientes: *El oligopolio telefónico* de Abeles, Forcinito y Schorr y *Concentración y centralización del capital en la Argentina*, de Enrique

Perry Anderson (1994) señala que, si las medidas neoliberales tenían como fin último poder sacar al capitalismo de la crisis de acumulación que vivía desde el agotamiento del modelo fordista, dicho objetivo no pudo ser cumplido. Sin embargo, produjo importantes cambios en la estructura económica, política y social mundial: permitió, centralmente, un crecimiento sostenido de la tasa de ganancia debido a una brutal transferencia de ingresos de los sectores con menos recursos hacia los más favorecidos. Para ello, sus principales intervenciones consistieron en el control de la emisión monetaria, la limitación del gasto público social, la reestructuración impositiva con importantes desgravaciones a los principales agentes económicos, la desarticulación del accionar de los sindicatos y la restauración de una tasa de desempleo acorde a las necesidades del capital. Todo ello mientras se insistía con el discurso de la retirada del Estado y se desarrollaba un importante programa de privatizaciones. Finalmente, otro proceso clave que tiene lugar a partir de la década del '80 es la progresiva liberalización de la circulación de capitales, con el consecuente aumento de la especulación financiera a nivel mundial.

En la Argentina, la dictadura militar (1976-1983) puso los cimientos del modelo neoliberal, pero fue recién durante los dos gobiernos de Carlos Menem (1989-1999) cuando el programa fue llevado a sus prácticas más extremas.

Los ejes fundamentales del nuevo modelo de acumulación han sido desde entonces el *endeudamiento* externo por parte del Estado, la *valorización financiera* a partir de una tasa de cambio fijo y la *fuga de capitales* por parte del sector privado.

A partir de la apertura del crédito internacional, la “bonanza” económica otorgó legitimidad al modelo mientras consumaba uno de los procesos de concentración y extranjerización de la economía argentina más radicales de su historia. Esta legitimidad se apoyó superestructuralmente en la confluencia momentánea de los intereses de los grupos económicos locales y los acreedores externos. Sin embargo, cuando sus intereses volvieron a ser divergentes, sumados a los cambios en los mercados de capitales internacionales, la situación del país sufrió los efectos de las políticas neoliberales debiendo lidiar con una de las peores crisis que se recuerde.

Basualdo. Nuestra intención es complementar sus puntos de vista, cruzando el análisis de la situación económica específica de la Argentina, con el modelo de análisis de Perry Anderson alrededor de lo que significa la estructuración neoliberal del sistema capitalista.

En el marco de este contexto, nos proponemos analizar, principalmente, tres puntos de la política de telecomunicaciones que consideramos claves de la actuación del neoliberalismo en la Argentina: las políticas sindicales y de empleo, la renovación de los marcos regulatorios y el desorbitado aumento de la tasa de ganancia para los agentes económicos más concentrados.

Estas políticas, cuya materialización fue la privatización de las comunicaciones, se apoyaron y legitimaron discursivamente a partir del planteo que señalaba que la modernización de las telecomunicaciones era necesaria para lograr la convergencia de servicios que requería el sector si quería encaminarse a una plena consecución de la SI, la cual a su vez, se presentaba como motor esencial para superar la crisis socioeconómica reinante. Pero que para llevar adelante dicha transformación, era fundamental una fuerte inversión que no podía encarar nadie más que el capital privado debido a la bancarrota e ineficacia del Estado. Por ello era menester que este se retirara, dejando libertad de acción al sector privado⁸⁶.

La forma en que se lo llevó adelante la entrega de ENTEL a poderosos grupos económicos locales e internacionales supuso desvincular las políticas de telecomunicaciones del contexto sociopolítico y económico en el cual se gestaron y aplicaron. Sin embargo, esta situación quedará al descubierto una década después al incumplirse las promesas neoliberales.

I. LA PRIVATIZACIÓN DE LAS TELECOMUNICACIONES

Si bien las telecomunicaciones en la Argentina tuvieron su origen en inversiones de capital extranjeros, en 1947, durante el primer gobierno de Juan Domingo Perón se procedió a estatizar los bienes de la Unión Telefónica, que operaba en las regiones más importantes del país. En 1956, la autoproclamada Revolución Libertadora en ejercicio del poder fundó la Empresa Nacional de Telecomunicaciones (ENTEL) sobre la base de las empresas estatizadas por su antecesor.

Por más de 40 años, en la mayor parte del país⁸⁷, el monopolio de la prestación del servicio telefónico quedó en manos de ENTEL.

⁸⁶ En este sentido, nos proponemos discutir no sólo la manera en que el Estado se maneja en relación a los privados -en tanto su accionar regulador a favor del regulado-, sino también la misma "necesidad" de dar ingreso al capital privado en un área especialmente sensible a los intereses de una Nación que presume de independiente.

⁸⁷ En 6 provincias continuaron operando compañías privadas o cooperativas telefónicas.

Los intentos privatizadores que habían tenido lugar en la década del '60, no habían podido avanzar más allá de abrir el juego a las contratistas privadas vinculadas a los proveedores internacionales. También la dictadura militar surgida del golpe de estado de 1976 planteó la necesidad de privatizar ENTEL; sin embargo, su política no alcanzó más que a aumentar notablemente los contratos con empresas privadas.

El gobierno de Alfonsín amplió la política de privatización comenzada por la dictadura; llevó adelante un ambicioso proyecto: el plan Megatel, el cual permitió instalar un millón de líneas telefónicas, cediendo su realización a contratistas privados. Dicho plan supuso el crecimiento exponencial del costo de instalación para el usuario, quien además debía anticipar el pago. En 1987, desde el Ministerio de Obras y Servicios Públicos -a cargo de Rodolfo Terragno-, se impulsa un acuerdo de privatización con la empresa Telefónica de España. Estas aspiraciones no llegaron a concretarse, entre otras cosas, por la alianza entre el sindicato y los legisladores peronistas, quienes lograron bloquear la iniciativa en el Parlamento Nacional. Sin embargo, es fundamental destacar, que el proyecto privatizador no obtuvo el consenso de dos sectores sumamente importantes en el proceso posterior: los acreedores externos (las empresas públicas constituían una de las garantías de pago) y las empresas contratistas de ENTEL.

Pese a ello, este proceso instala dos conceptos clave del proyecto privatizador: (a) el Estado es ineficiente y (b) el Estado no dispone del capital para realizar las inversiones necesarias para adecuarse a la "revolución tecnológica"⁸⁸.

Con esa base, más los efectos devastadores de la hiperinflación, el Gobierno de Carlos Saúl Menem inició en 1989 un gobierno que exasperó el programa neoliberal. En él las privatizaciones de empresas públicas constituyeron uno de los puntales del programa siendo ENTEL la primera de relevancia económica⁸⁹.

Durante el proceso de privatización, la intervención de ENTEL incrementó la deuda de la empresa hasta niveles escandalosos sin que se correspondiese con ninguna inversión productiva. Por otra parte, las tarifas telefónicas sufrieron aumentos tales, que las ubicaron entre las más altas del mundo, mientras que la planta de trabajadores se reducía sustantivamente. De esta forma el Estado se hizo cargo, económica y políticamente, de dos

⁸⁸ La idea de revolución tecnológica, como superadora de la etapa industrialista, es otra de las nociones que se instala hermanada a la de la SI

⁸⁹ En rigor, las primeras privatizaciones fueron las del canal 11 y 13 de la Ciudad de Buenos Aires, lo cual favoreció a que la opinión pública se volcara a favor del proceso privatizador en su conjunto.

medidas muy costosas: el aumento de tarifas y el despido de trabajadores. Asimismo, durante la licitación, se diseñaron los pliegos de tal modo que los grupos hegemónicos en pugna tuvieron que conciliar intereses, produciéndose, al mismo tiempo, una notable subvaluación de los activos.

En noviembre de 1990 se adjudicó el 60% del paquete accionario de ENTEL por 214 millones de dólares en efectivo y 5.028 millones de dólares en títulos de la deuda externa. El Estado argentino se reservó un 30% que fue vendido en el mercado de valores dos años después, y un 10% fue cedido a los empleados mediante el programa de propiedad participada. La empresa fue dividida en dos sectores, regiones norte y sur, y entregados a dos consorcios que operarían en forma monopólica durante el transcurso de 7 años, con opción a extender esa situación por 3 años más. Los adjudicatarios fueron la empresa Telefónica de Argentina que asoció, principalmente, a Telefónica de España con el Citibank y con el grupo local Pérez Companc⁹⁰; y la empresa Telecom, cuyos accionistas fueron las empresas estatales de teléfonos de Francia e Italia, junto a la Banca Morgan y al ya mencionado Pérez Companc.

Las asociaciones formadas en los grupos licenciatarios de las empresas de servicio público privatizadas, permitieron la conjunción de intereses entre los grupos económicos locales (Techint, Pérez Companc, etc.) y diversos tipos de capitales extranjeros: las operadoras internacionales y la banca acreedora. Cabe destacar que los grupos locales ya habían sido contratistas de las empresas estatales. La privatización aparece así como el lugar de reunión de intereses que hasta entonces habían sido contradictorios, permitiendo recomponer un gran grupo hegemónico.

El pago de las empresas se realizó con una parte de dinero en efectivo y la otra con bonos de la deuda externa argentina. El efectivo lo aportaron los grupos económicos locales, repatriando parte del dinero que habían fugado al exterior.

A partir del '95 se produce una transformación en la composición accionaria de las empresas privatizadas: el empresariado local vende su participación al capital extranjero, obteniendo por dicha venta ganancias extraordinarias; paralelamente, vuelve a crecer exponencialmente la fuga de capitales.

Esto supuso terminar con la alianza de intereses que había permitido constituir un bloque hegemónico de inigualable poder. Mientras las telefónicas mantuvieron sus activos en

⁹⁰ En total participaron 19 accionistas. Los tres citados se repartieron el 45% del capital social.

el sector productivo de servicios, los grupos locales derivaron su capital al sector financiero y al sector agroexportador. La ruptura de la alianza implicó el fin del consenso en torno al modelo.

A partir de entonces, las corporaciones nativas desprendidas de sus activos y con capitales en el exterior, comenzaran a reclamar la devaluación de la moneda local para “favorecer la Producción Nacional”; mientras que los grupos extranjeros con importantes activos en el país, se volcarán hacia la dolarización de la economía a los efectos de preservar el valor de sus empresas. Luego de la devaluación de enero de 2002, las empresas de telefonía reclaman al Estado que les otorgue un seguro de cambio debido a la pérdida del valor de la moneda local. Esto es, lisa y llanamente, que el Estado se vuelva a hacer cargo de las deudas privadas en dólares de las empresas. La crisis desatada en el país marca los límites del programa neoliberal y el fin de la fantasía de integrarnos a una virtual sociedad informacional. El éxito del gobierno de Menem radicó en realizar una brutal transferencia de recursos desde los sectores mas desposeídos hacia los grupos económicos más concentrados.

II. DOMESTICAR EL MUNDO LABORAL

Acusar a los sindicatos en particular y a la clase obrera en general de ser los responsables de las crisis de acumulación capitalista, es un enunciado que, desde hace décadas, los sostenedores del pensamiento neoliberal transformaron en axioma. Según esta visión, el poder sindical presiona, por un lado, a los dueños del capital a través de políticas reivindicativas del salario y, por otro, al Estado para aumentar los gastos sociales (Anderson, 1994); por ende, frente a una crisis, si lo que se busca es “recuperar” una floreciente economía de mercado, el Estado deberá, entre otras cosas, desmembrar, debilitar y destruir el poderío de las organizaciones de los trabajadores.

Legislación restrictiva de la libertad para peticionar, desarticulación de derechos adquiridos, precarización del empleo, creación de un batallón de mano de obra desocupada a través de altas tasas de desocupación, tercerización de la producción, reducción salarial, aumento de las horas de trabajo, programa de propiedad participada, cooptación de dirigentes sindicales. Como se ha visto, la llegada de Carlos Menem al poder supuso el fin del “Modelo de Estado como motor de la acumulación productiva”⁹¹. Las políticas destinadas a la

⁹¹ Walter, J. y Senén González (1998); *La privatización de las telecomunicaciones en América Latina*; Eudeba, Buenos Aires.

privatización de las empresas públicas serían vehiculizadas a través de la Ley de Reforma del Estado (23696/89) y la Ley de Emergencia Económica (23697/89). La primera autoriza las privatizaciones permitiendo hacerlo a través de decretos y dando a los acreedores del Estado la posibilidad de capitalizar sus créditos. Las principales disposiciones que tendrían un efecto directo sobre el empleo fueron: el Programa de Propiedad Participada que repartía el 10% de las acciones entre los empleados, la autorización para que la intervención pueda disponer del despido o baja del personal, y por último, la facultad al ministro competente, para rescindir todos los contratos de obra y consultoría celebrados con anterioridad a la vigencia de dicha ley. Con respecto a la segunda Ley, la misma tenía por objeto reducir el gasto estatal a través de los siguientes mecanismos: suspensión de los subsidios de promoción industrial, igual tratamiento al capital nacional que al extranjero, suspensión del régimen de “compre nacional” y posibilidad de declarar la prescindibilidad de todos los empleados estatales designados sin concurso (la mayoría). La suerte de ENTEL estaba echada. La de sus empleados también.

Como ya señaláramos, ENTEL requirió para su concreción del disciplinamiento previo de la fuerza sindical. Fomentar una tasa alta de desempleo es parte sustancial del proyecto neoliberal. En el caso de ENTEL, entre el momento previo a la privatización y el primer año de consumada la misma, hay una reducción del personal de 12.000 efectivos, la merma se produce mediante retiros voluntarios y jubilaciones anticipadas. El Estado despidió trabajadores para tornar más atractiva la privatización. De esta forma se hizo cargo no sólo del costo económico de los despidos, sino además de su costo político. Intentaremos enumerar, a continuación, las principales políticas laborales del mundo de las telecomunicaciones en la década del '90. Todas tienen una característica común: el debilitamiento de los trabajadores en beneficio del capital.

Los programas de retiro voluntario se produjeron en todas las empresas de servicios públicos a privatizar o recientemente privatizados y explica la merma en el empleo producida, especialmente, entre 1991 y 1993. El retiro voluntario produjo una caída de 86.274 puestos de trabajo en el conjunto de empresas prestatarias de servicios públicos (Duarte 2001). Cabe destacar que el programa de retiro voluntario se financió con dinero proveniente del Estado a través del financiamiento del Banco Mundial, lo que incrementó la deuda externa que se pretendía reducir.

En 1990 un intenso conflicto sindical es protagonizado por los telefónicos de Capital Federal: ENTEL había acordado un aumento del 35% más un 10% por productividad, pero el Ministerio de Trabajo no lo homologó, como consecuencia lógica los trabajadores fueron al paro y el Ministerio decidió retirarle la personería Jurídica a la Federación de Obreros y Empleados Telefónicos de la República Argentina (FOETRA) de la Ciudad de Buenos Aires. ENTEL despidió trabajadores –incluyendo a los delegados gremiales– sin respetar la conciliación obligatoria. El conflicto se agrava. La Interventora de la compañía (todavía estatal), María Julia Alsogaray, apoyada por el Presidente Menem, promueve la intervención militar, en reemplazo de los huelguistas. Mientras suboficiales tomaban cursos acelerados para operar el servicio internacional, el sindicato denunciaba la situación frente a la OIT y ante a la Corte Internacional de la Haya (Verbitsky, 1992). La intervención de las Fuerzas Armadas no llega a concretarse, pero como consecuencia de dicho enfrentamiento se dicta el decreto 2184/90 que impone limitaciones a la protesta sindical del sector de servicios públicos.

Hubo varias estrategias para quebrar el frente interno sindical. Una de ellas fue la cooptación de dirigentes: el presidente Menem no dudó y propuso al titular del gremio telefónico, Julio Guillán, como Subsecretario de Comunicaciones. Lamentablemente, el otrora combativo dirigente tampoco: aceptó. De todas formas y siguiendo a Abeles “...la inclusión de Guillán en el gobierno no impediría –aunque sí reduciría ostensiblemente– la capacidad de resistencia de una parte del gremio telefónico”.⁹² La verdad es que quienes se opusieron a la privatización no contaron con el respaldo de la central obrera y, principalmente, carecieron del apoyo de la ciudadanía en su conjunto, la cual volcó sus simpatías a favor de la privatización.

Es importante señalar que recién a partir de 1992 con la digitalización de la red, se puede vincular las pérdidas de puestos de trabajo con una nueva “revolución industrial”, ya que mientras que la tecnología electromecánica requiere entre 15 y 20 operarios cada mil líneas, la digital cubre la misma cantidad de teléfonos con apenas 4 o 5 empleados⁹³. La operación “Nueva economía” estaba en marcha, si bien la caída de fuerza laboral ocupada por obra y gracia de las nuevas tecnologías era una consecuencia “no deseada”, se sumaba y

⁹² Abeles, M. (2001) *La privatización de ENTEL: Regulación estatal y ganancias extraordinarias durante la etapa monopólica*; en Abeles, M., Forcinito, K. Y Schorr, M. “El oligopolio telefónico argentino frente a la liberalización del mercado”; Universidad Nacional de Quilmes Ediciones; Pcia. de Buenos Aires.

⁹³ Rada, J. F., (1985) ;International Management Institute (IMI), Technology Management Unit (TMU)

equilibraba con la promesa de nuevas y rentables actividades económicas. Como veremos más adelante, los puestos que se crearon fueron muy inferiores a los que se perdieron y, por otro lado, cuestión que también analizaremos, respondían a contratos laborales precarizados en extremo. En cuanto al personal ingresante se utilizaron modalidades planteadas por la ley de empleo: “contratos de práctica laboral para menores de 24 años”, “contrato joven” y, sobre todo, las “pasantías”⁹⁴ que se establecen mediante convenios con Universidades y Escuelas Técnicas Públicas y Privadas.

La brutal caída de puestos de trabajo, el aumento de la jornada laboral, sumado al aumento de la rentabilidad ligada a los cambios tecnológicos produjeron un impresionante aumento en la productividad laboral de todas las empresas prestatarias de servicios públicos. Entre 1993 y 1998 se duplicó la productividad laboral de dichas empresas.

“...el superávit bruto de explotación por ocupado (esto es la parte del producto bruto por obrero que recibe el empresario una vez descontada la masa salarial) se incrementó aproximadamente un 168%, mientras que la masa salarial por ocupado (salario medio) creció apenas un 27% (manteniéndose casi sin variaciones desde 1994)” (Duarte, 2001).

Así se evidencia la apropiación por parte del empresariado del aumento de la productividad laboral.

En relación a la pérdida del poder sindical, tanto la licenciataria de la zona norte (Telecom), como la de la zona sur (Telefónica) asumen, como responsabilidad de gestión: la selección, ingreso, capacitación y ascenso del personal; desplazando, de esta manera, al gremio que era hasta entonces quien se ocupaba de estos temas a través de la Bolsa de Trabajo Sindical.

El empleo continúa precarizándose. Queda sin efecto el beneficio de la estabilidad laboral, prerrogativa que se había conquistado en épocas de patronazgo estatal, mediante el decreto 1757/89 el cual implicaba –además de la medida ya mencionada- el incremento de la jornada laboral de 7 a 8 horas y la pérdida del 75% de descuentos en la tarifa telefónica.

Otra cuestión que nos parece importante destacar es la que vincula la privatización con el ingreso de otros actores sindicales en el campo de las Telecomunicaciones. Históricamente,

⁹⁴ Walter y Senén González explican que dicha modalidad tiene la virtud (para la empresa) de eximir de todo pago en concepto de cargas sociales ya que no crea ningún vínculo jurídico con el nuevo empleado.

FOETRA aglutinaba a obreros, empleados y parte del sector gerencial de la empresa estatal; a su vez la dirección estatal tenía un alto nivel de rotación por lo que la continuidad en la gestión estaba dada por la parte laboral. Con el pase a manos privadas y la participación de empresas subcontratistas esta situación se modifica a partir de dos ejes fundamentales: por un lado, el comienzo de las obras de modernización y extensión de la red y, por el otro, el desarrollo y comercialización de nuevos servicios. Debido al primer punto, hace su ingreso al terreno de las telecomunicaciones la Unión Obrera de la Construcción de la República Argentina (UOCRA), organización gremial que cuenta con el beneplácito de las subcontratistas, ya que el salario de convenio representaba la mitad que el de FOETRA y carece de indemnización por despido. En relación al segundo eje planteado, el nuevo actor sindical –con cada vez más peso en el sector– es el Sindicato de Empleados de Comercio (SEC), claro representante del sindicalismo empresario. Divide y reinarás. El nuevo polo de poder instituido en la Argentina lo ejercía al pie de la letra.

Este paquete de medidas se completó, como ya ha sido expuesto, con la entrega del 10% del paquete accionario en sistema de Propiedad Participada; de esta forma, los trabajadores que no habían sido despedidos, pasaban a disponer de parte de un importante activo social, mientras que el resto era enajenado en beneficio de los nuevos propietarios de ENTEL.

En síntesis, la política laboral que comenzó a regir el ámbito de las comunicaciones, supuso reducción de mano de obra, disminución de salarios, precarización del empleo (de los que aún lo conservan), distribución regresiva del ingreso, aumento de la jornada laboral. En definitiva, un ostensible aumento de la tasa de explotación. De la sociedad más igualitaria y moderna preconizada por la SI, ni noticias.

III. LA RE-REGULACIÓN TELEFÓNICA Y LA TASA DE GANANCIA

La llegada del menemismo al poder supuso afianzar una política global de destrucción del Estado populista y de algunos de los beneficios propios del Estado de Bienestar que aquel había implantado. En este sentido, no es casual que su doctrina esconda tras la argucia discursiva de la "desregulación" un proceso que denominamos "re-regulación".⁹⁵ Se trata de

⁹⁵ Hablamos de reregulación y no de desregulación, ya que consideramos a esta última una operación semántica del neoliberalismo que tiende a ocultar que lo que se realizó y/o realiza son nuevas regulaciones a favor de los sectores más favorecidos. Ver: Mastrini, G. y Mestman, M. (1996) "¿Desregulación o re-regulación? De las derrotas de las políticas a las políticas de la derrota", en *Cuadernos de información y cultura*, N° 2, UCM, Madrid.

una revisión de la regulación vigente con el fin de alcanzar una liberalización controlada del sistema; con actores privados reteniendo el control sobre las cuestiones claves del proceso.

De acuerdo con Adolfo Vispo (1999) pueden identificarse diferentes variantes que inciden en los mecanismos regulatorios:

- a) la cooptación estándar: influencia de un grupo de empresarios sobre el regulador;
- b) los canales de negociación política, entre los regulados y los miembros del poder político
- c) el proceso de cooptación bifronte, que suma las dos experiencias anteriores
- d) las presiones políticas sobre la autonomía de los organismos de contralor, que en la Argentina se centraron en la Sindicatura General de la Nación (SIGEN) y la Auditoría General de la Nación (AGN)
- e) la fuerte asimetría informativa, que permite generar rentas extraordinarias a quienes conocen el verdadero estado de situación de cada mercado.

En el caso de la privatización telefónica, los nuevos marcos regulatorios generaron las condiciones necesarias para que la tasa de ganancia fuese extraordinaria. En este apartado nos referiremos brevemente al Pliego de Bases y Condiciones de la Licitación y al denominado Rebalanceo Tarifario.

El Pliego de Bases y Condiciones configura la estructura base para la privatización del mercado telefónico. Todas las medidas que ahí se exponen representan una enorme transferencia de recursos hacia el sector privado. Esto se realizó a partir de: la *subvaluación de activos* al absorber el Estado Nacional el pasivo de la empresa, al establecer un mercado monopólico no sólo para la telefonía básica local sino también para casi todos los servicios (e inmediatamente para las llamadas interurbanas e internacionales) y, por último, al disponer un marco tarifario a medida de los nuevos propietarios.

En términos monetarios, el Pliego de Bases y Condiciones⁹⁶ estableció como precio base por el 60% de las acciones de ENTEL, la suma de 214 millones de dólares en dinero efectivo, y 1003 millones de dólares en bonos de la deuda externa. La incorporación del pago en bonos fue atractiva para los acreedores externos, que se hacían con activos importantes a cambio de papeles que cotizaban en ese momento al 15% de su valor nominal. Sin embargo, el Estado Argentino tomó los bonos al 100% de su valor. Luego de una subasta, los

⁹⁶ La intervención estatal no sólo se limitó a establecer el pliego de bases y condiciones descrito sino que, el propio pliego sufrió durante todo el proceso licitatorio, modificaciones que se fueron ajustando a las necesidades de los interesados en quedarse con ENTEL. Dichos cambios pudieron ser sostenidos gracias al aval de una Corte Suprema de Justicia adicta al Poder Ejecutivo.

licenciarios desembolsaron 5.000 millones de dólares en bonos, que efectivamente supuso un costo de 750 millones de dólares.

Con respecto a la estructura tarifaria, señalamos dos momentos: primero, el desmesurado aumento del 600%⁹⁷ de la tarifa durante el proceso privatizador. El segundo en 1997 con el rebalanceo telefónico.

Dicho rebalanceo significó, por su parte, un aumento del 35% promedio del costo en telefonía. Supuestamente, este se "compensaba" con la rebaja de las llamadas interurbanas e internacionales. Sin embargo, el segundo mercado es mucho más elástico que el primero, por lo que la rebaja del precio fue compensada por el aumento de llamadas; mientras que, y como era previsible, las llamadas locales no disminuyeron. Asimismo, la rebaja en el segmento interurbano e internacional benefició, principalmente, a las empresas; mientras que el aumento en las llamadas locales afectó, en mayor medida, a los hogares.

Como señala Vispo, el proceso de rebalanceo debe analizarse teniendo en cuenta la presión de las licenciatarias del servicio telefónico básico por obtener un marco tarifario más favorable antes de que venciera el período de exclusividad; nuevamente destacamos el carácter re-regulatorio del Estado Nacional a favor de los intereses de los licenciarios y que, en este caso, adquiere dos dimensiones. En primer lugar, les permitió incrementar injustificadamente sus ingresos. En efecto, a partir de los balances de las empresas, puede comprobarse un aumento en la facturación a partir de 1997.

Pero, además, debe considerarse que en aquel momento estaba por finalizar el período de exclusividad de las Licenciatarias. El primer sector a desregular era, precisamente, el de las llamadas interurbanas e internacionales que, por efecto de la competencia, indefectiblemente bajarían su costo. Dice Karina Forcinito:

"si con el rebalanceo de las tarifas se pretende, en general, eliminar el subsidio cruzado existente entre el servicio de larga distancia y el de corta distancia, en el caso particular de la Argentina, por la manera que fue implementado, y dado el nivel y estructura previa de las tarifas, dicha reestructuración sentó las bases para la potencial implementación, por parte de las LSB, de un subsidio cruzado desde la telefonía urbana hacia la interurbana nacional e internacional y, con ello, la posibilidad de fijar precios predatorios orientados a bloquear o eliminar la competencia en este último segmento una vez abierto el mercado a la competencia".

⁹⁷ Para analizar en profundidad los detalles de este primer momento regulatorio puede consultarse el citado trabajo de Abeles, Forcinito y Schorr.

Con el rebalanceo las licenciatarias se cubrían de la baja en ese sector de mercado, aumentando el costo de las llamadas locales. Para ello contaron con un aliado indispensable: el Estado Nacional.

Como en casi todas las áreas de gobierno, el presidente Menem produjo una fuerte alianza con los grupos económicos locales y con los acreedores externos, lo cual derivó en la total subordinación del aparato estatal a las políticas diseñadas por estos dos actores. Las modificaciones a los marcos regulatorios se hicieron siguiendo las necesidades del mercado; apareciendo entonces, las contradicciones que surgen del hecho de tomar partido por uno, u otro oligopolio en el marco de la convergencia tecnológica, pero invariablemente orientadas a favorecer el proceso de valorización de capitales del sector.

Tanto la transformación del mercado de trabajo, como los nuevos marcos regulatorios, permiten dar cuenta de tasas de ganancia extraordinarias.

IV. Modelo de acumulación rentístico - financiero

La exorbitante rentabilidad que desde la privatización ha registrado el sector de las telecomunicaciones responde a las condiciones en las cuales se entregó la empresa pública y a las políticas que, posteriormente, a lo largo de toda una década, aseguraron rentas de privilegio a los licenciatarios.

En el primer caso, como lo adelantáramos, con la privatización se inició un proceso de desarticulación de la fuerza laboral completado por los nuevos prestadores del servicio, garantizando elevados márgenes de rentabilidad gracias a la construcción de un marco legal funcional a este objetivo, al sentido dado a la gestión administrativa de la empresa en el período previo a la privatización y a las condiciones en que se produjo la transferencia de la empresa estatal.

El otorgamiento de un largo período de exclusividad para la explotación del servicio de telefonía básica a los ganadores de la licitación y la absorción por parte del Estado de los pasivos de la compañía estatal (deuda interna y externa), constituyen una parte fundamental de la configuración y el sentido dado a la privatización telefónica.

Pero si las condiciones en que se llevó adelante la privatización fueron en sí mismas un gran negocio, a lo largo del período de exclusividad, las políticas para el sector profundizaron las tendencias regresivas existentes preservando e incluso aumentando las rentas de privilegio. Nos referimos a Políticas Tarifaria (Rebalanceo) de “Liberalización”

(Plan de Liberalización de las Telecomunicaciones, Condiciones de Acceso a redes e Interconexión, Plan de Numeración y Servicio Universal) y de Concesión de Licencias (de los servicios de Telefonía Celular y Comunicaciones Personales).

Si bien las dos últimas permitieron preservar una alta rentabilidad para las empresas telefónicas a lo largo de la década del noventa, la misma tuvo su sostén fundamental en la regresiva y poco transparente Política de Regulación Tarifaria. Dicha política, puede dividirse en dos grandes períodos con punto de partida en la privatización y la apertura del mercado, acompañados por otros tres momentos importantes.

Durante la gestión de María Julia Alsogaray, amén de lo ya analizado, el aumento del valor del pulso telefónico significó la anulación de los beneficios para el usuario que el mecanismo de regulación tarifaria a aplicar conocido como price cap⁹⁸, suponía.

Al interior de este primer período, se detectan dos momentos en la política implementada: el primero está relacionado con las transformaciones sufridas por las cláusulas tarifarias incluidas en el Pliego de Bases y Condiciones, en el lapso que va desde su sanción hasta la firma de los contratos de transferencia⁹⁹.

Las modificaciones a estas cláusulas supusieron, en primer lugar, la renuncia de las licenciatarias a la posibilidad de ajuste por tasa de retorno, ya que si sus ganancias superaban el 16% de los activos sujetos a explotación, las tarifas debían reducirse hasta converger con dicha tasa. Al ser los activos de las empresas (obtenidos de modo subvaluado) parte de la ecuación, el mencionado 16% hubiera constituido un techo a sus ganancias.

En segundo momento, y debido a que la Ley de Convertibilidad deja sin efecto toda normativa de reajuste o indexación de precios, se establece la posibilidad de expresar el valor del pulso telefónico en dólares estadounidenses y su actualización semestral según las variaciones en el IPC de los Estados Unidos¹⁰⁰. Esta dolarización de

⁹⁸ El mecanismo de regulación tarifaria elegido para aplicar al caso de los monopolios naturales en la Argentina, fue el de *price cap* o precios tope (que se diferencia del de *cost-plus* o tasa de rentabilidad). Consiste en reducciones tarifarias preestablecidas con respecto a una magnitud base. En el caso de la telefonía, la actualización de las tarifas se haría en función de la evolución del Índice de Precios al Consumidor menos un coeficiente de eficiencia predeterminado.

⁹⁹ Originalmente, el mecanismo de determinación tarifaria establecía una cláusula de ajuste mensual según el Índice de Precios al Consumidor (IPC), además de que la tarifa básica de inicio de la gestión privada garantizaba una tasa de retorno mínima del 16%. Por otra parte, se fijaban para la etapa posterior a la privatización, tres fases en las que se aplicarían distintas pautas de actualización de las tarifas según el sistema price cap.

¹⁰⁰ Decreto 2.585/91.

las tarifas, tuvo como consecuencia un aumento del valor del pulso telefónico al tiempo que se mantenía estable el nivel general de precios gracias al control de la inflación.

Por su parte, el Rebalanceo Telefónico (RBT) del año 1997, además de lo ya explicitado, no sólo incrementó el valor de las llamadas urbanas extendiendo la banda horaria de tarifa normal de las 20:00 hs a las 22:00 hs, sino que además aumentó el costo del abono y eliminó los pulsos libres.

La evolución de las utilidades de las licenciatarias antes y después del RBT, les permitió fortalecerse aún más ante la apertura del mercado de las telecomunicaciones. A pesar de lo anterior, los “regulados” no dejarían de ser beneficiados, ya que el gobierno saliente avalaría en diciembre de 1999 un nuevo ajuste: se disminuiría en un 5,5% el costo de las llamadas de larga distancia. Esta decisión, supuso aumentar la tarifa para el segmento local, cautivo y mayoritario, a cambio de reducirla para el de larga distancia ya abierto a competencia.

El conjunto de estas políticas condujeron a la obtención de cuantiosas ganancias, debido a un aumento de productividad y reducción de costos en la prestación del servicio, además de posibilitar la construcción de una estructura de oferta fuertemente concentrada e integrada, vertical y horizontalmente.

La rentabilidad neta de las compañías telefónicas creció a un ritmo muy superior, tanto al de las ventas como al número de líneas en servicio, llegando a incrementarse en un 290% entre 1991 y 1999. La tasa de rentabilidad obtenida por las LSB casi triplica la obtenida por las más grandes empresas del sector del mundo. Y mayor también que la registrada por la totalidad de las empresas privatizadas y el resto del capital oligopólico que actúa en el país¹⁰¹.

Este crecimiento de la tasa de ganancia se dio a la par que la del desempleo, mientras que el crecimiento real y el efectivo ingreso a la SI brillaban por su ausencia.

La valorización de capital que se registra desde la inversión inicial hasta la venta de la participación accionaria correspondiente, da cuenta de un suculento negocio financiero. De los cinco principales grupos/ empresas/ entidades financieras que fueron parte de los consorcios adjudicatarios de la empresa telefónica estatal, vendieron sus participaciones accionarias: Sociedad Comercial del Plata (Soldati), Inversora Catalinas (grupo Techint),

101 Por ejemplo, en 1997 a Telecom, Telefónica y Telintar (3 de las 23 empresas privatizadas) les correspondió el 18,1% de la masa de utilidad de la élite (compuesta por un total de 200 empresas). El margen de rentabilidad sobre ventas de las tres (13,2) es superior al promedio de las privatizadas (11,8) y al de las 200 empresas más importantes del país (4,7).

Inter. Río Holding Establishment y Compañía Naviera Pérez Companc (ambas del grupo Pérez Companc); así como el Banco Morgan¹⁰².

Si la actitud vendedora de los socios locales de los consorcios se explica por esta diferencia patrimonial posible de ser obtenida, la voluntad compradora de las operadoras transnacionales de los mismos consorcios que permitieron esta *primera valorización financiera* se comprende por lo rentable del mercado de telefonía básica argentino.

El esquema adoptado fue el de la apropiación de ganancias para luego girarlas al exterior, constituyendo una *primera transferencia directa de capital*. Posteriormente, financian su inversión en equipamiento y bienes de uso con endeudamiento tomado en el circuito financiero internacional. Pero, como el origen mayoritario de estos préstamos y equipamiento fueron hechos por la casa matriz y/o empresas vinculadas, se constituyó una *segunda transferencia de capital*, en este caso *implícita*, bajo la figura del autopréstamo. El negocio financiero no fue otro que utilizar estos “préstamos” para participar del circuito local, invirtiendo el dinero obtenido a tasas blandas y a valores muy superiores.

Por último, una *tercer operatoria financiera* se verifica en función del circuito de valorización establecido: al haber obtenido cuantiosas ganancias haciendo figurar importantes inversiones (incluso de un monto dos veces superior al valor de lo ganado), las empresas elevaron artificialmente sus pasivos logrando así pagar menos impuestos por lo efectivamente ganado.

En síntesis, cabe mencionar que como contrapartida a las ganancias y transferencias de capital, se produjo un proceso de endeudamiento lo cual pone de manifiesto la inexistencia de acumulación e inversión genuina, debido a que el excedente se destinó a inversión especulativa.

V. A MODO DE CONCLUSIÓN: FRACASO NEOLIBERAL Y CRISIS ARGENTINA

Es justamente el sesgo rentístico-financiero del patrón de acumulación neoliberal, lo que explica la ausencia de crecimiento -a pesar de las altas tasas de rentabilidad de las empresas más dinámicas y grandes del país- y, por consiguiente, permite entender a nivel macro parte

¹⁰² Desde el punto de vista del rendimiento anual de los montos invertidos originalmente, se destaca el caso de la Soc. Comercial del Plata, cuya inversión inicial se valorizó a una tasa anual acumulativa del 82%.

de la crisis desencadenada en el país y, en relación a lo micro, las pérdidas registradas por Telefónica y Telecom durante el 2002¹⁰³.

Ha quedado suficientemente demostrado que postular la eficiencia de la libre asignación de este tipo de recurso a través de las fuerzas del mercado, así como su regulación estatal para una completa distribución en manos privadas, derivan en serias falencias que pueden resumirse en: concentración y centralización del servicio, falta de redistribución e inversión real de las ganancias y crisis del Servicio Universal.

Es por ello, que el debate debe volver a considerar la noción de *Servicio Público*, como aquél que debe ser entendido no sólo en términos de obtención de lucro, sino más bien, como el concepto que involucra el sostenimiento de costos para la prestación de un servicio eficiente y de signo igualitario.

Entendemos que las privatización de las telecomunicaciones argentinas resultan uno de los más trágicos ejemplos de la aplicación de un modelo neoliberal extremo.

Hoy, mientras se acentúan los discursos sobre la inminencia de la Sociedad de la Información, el modelo de acumulación no permite asegurar el vínculo a la red de telefonía básica, elemento vital para el acceso a toda la red.

El papel que se le otorgó al advenimiento de la SI durante los '90 en nuestro país, en tanto que construcción conceptual ideológica, no fue otro que el de coadyudar a legitimar aquellos cambios para el sector infocomunicacional que eran requeridos por las políticas neoliberales. La privatización era necesaria para lograr la modernización económica y tecnológica que permitiera la convergencia y el crecimiento financiero que nos llevaría a “ingresar al primer mundo”, lo cual puede leerse como indicio de integración a la Sociedad de la Información. Sin embargo, dicha privatización, no tuvo otro objetivo que aumentar las rentas del capital. La verdadera relación que unía de este modo neoliberalismo-SI-sector infocomunicacional se puso de manifiesto al incumplirse las promesas neoliberales de crecimiento sostenido.

Así, las políticas destinadas a estimular la SI, ancladas en su preciso contexto sociopolítico y económico, permiten desenmascarar los discursos tecnologicistas que alimentaron, y en otros sectores alimentan, este proceso.

¹⁰³ Alteradas algunas de las reglas de juego de toda la década pasada (fin de la Convertibilidad, pesificación de las deudas locales, congelamiento de las tarifas de los servicios públicos, etc.) sus mecanismos financieros de

Bibliografía Consultada

- § Abeles, M., Forcinito, K. Y Schorr, M.; (2001) El oligopolio telefónico argentino frente a la liberalización del mercado; Universidad Nacional de Quilmes Ediciones; Pcia. de Buenos Aires.
- § Anderson, P.; (1994) En Emir Sader y Pablo Gentilli (comps.) La trama del neoliberalismo, Eudeba, Bs. As.
- § Anderson, P.; (1994); *Neoliberalismo: un balance provisorio*; en Emir Sader y Pablo Gentilli (comps.) La trama del neoliberalismo, Eudeba, Bs. As.
- § Banco Mundial; (1992) Reforma de Empresas Públicas, Préstamo Banco Mundial 3292-AR, Informe de Avance, Abril.
- § Beker, V., E. Cenzon, C. Galperín y G. Rozenwurcel; (2001) La telefonía en la Argentina: de la privatización a la desregulación; Ediciones Macchi, Buenos Aires.
- § Decreto 2184/90
- § Decreto 23696/89
- § De Charras, D. (2003) "*Sociedad de la Información*" y "*nueva economía*": una *revisión crítica*, en la siguiente dirección electrónica:
<http://catedras.fsoc.uba.ar/mastrini/textos.htm>
- § Duarte, M.; (2001); Los efectos de las privatizaciones sobre la ocupación en las empresas de servicios públicos; En: Revista Realidad Económica Buenos Aires. N° 182 Agosto - Septiembre
- § Foucault, M.; (1975); Vigilar y castigar, Siglo Veintiuno; Madrid.
- § Gutiérrez, R.; (1988); Desindicalización y cambio organizativo del peronismo argentino, 1982-1995; trabajo presentado en el XXI Congreso Internacional de la Latin American Studies Association, Chicago. Instituto Gino Germani UBA; Buenos Aires.
- § INAP - Universidad de Belgrano; (1999), Regulación de las Telecomunicaciones en Argentina, Buenos Aires
- § La Nación 28/8/93
- § Mastrini, G. y Mestman, M.; (1996) "¿Desregulación o re-regulación? De las derrotas de las políticas a las políticas de la derrota", en Cuadernos de información y cultura, N° 2, UCM, Madrid.
- § Ley 23697/89
- § Petrazzini, B.; (1995) The political economy of telecommunications reform in developing countries; Praeger, Westport
- § Rada, J. F., (1985) ;International Managment Institute (IMI), Technology Managment Unit (TMU)
- § Schwarzer, J. (1993); *El proceso de privatizaciones en la Argentina. Implicaciones preliminares sobre sus efectos en la gobernabilidad del sistema*, en Revista Realidad Económica, N° 120, nov.- dic.
- § Solicitada de FOETRA Buenos Aires, (2000) *frente a la apertura del servicio telefónico*.
- § Verbitsky, H. (1992); Robo para la Corona; Editorial Planeta; Buenos Aires.

- § Vispo, A.; (1999) Los entes de regulación, Norma, Buenos Aires
- § Walter, J. y Senén González; (1998); La privatización de las telecomunicaciones en América Latina, Eudeba, Buenos Aires.
- § Wolf, M.; (1998); *La administración Nacional de telecomunicaciones de Uruguay: Fracaso de una privatización y éxito de una empresa estatal*, en Walter, J. Y Senén González, C. La privatización de las telecomunicaciones en América Latina, Eudeba, Buenos Aires.

Debatendo 40 anos de Rede Globo: história e perspectivas na política, mercado e cultura

Maria de Lourdes dos Santos*

BRITTOS, Valério Cruz, BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005. 376 p. (Comunicação).

No ano em que se comemoram os 40 anos da inauguração da Rede Globo de Televisão, esta obra merece destaque pelo fato de seus autores dissertarem a respeito dos diferentes setores a que a família Marinho tem investido desde a fundação: do jornal “O Globo” em 1925, passando pela inauguração da primeira Rádio Globo em 1944, pela outorga de concessão para o funcionamento um de canal de televisão em 1957, até a sua criação em 1965, e sobre os diversos produtos daí decorrentes: tais como as telenovelas, o telejornalismo, o cinema, bem como sobre a sua participação no mercado internacional, sua atuação em outros meios além da TV Aberta, como na Internet, no Rádio, no Cinema, na TV a Cabo, na indústria fonográfica, na imprensa escrita, etc.

Organizado em 17 capítulos, elaborados por sociólogos, comunicólogos, jornalistas, economistas políticos, historiadores, antropólogos e outros pesquisadores da comunicação, os textos encontram-se distribuídos em três partes: a primeira voltada para um “Plano Geral” das políticas de comunicação, a segunda, denominada “Audiovisual”, trata da inserção da produção audiovisual da Rede Globo no mercado nacional e internacional, a última, destinada a “Outros Mercados”, aponta os demais mercados que a Globo fez questão de investir.

Na apresentação os organizadores fazem uma panorâmica a respeito da televisão no Brasil, destacando o processo de criação da Ancinav e do Conselho Federal de Jornalismo, passando pela instituição da TV a Cabo e Digital. Apontaram a relação existente entre poder político e propriedade de rede de televisão, concessão ou direitos de distribuição e a forma como tem sido crescente o elitismo da mídia, questionando o direito de todos terem acesso às novas tecnologias na área das telecomunicações, uma vez que, em se tratando de bem cultural, o não acesso configuraria uma forma de exclusão social. Descrevem os projetos que têm sido

* Mestre em História pela Unesp-Franca e doutoranda em Sociologia na FCL - Unesp - Araraquara.

um sucesso e os momentos de crise da empresa, sobretudo no que diz respeito à concorrência que vem sofrendo internamente (outras empresas têm investido na produção de telejornais e telenovelas, em horários antes dominados pela RGT) e externa (presença da TV a Cabo e via Satélite).

No **Capítulo 1, Mercado Brasileiro de Televisão, 40 anos depois**, César Bolaño destaca como Roberto Marinho se tornou o mais bem sucedido empresário do setor televisivo e como a entrada da Globo no mercado de comunicações televisivas mudou o rumo do mesmo.

A Globo teve a felicidade histórica de capitanear a indústria no seu período áureo, com todo o apoio que o Estado brasileiro pode lhe oferecer, acabando por constituir barreiras à entrada sólida, especialmente se comparadas com as de suas concorrentes mais antigas, que se mostraram completamente incapazes de fazer frente ao seu ingresso avassalador (p. 23)

Ao ser posta em funcionamento um ano após a eclosão do Golpe Militar, a empresa serviu perfeitamente aos propósitos do regime que queria passar a idéia de desenvolvimento e integração nacional. Em troca a Globo pode fazer uso de toda estrutura criada pelo governo federal para o setor das telecomunicações, bem como de uma legislação que a favorecia, como a solução encontrada para o caso do contrato estabelecido entre a mesma e a Time-Life.

Observa-se no momento a impossibilidade de alterações a curto prazo, pois seria necessário mudar a regulamentação e inovar o setor, tanto em relação à acumulação, quanto nas políticas de comunicação das redes. Bolaño sugere a união de países do sul para encontrar uma maneira de enfrentar as redes internacionais, como o estabelecimento da televisão digital, por exemplo.

Não importa a eventual competitividade de uma empresa nacional no mercado mundial, se ela está montada no controle oligopólico do mercado interno e, mais, da criatividade nacional na matéria, reduzindo a possibilidade de disseminação de competências fora do conglomerado. (p. 28)

Destaca, no entanto, que se o capital financeiro é muito importante para a televisão comercial brasileira, sem o “progresso técnico” alcançado pela Globo, ele pouco adiantaria; que os objetivos de uma política industrial para o setor devem envolver a disseminação do conhecimento em matéria de produção audiovisual; que o dinheiro público deve ser destinado aos setores públicos (estatais) e comunitários (não estatais).

Quanto ao sistema comercial de televisão faz-se necessário dois tipos de política: primeiro impor limite à propriedade e de regulação de conteúdo (sem censurar os conteúdos, mas procurar acabar com o monopólio da fala) e segundo mudar o sistema público estatal.

O país para ter participação mundial de fato deve manter três canais abertos em todo o território e um canal internacional em português sob seu controle. O que se percebe no Brasil

é a necessidade de uma política de comunicação que atenda a todos, que não provoque a exclusão, que se permita a democratização do acesso social ao sistema público e que haja diversidade de opiniões.

Em *Elementos histórico-regulatórios da televisão brasileira (Capítulo 2)*, Cassiano Simões e Fernando Mattos discutem os conceitos de monopólio e regulação. Para o termo regulação, por exemplo, usam a definição de Ronaldo Fiani, que afirma se tratar de uma ação do Estado visando limitar as escolhas e a tomada de decisões por agentes econômicos. Apresenta os principais tipos de regulação, destacando que o seu objetivo é promover concorrência e a conseqüente eficiência do mercado. Além disso, apontam as dificuldades do Estado em regular o setor pelo fato de o mesmo, desde o princípio, estar à frente das iniciativas, fornecendo subsídios e estruturas para o estabelecimento e funcionamento da telecomunicação no Brasil, bem como de outros serviços públicos. Os autores ainda mostram que o Estado, ao confundir as funções de proprietário e regulador, tem falhado em sua função de regulador. É o que ocorre com o CBT (Código Brasileiro de Telecomunicações) criado em 1962,

No ano de 1965, quando foi criada a Rede Globo, o CBT já estava em vigor. E como nunca teve a finalidade de ser um marco regulatório entre as três pontas clássicas da regulação econômica - sociedade, empresa exploradora de serviço público e governo-, mas somente fonte de controle político, não foi capaz de inibir o inchaço da Globo. Mediando relações, quase sempre de natureza clientelista, proporcionou a ela a energia necessária para se transformar na potência econômica e política que ostenta hoje. (p. 41).

Outros conceitos aqui discutidos são os de participação de mercado; poder de mercado; audiência; mercado potencial e participação de audiência, apontado como e de que forma é feita a verificação da audiência dos canais de televisão.

A mídia tida como quarto poder em muitos países, não teve papel diferente no Brasil, pois em muitos momentos tem contribuído para decidir os rumos políticos do país. Murilo Ramos no capítulo intitulado *A força de um aparelho privado de hegemonia (Capítulo 3)* nos mostra que com as Organizações Globo, personagem principal desta obra, não foi diferente. Após discutir os conceitos de poder, inclusão e exclusão democrática, coerção e aparelhos privados e ideológicos da hegemonia, a partir de autores como Norberto Bobbio e Antonio Gramsci, e apontado em que medida a Globo tem exercido a função de “príncipe eletrônico”, demonstrou como a empresa (mercado) e a mídia têm atuado como aparelhos privados de hegemonia capitalista e se potencializado como tal.

A descrição de algumas situações serve para ilustrar seu poder hegemônico (político e econômico), tais como o arquivamento pela ditadura militar da CPI instaurada no Congresso contra a Globo no caso do acordo com a Time-Life; a sua atuação no sentido de atrasar as votações para a criação da Ancinav; e nas questões políticas nacionais como a tentativa de fraudar as eleições para o governo do Rio de Janeiro em 1982 e as medidas tomadas no sentido de abafar o verdadeiro objetivo dos comícios pró-Diretas na década de 1980.

Suzy dos Santos e Sergio Capparelli, no **Capítulo 4 - Coronelismo, Radiodifusão e voto, a nova face de um velho conceito**, elaboraram o conceito de coronelismo a partir da obra de Victor Nunes Leal e, nos apresentam a sua nova vertente o “coronelismo eletrônico” pelo qual políticos vinculados a meios de comunicação, como redes, transmissoras e retransmissoras de TV e rádio, vem utilizando-os na promoção de seus atos (e de pessoas próximas) políticos ou não.

Ressaltaram a importância dos investimentos realizados pelos militares (1965-1972) nas telecomunicações, que possibilitam o desenvolvimento no campo da comunicação de massa, sobretudo das redes de televisão nacionais, sendo a Globo a grande beneficiada, por tornar possível a interação nacional tão desejada pelo governo e o estabelecimento (expansão) para pontos distantes.

A Rede Globo é apontada como o principal grupo beneficiado por essa política de integração nacional. Era uma relação de parceria, enquanto o Estado investia em infra-estrutura para possibilitar a distribuição massiva de programação, a rede Globo tornou-se uma espécie de porta-voz do regime militar. (p. 79).

Ao discutirem a cerca do coronelismo eletrônico e as relações de clientelismo (relação que gera a expectativa em benefícios futuros), na distribuição das concessões de mídias, sobretudo, nas regiões remotas, demonstraram o quanto tem sido comum entre os governantes e políticos locais a distribuição da programação de forma a favorecer os “protegidos”. Ressaltam, no entanto, que não é o simples acesso as informações do governo que vai transformar as relações de clientelismo em relação de cidadania. Citando Robert Gay, afirmam que as iniciativas de transparência das ações do governo “somente são universais quando os recursos do Estado são distribuídos como direitos adquiridos e não como favores e trocas” (p. 83). Apontam ainda para o fato de que as relações de clientelismo persistem mesmo após a abertura política, sendo que a concessão de emissoras de rádio e televisão tem funcionado muitas vezes como moeda de troca entre governo e parlamentares. O senador Antônio Carlos Magalhães foi apontado como sendo o exemplo que melhor retrata o “coronelismo eletrônico” na atualidade, dada a sua participação como proprietário ou sócio

em diversas empresas de comunicação no Nordeste do país.

Para tratar da influência da TV Globo em decisões políticas, Venício de Lima escreveu o **Capítulo 5 - *Globo e Política: “Tudo a Ver”***, destacando a atuação da emissora em três episódios da política eleitoral brasileira: as eleições de 1982 no Rio de Janeiro; a Campanha das “Diretas Já” em 1984; e a nomeação do Ministro da Fazenda do Presidente Sarney em 1988. Os três casos são exemplos da maneira como a Rede Globo utilizou sua programação para influenciar em decisões políticas em função de seus interesses, distorcendo, omitindo ou direcionando abordagens jornalísticas de seus veículos para tal.

O Capítulo apresenta ainda algumas hipóteses para explicar o grande poder político das Organizações Globo e destaca que, apesar do aumento da concorrência por audiência televisiva, a Rede ainda mantém sua influência:

Apesar de os índices médios de audiência da RGTV não serem mais exuberantes como na década de 1980 e apesar da crise financeira que ronda algumas áreas de atuação das OG - em especial TV a cabo -, não há sinais de que o protagonismo exercido na política brasileira ao longo das últimas décadas tenha diminuído (p.126).

Encerrando a Segunda Parte, no **Capítulo 6**, Valério Brittos analisa um novo processo de expansão da Rede Globo em direção ao mercado internacional, por meio da TV Globo Internacional (TVGi), criada em 1999:

Trata-se de uma proposta de televisão mundial por assinatura, que transmite, via satélite, parte da programação da emissora, para 63 países, sendo os maiores mercados formados por Estados Unidos, África (com destaque para Angola e Moçambique) e Japão (p.139).

A Globo Internacional representa uma nova fase nas exportações de produção da TV brasileira, que da venda de telenovelas dos anos 1970, alcançou um patamar de criação de um canal próprio e de uma estrutura de atuação no mercado externo. Assim, a Divisão de Negócios Internacionais (DNI) da Globo se dedica tanto a transmitir, a partir do Rio de Janeiro, a programação internacional da TV para os mercados consumidores, como em acompanhar o mercado, realizar as vendas, produzir e adaptar programas. As telenovelas continuam sendo o carro-chefe da atuação internacional da Emissora, que com uma programação variada (humorísticos, minisséries, jornalísticos e esportivos), elevou seu número de assinantes no exterior de 750 mil em 2001, para 1,8 milhão em 2004.

A Segunda Parte da obra retrata, em seis capítulos, a produção audiovisual da Rede Globo e sua inserção no mercado brasileiro e internacional. Em relação à inserção da Globo no mercado internacional são apresentadas duas experiências distintas: uma de sucesso no mercado europeu e outra de dificuldades na América Latina.

A história de sucesso está associada à parceria entre a Rede Globo e a Sociedade

Independente de Comunicação (SIC) de Portugal, estabelecida nos últimos 13 anos nas áreas de exportação de telenovelas, participação do grupo brasileiro no capital da rede portuguesa e parcerias mais recentes no setor de televisão por assinatura. Como destacou o autor português Pedro Braumann no **Capítulo 8**,

A Globo desempenhou um papel de grande relevo no desenvolvimento do projeto da SIC, não exclusivamente devido à venda privilegiada dos seus produtos, em particular as novelas, com grande importância, em particular, no *prime-time* [horário nobre], mas também com a transferência de conhecimentos em áreas comerciais e de programação, o que permitiu catapultar esse canal português para o topo das audiências. (p.176)

Esta parceria, alicerçada no tripé *participação acionária, exportação de telenovelas e transferência de know-how* no âmbito da televisão aberta, foi ampliada para a televisão paga e para outros programas como mini-séries, telejornais, *talk shows* e programas desportivos. A associação entre Globo e SIC possibilitou uma história de sucesso quanto à inserção de programação brasileira na televisão de Portugal, à liderança de audiência do grupo português com programas brasileiros e ao êxito comercial com publicidade e venda de conteúdo no mercado europeu.

Por outro lado, no mercado latino-americano, a Rede Globo não vivenciou o mesmo sucesso neste território pouco explorado. Em parte pela “barreira” do idioma espanhol em relação ao português, em parte pelo próprio perfil da produção, sobretudo das telenovelas, a Globo, de longe, não alcançou o mesmo êxito que no mercado europeu.

Na contracorrente das demais abordagens da obra, **no Capítulo 7**, Edgard Rebouças visualiza uma não-hegemonia do Grupo no mercado americano de língua espanhola, discutindo algumas hipóteses para tal fenômeno: barreira do idioma, custo de produção e cultura do público.

A penetração da programação “global” no mercado internacional, que teve as telenovelas como principal produto de entrada no mercado europeu, nos países latino-americanos e dentre as populações de origem latina nos Estados Unidos, tem a mesma telenovela como seu principal entrave. O alto custo de produção do “padrão Globo” de novelas e o caráter urbano e intrincado das tramas das produções brasileiras dificultam a concorrência com os “dramalhões mexicanos”, falados em espanhol, com baixo custo de produção e de trama simples. Também deve ser considerado que, além da questão das novelas, algumas dificuldades são próprias do mercado latino de televisão, como a presença

de grandes grupos de mídia em países como México, Chile e Argentina, que com parcerias internacionais representam fortes concorrentes para a emissora brasileira. Como destacou Rebouças:

Se o principal grupo de mídia regional [a Globo] mantiver a opção de não ocupar espaços geográficos além das fronteiras do país, em breve terá vizinhos tão fortalecidos por parcerias com corporações transnacionais que perderá até mesmo a hegemonia nacional adquirida ao longo dos últimos 40 anos. (p.169)

A inserção da telenovela no mercado de televisão nacional estabeleceu-se a partir do reforço de uma tradição, anterior a 1968, pela Rede Globo, que, apreendeu elementos das radionovelas e das telenovelas argentinas e criou um formato próprio. A partir de alguns aspectos vivenciados a partir dos anos 1970 - a transmissão em cores e em rede nacional, a difusão do videoteipe, a introdução de câmeras portáteis e o acúmulo de *know-how* próprio -, as novelas da Globo se tornaram o seu principal produto, em termos de audiência e faturamento no mercado interno e externo.

A lógica que marcou a construção da hegemonia da telenovela global foi a equação *baixo custo de produção e alta lucratividade*, associada a um alto padrão de qualidade e a audiências massivas. Neste sentido, Sílvia Borelli, no **Capítulo 9** da obra, ao analisar o padrão de produção de telenovelas, destacou que o custo, aparentemente alto de produção de um capítulo (cerca de 50 mil dólares no final dos anos noventa) é “recuperado” pela venda de espaço publicitário (cerca de 30 mil dólares por inserção de 30 segundos) nos intervalos comerciais. Mesmo com o aumento na disputa pela audiência/venda de publicidade na televisão brasileira, a novela prossegue sendo um produto de sucesso para a Globo, devido à majoração das possibilidades de faturamento com o mesmo produto, tais como aumento no número de capítulos, *merchandising*, reprise, exportação, etc.

Ao lado do êxito comercial, há também um sucesso na audiência associado a uma combinação de matrizes da cultura popular do melodrama com uma eficaz inserção nos meandros da indústria cultural, além de “um reconhecido padrão de competência tecnológica, que permitiu que a telenovela brasileira acumulasse, ao longo de sua história, um padrão de qualidade aceito no Brasil e no mundo” (p.201).

Além da telenovela, o telejornalismo também foi um importante elemento de

construção da hegemonia da Emissora, pois se incorporou a um modelo de produzir e ver televisão até hoje vigente no Brasil: novela-telejornal-novela ou *Novela das 7-Jornal Nacional-Novela das 8*. O papel e a história do telejornalismo na trajetória de quarenta anos da rede são discutidos nos capítulos 10 e 11 do livro.

Em *Telejornalismo na Globo (Capítulo 10)*, Marialva Barbosa e Ana Paula Ribeiro passam em revista a trajetória do telejornalismo na Emissora, por meio da análise de seu principal programa jornalístico: o *Jornal Nacional*. Este programa foi veiculado pela primeira vez em 1969, quatro anos após o surgimento da TV Globo e inaugurando as transmissões em rede nacional. Em seus mais de 35 anos de existência, sempre foi, ao lado das telenovelas, um dos líderes de audiência, não apenas da Globo, mas também da televisão brasileira, tendo passado por várias mudanças em seu formato, visando renová-lo sempre que envelhecia frente às mudanças no país e na televisão.

A própria criação do *Jornal Nacional*, em substituição a outros jornalísticos globais da época, procurou apresentar-se numa atmosfera de inovação, no formato, na linguagem e na abordagem, em relação ao rádio e aos concorrentes televisivos do final dos anos sessenta. A linguagem coloquial, a abordagem direta e intimista, o formato de combinação de imagens e discurso para fomentar veracidade foram as marcas do *Jornal Nacional* ao longo de sua história que depois passaram por adaptações frente às mudanças nos contextos políticos, tecnológicos e do próprio mercado de televisão.

Ainda sobre o telejornalismo global, no **Capítulo 11**, Álvaro Benevenuto Júnior analisa a relação entre os jornalísticos transmitidos em rede nacional e os de caráter regional, associados ao cotidiano das populações locais. Nos anos 1980, a Globo reestruturou seu departamento de jornalismo e passou a permitir um aumento na parte da programação inserida pelas afiliadas, dando origem a um jornalismo regional que convivia com o nacional.

Este tipo de programa, além da produção e veiculação na própria região da subsidiária da Emissora, também se caracterizou por seu caráter comunitário, ou seja, pela “cor local” da linguagem e dos temas abordados, bem como pela temática das matérias: informações sobre trânsito, meteorologia, problemas urbanos etc.

Apesar do aumento e da valorização deste tipo de programação, sobretudo quanto a exigências de padrões de qualidade, o jornalismo comunitário circunscreveu-se às programações locais, ocupando pouco espaço nos telejornais nacionais. Nos quarenta anos de Globo, “a rede não assume características de uma televisão comunitária, ficando para as suas

emissoras regionais e afiliadas a função de buscar esta identidade” (p.241).

O **Capítulo 12**, de Cosette Castro, conclui a segunda parte da obra, buscando “discutir e apontar o papel da Globo nas ações pedagógicas de diferentes governos nos últimos 40 anos, possibilitando um olhar que reflita, por diferentes aspectos, o que tem sido chamado de ‘programas educativos para televisão’” (p.241). As ações da Emissora nesta área remontam aos anos sessenta e podem ser associadas a uma tradição de programação educativa e infantil (na faixa de horário matutino), com fins de formar telespectadores/consumidores.

A Terceira e Última Parte do livro, com cinco capítulos, destaca as extensões da Rede Globo de Televisão em *outros mercados*, como a mídia impressa, o rádio, a indústria fonográfica, a TV paga e o cinema.

Em *As Organizações Globo na Mídia Impressa* - **Capítulo 13**, Sérgio Mattos apresenta uma visão geral da atuação das Organizações Globo no setor de mídia impressa no contexto nacional, identificando e descrevendo seus principais produtos. O império da Globo surgiu justamente da fundação do jornal *O Globo*, por Roberto Marinho, em 1925, desdobrando-se depois no rádio, na televisão e em outras mídias. Desde então, foi se estabelecendo uma hegemonia também no mercado de informações impressas, levando as publicações da Editora Globo/Infoglobo à liderança de circulação de grande parte de seus três jornais e dez revistas.

Em relação aos jornais, dos dez títulos de maior circulação no Brasil em 2003, três são da Infoglobo. Por outro lado, em relação ao mercado de revistas, a Editora Globo enfrenta forte concorrência do Grupo Abril e, apenas nos últimos anos, vem conseguindo aumentar sua participação. O aumento da competitividade das revistas globais no mercado se deve, em parte, à vinculação dos títulos das revistas a programas televisivos, como *Globo Rural*, *Auto Esporte*, *Galileu* (antiga Globo Ciência), *Pequenas Empresas Grandes Negócios*, que são, simultaneamente, programas de televisão e revistas impressas do grupo.

Em relação ao rádio, assim como o jornal *O Globo* foi o embrião das Organizações, a *Rádio Globo* representou o início da *TV Globo*, pois foi a ela que foi outorgada a primeira concessão de televisão para o Grupo, em 1957. No **Capítulo 14**, Lia Calabre busca reconstituir, sinteticamente, o processo de formação e consolidação do Sistema Globo de Rádio (SGR). Neste sentido, a autora percorre uma trajetória que: se inicia com a aquisição da *Rádio Transmissora* por Roberto Marinho em 1944; passa pela criação da Rádio Globo no mesmo ano; transforma-se, com a inserção da televisão nos anos cinquenta, e configuração de

um formato de programação radiofônica específico; muda, novamente, com a proliferação de emissoras FM nos anos oitenta; reconfigura-se com a formação de redes nacionais de rádio nos anos 1990, como a CBN; e altera-se novamente com a associação da radiodifusão de sons com a programação de internet, mais recentemente.

Nos sessenta anos de percurso do SGR, muitas das mudanças enfrentadas se deram num contexto de revezes frente à televisão ou de grande concorrência do próprio setor radiofônico. Contudo, além de ter se convertido em um setor de hegemonia de audiência da Globo, a radiofonia também representou um laboratório para a televisão, como para novelas, programas de auditório e transmissões esportivas.

Associada à programação de televisão e rádio, a inserção da Globo no mercado fonográfico é discutida no **Capítulo 15**, no qual Márcia Dias apresenta elementos para a análise da interação que se processa entre a música e a televisão, vistos pela performance da Rede Globo, a partir da criação da gravadora *Som Livre*, em 1971.

A música destaca-se na programação televisiva já na década de 1960, em apresentações de orquestras, trilhas musicais das primeiras novelas e festivais de canção. Nos anos setenta, com a consolidação do sucesso das telenovelas e a difusão do disco de vinil em formato de LP, a *Som Livre* desponta como líder no mercado brasileiro de fonografia, em decorrência de uma estratégia de divulgação das músicas por meio do apelo da programação das novelas de maior audiência: “Você vende a música pegando as pessoas comovidas; as pessoas estão envolvidas com a cena e você joga a música ali. [...] No rádio você só tem o áudio. Na TV, você fica anestesiado pela imagem, e a música entra com mais facilidade” (p.316).

O **Capítulo 16** de Luiz Guilherme Duarte analisa a trama de inserção do grupo Globo no setor de televisão paga, marcada por diferentes momentos: o de obstrução ao desenvolvimento da televisão por assinatura no Brasil, no final dos anos oitenta; o de entrada da Organização neste setor do mercado, no início dos anos noventa; o de crescimento e estabelecimento de uma hegemonia ao longo da década de 1990; e o de dificuldades financeiras, acentuadas nos anos 2000.

Apesar da trama “digna de novela”, na TV paga a Globo também se tornou hegemônica, chegando a ter mais de 60% do total de assinantes no país e a comercializar - no Brasil e no exterior - 18 canais próprios de cabo, como Multishow, GNT, Globo News, Sportv e Telecines. Contudo, como ressaltou Duarte:

o sucesso da hegemonia não foi obtido sem custos. Enquanto nos Estados Unidos o desenvolvimento da TV por cabo ocorreu ao longo de vários anos, passando por uma fase de criação da infra-estrutura e depois de criação de conteúdo, seguida da concorrência com satélite, no Brasil tudo se verificou ao mesmo tempo. Não houve tempo para amortizar os custos iniciais, e a Globo, que cresceu mais rápida que todos os outros empreendedores, acumulou uma dívida enorme (p.335).

O **Décimo Sétimo e Último Capítulo** da obra, Anita Simis discute a recente inserção da Globo no mercado de cinema, a partir da criação da Globo Filmes, em 1997. Nesta recente trajetória, o braço cinematográfico da Rede alcançou alguns êxitos, como apontou Simis:

Os dados sugerem que o cinema brasileiro conquistou uma sólida fatia do mercado: em 2003, o público do filme nacional cresceu em torno de 200% em relação a 2002 (quase 22 milhões de espectadores contra 7,2 milhões), e, entre os 10 longas mais vistos no país, 3 são brasileiros. Mas também é de notar que são os filmes com o selo Globo Filmes os responsáveis pelo aumento da percentagem (p.347).

Estes indicadores, no entanto, não revelam a viabilização do cinema nacional, tão pouco a da Globo Filmes. Por outro lado, a incursão estratégica no mercado cinematográfico fez da Globo alvo de várias críticas, sobretudo de cineastas, que denunciam a ação da Emissora de Televisão como uma forma de captar recursos públicos por meio dos mecanismos de renúncia fiscal, associados a leis de incentivo ao cinema nacional. Outro ponto merecedor de queixas dos “sem globo” é a suposta concorrência desleal com os demais segmentos do cinema brasileiro, pois - como se verifica com o rádio, a mídia impressa, a fonografia e TV paga - a associação da produção cinematográfica com a programação televisiva é um importante impulsionador da audiência da produção da Globo Filmes, sobretudo no que se refere à inserções na publicidade e nos programas da televisão.

Esta terceira parte conclui a obra, permitindo ressaltar a sua relevância como leitura obrigatória para os mais diversos pesquisadores de história, política, comunicação e cultura brasileiras, nos últimos 40, 60 e oitenta anos, inclusive pelo fato de vários dados apresentados serem recentes, alguns colhidos ainda no ano de conclusão da obra. Em seus 17 capítulos - enredados em torno da busca e/ou estabelecimento de poder, hegemonia, padrão de qualidade e inserção no mercado pela Rede - é possível encontrar uma análise da gênese e história, do poder e da hegemonia, não somente da Rede de Televisão, mas de todo o grupo Globo, com suas ramificações na política, cultura, economia e sociedade brasileiras.

Comunicação pública e seus antagonismos no século XXI

Mariane Maranhão*

OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). **Comunicação pública**. Campinas: Alínea, 2004. 204 p.

Este livro trata da inserção da comunicabilidade como elemento de estímulo á participação cidadã. Analisando a Comunicação Pública levando em conta a presença de novos atores como o Estado, as ONG's, movimentos sociais, corporações empresariais, e os antagonismos advindos dessa nova realidade, além a dimensão política e econômica dos sistemas de informação tendo como elementos a comunicação midiática, política, economia e sociedade.

Uma abordagem que traz a noção mais clara de cidadania refletida na Comunicação Pública realizada no espaço público democratizado envolvendo todos os segmentos da sociedade. É interessante observar que os autores dedicam-se a tratar em diferentes perspectivas o fenômeno da Comunicação Pública, trazendo a experiência e os ângulos de análise de cada uma de suas áreas de estudo, demonstrando e confirmando a multidisciplinariedade presente nos estudos da Comunicação. Propondo-se também a discutir questões sobre a regulamentação dos processos comunicacionais e o papel do Estado como regulador e gestor de tais políticas.

Os artigos tratam da Comunicação Pública, trazendo conceitos e noções sobre cidadania, sociedade civil e democracia dentro do panorama histórico do século XX. A primeira parte do livro tem como tema central *Comunicação Pública e Sociedade*, reunindo temas como o processo de transição para o regime democrático no Brasil e a importância da liberação dos direitos de expressão e informação, que ocasionaram o reencontro da sociedade civil com as práticas políticas após o golpe de 68. O capítulo I traça um panorama histórico, cultural e político da transição da sociedade brasileira para o regime democrático. Na segunda

* Graduada em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela Universidade da Amazônia (UNAMA) e mestranda em Ciências da Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

parte do texto, surge a conceituação do surgimento da sociedade civil dentro da democracia brasileira. E conclui que o surgimento desta nova classe política contribuiu largamente para o processo de liberalização das políticas do Estado, e para a formação da cidadania brasileira.

No capítulo II é discutido o papel da mídia como tradutora e emissora do conhecimento científico estabelecido como prática de libertação social. Coloca questões sobre a capacidade de entendimento do público em geral em relação aos avanços da Ciência e Tecnologia, questionando sobre a função da mídia como intermediária e publicizadora desse conhecimento. O processo de popularização da Ciência através da intermediação da mídia de massa, estabelecendo uma ponte entre ciência-mídia-escola como estâncias fundamentais na formação do indivíduo-cidadão, e discute o papel do Estado como co-responsável pelo analfabetismo científico, pela falta de incentivo e políticas públicas que desenvolvam mudanças significativas no processo de aprendizado da Ciência e da Tecnologia nas instituições de ensino e na ausência de regulamentação na divulgação científica nos meios de comunicação. O artigo defende a educação para a cidadania, o saber pensar como essencial para a construção da consciência cidadã, e a reorganização do conhecimento para que as informações façam sentido. A relação ciência e mídia e a influência crescente da indústria cultural na formação da opinião pública, na construção do imaginário popular, estabelecendo conexões inevitáveis entre a mídia e a escola. O autor traz a discussão sobre o desenvolvimento de projetos e parcerias entre educadores e jornalistas, assim como entre jornalistas e cientistas para o avanço da informação e do conhecimento, e com o objetivo de ensinar a ler, a decifrar os conteúdos implícitos, a avaliar na diversidade das fontes e dos veículos de comunicação os múltiplos interesses envolvidos e formar uma opinião independente. Só assim, com a pluralidade da informação e a democratização do acesso será possível a aquisição do conhecimento crítico e reflexivo. Abordando também o papel do Estado como agente regulador da Ciência e Tecnologia na sociedade moderna controlada pelo capital e não pelo interesse público. Nesse sentido, a mídia, a comunicação pública e a escola podem ser aliados importantes para o esclarecimento da opinião pública e o fortalecimento do próprio Estado para que exerça de fato, seu poder como árbitro da sociedade e mediado por suas representações sociais em benefício do bem-estar social.

O terceiro artigo enfatiza a perspectiva histórica da comunicação nos movimentos populares no Brasil. A questão central que permeia o texto é a participação do cidadão e de suas organizações coletivas na condição de protagonistas do processo de comunicação

comunitária. A comunicação feita dentro dos movimentos populares não chega a ser uma força predominante, mas desempenha um papel importante na democratização da informação e da cidadania. Discute como assegurar a participação do cidadão e de suas organizações coletivas na condição de protagonistas do processo de comunicação comunitária, e como isso é importante para a formação e ampliação da cidadania não só pelos conteúdos críticos, denunciativos e reivindicatórios, mas pelo processo de *fazer* comunicação, que ajuda a desenvolver pessoas e os demais mecanismos de organização e ação populares. O autor coloca que este tipo de comunicação se compromete, acima de tudo, com os interesses das “comunidades” onde se localiza, contribui na ampliação dos direitos e deveres de cidadania, e assegura o direito de acesso do cidadão e de suas organizações coletivas aos meios de comunicação social na condição de emissores – produtores e difusores – de conteúdos. Trata-se, pois, de democratizar o poder de comunicar e tem o potencial de contribuir para a ampliação da cidadania não só pelos conteúdos críticos – denunciativos – reivindicatórios e anunciativos de uma nova sociedade, mas pela participação direta dos membros dessas comunidades, educando e preparando essas pessoas para serem gestoras do processo de comunicação.

O quarto artigo relata inicialmente sobre Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”, que realizou um trabalho sistemático de re-ordenamento e re-organização dos documentos avulsos e dos Códices,¹⁰⁴ e por fim discute a Lei de Imprensa e o Depósito Legal como as principais medidas instituídas visando a catalogação e preservação da História do Brasil “coletar, armazenar e preservar. Preservar sempre para além dos tempos presentes, para dar o mais amplo e completo acesso a todas as publicações de interesse para a memória nacional”.¹⁰⁵

O quinto artigo encerra a primeira parte do livro colocando como pano de fundo a revolução tecnológica do século XX com ênfase nas TIC’s e as novas relações entre o Estado, a sociedade e a economia, onde o novo sistema de comunicação digital promoveu a integração global da produção. A autora discute o modelo informacional de desenvolvimento de Castells e a desestruturação das organizações tradicionais e dos sistemas políticos. E aponta uma proposta de retorno á discussão sobre a importância da Comunicação Pública na construção da liberdade e constante exercício da política. O novo sistema de comunicação digital

¹⁰⁴ São documentos manuscritos encadernados e podem ser autênticos ou inautênticos.

¹⁰⁵ Pág. 92.

promoveu a integração global da produção, as economias mundiais tornaram-se interdependentes, o controle do Estado sobre o tempo e o espaço foi suplantado pelos fluxos globais de capital, produtos, serviços, tecnologia, comunicação e informação. A comunicação pública no âmbito da informação como mercadoria e fonte de lucro. No artigo, o autor cita Castells, que se refere às tecnologias da informação *per se* como sendo a questão fundamental e o ponto de partida de suas investigações sobre o Estado, a sociedade e a economia. Castells afirma que a tecnologia não determina a sociedade, pois novas formas e processos sociais não surgem como resultado da transformação tecnológica. “A tecnologia é a sociedade e esta não pode ser entendida sem suas ferramentas”(Castells 1987). Um elemento fundamental da crise de legitimidade do Estado – Nação está na sua incapacidade de cumprir com seus compromissos de bem-estar social, dada a integração da produção e do consumo em um sistema econômico e político global e interdependente. E por fim, o autor coloca o desafio posto por essa nova realidade ao Estado, o de administrar uma nação enfraquecida pela fragmentação da identidade nacional frente ao poder das redes globais.

A segunda parte do livro *Comunicação Pública e Governo* trata do papel da comunicação na mediação e organização das questões vindas dos outros campos sociais em direção ao espaço público. No cap. 6, a autora Heloisa Matos analisa dados sobre uma pesquisa que estudou a publicidade institucional nas instituições militares no Brasil e a reformulação global do papel do Estado e dessas instituições na reorganização da sociedade civil em termos de Comunicação Pública. Temos no cap. 7, uma análise das razões para o uso legitimado da publicidade no setor público, e suas funções sociais. Com efeito propositivo de discutir e avaliar as formas e mecanismos de comunicação pública utilizados atualmente pelas instituições do Estado, já que a sociedade tem expressado sua insatisfação com os gastos dos setores públicos em publicidade.

No oitavo artigo é discutida a posição dos profissionais da comunicação que trabalham com instituições públicas, desenvolvendo sua relação com a sociedade através da Comunicação Pública. O autor coloca que uma comunicação é fundamental para a continuidade e sobrevivência dos governos, e que o comunicador é parte ativa no processo por cujas conseqüências e resultados vão ser responsáveis. Além da discussão sobre a universalização do direito á informação como um desafio de implementar políticas públicas que tragam possibilidades reais de exercício desse direito pelo cidadão.

Na última parte do livro, a organizadora completa as esferas possíveis de análise da

Comunicação Pública com artigos que apresentam discussões com outros setores da sociedade como o Terceiro Setor, levando em consideração a participação ativa de entidades não governamentais na implementação de campanhas sociais e projetos que visam principalmente a educação e a conscientização do cidadão de seus direitos e deveres como ator social. E ainda no âmbito da atuação da Comunicação Pública não-estatal, a publicização de mensagens referentes aos assuntos relativos á ecologia e possíveis danos ao meio-ambiente é de extrema responsabilidade, e que não deve ser atribuída apenas ás instituições ou órgãos públicos. Já que, o uso de ferramentas comunicacionais como o marketing e a publicidade são usados pelos profissionais de comunicação corporativa no intuito de propiciar maiores interações com a sociedade e os mercados. E por fim, a organizadora Maria José da Costa Oliveira coloca no último artigo a pertinência de uma análise cuidadosa sobre os aspectos que cercam a participação de todos os segmentos sociais, principalmente os não-estatais, nas políticas públicas de interlocução entre os diferentes setores e que tem como premissa o atendimento ao interesse público e o próprio exercício da cidadania.

Este livro é uma imensa contribuição quando o que se propõe são as discussões e análises dos processos e dos emissores da Comunicação Pública nos processos de transformação da sociedade brasileira.